



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO
CAMPUS DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP –

2015-2019

**Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo – IFSP
Câmpus Presidente Epitácio**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Machado Feres

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Jesualdo Pereira Farias

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Eduardo Antônio Modena

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Reginaldo Vitor Pereira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Paulo Fernandes Júnior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Whisner Fraga Mamede

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Eduardo Alves da Costa

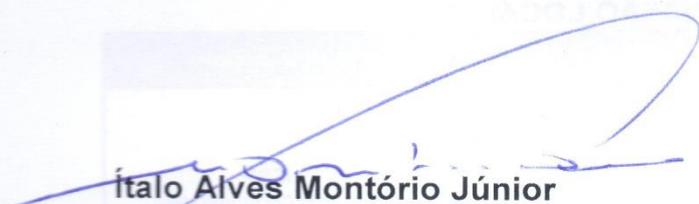
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wilson de Andrade Matos

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO

Ítalo Alves Montório Júnior

FOLHA DE APROVAÇÃO



Ítalo Alves Montório Júnior
Diretor Geral
Câmpus Presidente Epitácio



Paulo Sérgio Garcia
Presidente da Comissão Local do PPP
Pedagogo
Câmpus Presidente Epitácio

COMISSÃO LOCAL DO PPP – CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO

Portaria 4.715, de 16 de setembro de 2014.

Portaria PEP.0045, de 02 de abril de 2015.

Portaria PEP.0072, de 04 de maio de 2015.

PERFIL DA COMISSÃO LOCAL

Nome	Titulação	Vinculação
Paulo Sérgio Garcia (Presidente)	<ul style="list-style-type: none">· Bacharel: Ciências Econômicas· Licenciado: Pedagogia· Especialista: Planejamento e Gestão Municipal;· Especialista: Psicopedagogia Clínica e Institucional· Especialista: Educação Infantil e Desenvolvimento· Especialista: Neuropedagogia e Psicanálise e Docência Superior· Especialista: Avaliação do Ensino e Aprendizagem	IFSP Técnico Administrativo Pedagogo
Alessandro Moretti de Oliveira	<ul style="list-style-type: none">· Discente: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	IFSP Representante discente Curso superior
Aline Karen Baldo	<ul style="list-style-type: none">· Bacharel e Licenciada: Psicologia· Especialista: Análise do Comportamento	IFSP Técnico Administrativo Técnico em Assuntos Educaçãois
Andrea Padovan Jubileu	<ul style="list-style-type: none">· Bacharel: Ciência da Computação· Mestre: Ciência da Computação e Matemática Computacional· Doutora: Engenharia de Produção	IFSP Docente
Cristiane Fernandes	<ul style="list-style-type: none">· Licenciada: Pedagogia· Especialista: Psicopedagogia Clínica e Institucional· Mestranda: Educação	IFSP Técnico Administrativo Pedagogo
Eliane Dantas Coelho Pinto Garcia	<ul style="list-style-type: none">· Licenciada: Pedagogia	Representante da Sociedade Civil - Secretaria Municipal de Educação de Presidente Epitácio
Kleber Manrique Trevisani	<ul style="list-style-type: none">· Bacharel: Ciência da Computação· Mestre: Ciência da Computação e Matemática Computacional	IFSP Docente
Márcia Aparecida Barbosa	<ul style="list-style-type: none">· Licenciada: Pedagogia· Especialista: Docência do Ensino Superior· Mestre: Educação	IFSP Técnico Administrativo Técnico em Assuntos Educaçãois
Márcia Jani Cícero	<ul style="list-style-type: none">· Tecnóloga: Processamento de Dados· Mestre: Engenharia Elétrica	IFSP Docente Gerente Educacional
Mayara Gomes Cadette	<ul style="list-style-type: none">· Graduada: Serviço Social· Pós-Graduada: Gestão Educacional	IFSP Técnico Administrativo Assistente Social
Rejane Varreira Ferreira Parduici	<ul style="list-style-type: none">·	Representante de pais de alunos
Thalita Alves dos Santos	<ul style="list-style-type: none">· Licenciada: História· Licenciada: Pedagogia· Especialista: História, Sociedade e Cultura· Especialista: Educação Empreendedora.· Mestranda: Educação	IFSP Técnico Administrativo Técnico em Assuntos Educaçãois
Wesley da Silva Ferreira	<ul style="list-style-type: none">· Discente: Técnico em Edificações	IFSP Representante discente Curso técnico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Portaria nº 4.715, de 16 de setembro de 2014

*Dispõe sobre a Comissão de
Elaboração do Projeto Político
Pedagógico - PPP - do Campus
Presidente Epitácio*

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto de 8 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2013, seção 2, página 1 e considerando o Memorando 115/2014_DRG_PEP, de 21 de agosto de 2014.

RESOLVE:

DESIGNAR os representantes abaixo relacionados para, sob a presidência da servidora **Cristiane Fernandes**, Pedagoga, constituírem a Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico do *Campus* Presidente Epitácio.

Aline Karen Baldo	Técnico em Assuntos Educacionais
Andréa Padovan Jubileu	Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Ivonete Gonçalves Viana	Representante Discente
Kleber Manrique Trevisani	Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Liana Aparecida Cossa do Prado	Representante da Sociedade Civil - Setor Público
Márcia Aparecida Barbosa	Técnico em Assuntos Educacionais
Márcia Jani Cícero	Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Mayara Gomes Cadette	Assistente Social
Thalita Alves dos Santos	Técnico em Assuntos Educacionais

Cumpra-se e publique-se.

EDUARDO ANTONIO MODENA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº PEP.0049/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* PRESIDENTE EPITÁCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais delegadas pela Portaria nº 5.556, de 17 de outubro de 2014;

RESOLVE:

ALTERAR, em parte, a Portaria nº 4.715, de 16 de setembro de 2014, que designou os membros da Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP – do *Campus* Presidente Epitácio, substituindo a servidora Cristiane Fernandes, Pedagoga, pelo servidor **Paulo Sérgio Garcia**, Pedagogo, como presidente da Comissão, a qual passa a ter a seguinte composição:

Paulo Sérgio Garcia – PRESIDENTE	Pedagogo
Aline Karen Baldo	Técnica em Assuntos Educacionais
Andréa Padovan Jubileu	Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Cristiane Fernandes	Pedagoga
Ivonete Gonçalves Viana	Representante Discente
Kleber Manrique Trevisani	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Liana Aparecida Cossa do Prado	Representante da Sociedade Civil – Setor Público
Márcia Aparecida Barbosa	Técnica em Assuntos Educacionais
Márcia Jani Cícero	Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Mayara Gomes Cadette	Assistente Social
Thalita Alves dos Santos	Técnica em Assuntos Educacionais

Dê Ciência.
Publique-se.


ITALO ALVES MONTÓRIO JÚNIOR

Publicado em

___/___/___



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº PEP.0072/2015, DE 04 DE MAIO DE 2015

A DIRETORA GERAL, EM EXERCÍCIO, DO *CAMPUS* PRESIDENTE EPITÁCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais delegadas pela Portaria nº 5.556, de 17 de outubro de 2014;

RESOLVE:

ALTERAR, em parte, a Portaria nº PEP.0049/2015, de 02 de abril de 2015, quanto aos membros da **Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico** – PPP – do *Campus* Presidente Epitácio, a qual passa a ter a seguinte composição:

Paulo Sérgio Garcia – PRESIDENTE	Pedagogo
Alessandro Moretti de Oliveira	Representante Discente – Curso Superior
Aline Karen Baldo	Técnica em Assuntos Educacionais
Andréa Padovan Jubileu	Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Cristiane Fernandes	Pedagoga
Eliane Dantas Coelho Pinto Garcia	Representante da Sociedade Civil – Setor Público
Kleber Manrique Trevisani	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Márcia Aparecida Barbosa	Técnica em Assuntos Educacionais
Márcia Jani Cícero	Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Mayara Gomes Cadette	Assistente Social
Rejane Varreira Ferreira Parduci	Representante de pais
Thalita Alves dos Santos	Técnica em Assuntos Educacionais
Wesley da Silva Ferreira	Representante Discente – Cursos Técnicos

Dê Ciência.
Publique-se.


MÁRCIA JANI CÍCERO

Publicado em
04 / 05 / 2015

SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADS – Análise e Desenvolvimento de Sistemas
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CA – Centro Acadêmico
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-SP - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
CINTEC - Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP
CES – Câmara de Educação Superior
CONCAN – Conselho de Câmpus
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CP – Conselho Pleno
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CsF – Ciência sem Fronteiras
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCN – Diretriz Curricular Nacional
DER – Departamento de Estradas de Rodagens
DGD – Diretoria de Graduação
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPE – Diretoria de Projetos Especiais
EAD – Educação a Distância
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ETFSP – Escola Técnica Federal de São Paulo
FIC – Formação Inicial e Continuada
FORGRAD – Fórum Nacional de Pró-reitores de Graduação
FORPROEX – Fórum de Pró-reitores de Extensão
GE – Grêmio Estudantil
GED – Gerência Educacional
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFs – Institutos Federais
IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSP-PEP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Presidente Epitácio
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC – Ministério da Educação
NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NDE – Núcleo Docente Estruturante
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica do IFSP
PAE – Programa de Assistência Estudantil
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEP – Câmpus Presidente Epitácio
PET - Programa de Treinamento Especial
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PIBIC-EM – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PIBIFSP - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico
PIPDE - Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos do IFSP
PIPECT - Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP
PIVICT - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica do IFSP
PJT – Programa Jovens Talentos
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPP – Projeto Político-pedagógico
PRE – Pró-reitoria de Ensino
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
PROFUNCIONÁRIO – Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica do Sistema de Ensino Público
PRP – Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação
PRX – Pró-reitoria de Extensão
PRONATEC - Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RDE – Regime de Dedicção Exclusiva
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESu - Secretaria de Educação Superior
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TI – Tecnologia da Informação
UNED – Unidade Descentralizada de Ensino
USP – Universidade de São Paulo

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

- Paulo Freire -

AGRADECIMENTOS

Uma instituição de ensino é uma organização em crescimento e desenvolvimento constante, determinado pela participação dos alunos, professores, técnicos administrativos, diretores e comunidade. A participação destes atores em todos os segmentos da vida acadêmica é fundamental para a consolidação de uma instituição responsável e de qualidade.

O Projeto Político Pedagógico – PPP – é parte integrante do nosso sistema de ensino. Através das informações que colocamos aqui, abrimos oportunidades para novas práticas. Nele colocamos um pouco da história do IFSP – Câmpus Presidente Epitácio, descrevemos nossa missão, finalidades, metas, valores e práticas pedagógicas.

Ao consultá-lo, você verá que o IFSP – Câmpus Presidente Epitácio é uma instituição aberta a sugestões e ideias e com constante aprimoramento de suas ações.

Expressamos aqui, nossos sinceros agradecimentos, a todos aqueles que, acreditando em um universo institucional cada vez mais desafiador, instigante e promissor, despenderam esforços em benefício da produção deste documento, que só fora possível mediante a disposição ao debate e deixando os ideais institucionais se sobreporem aos pessoais.

Esperamos que todos possam desfrutar deste documento e revisitá-lo sempre que necessário, participando ativamente de nossa história com vontade e entusiasmo, pois aqui, no IFSP – Câmpus Presidente Epitácio, **ACREDITAMOS** nesta construção contínua, permanente e coletiva!

A Comissão Local do PPP

FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos câmpus do IFSP	29
Figura 2 – Proposta de estrutura organizacional dos câmpus.....	67
Figura 3 – Organograma atual do câmpus	67
Figura 4 - Estrutura da oferta de cursos pelo IFSP.....	102
Figura 5 - Estrutura dos cursos ofertados pelo Câmpus Presidente Epitácio.	102

GRÁFICOS

Gráfico 1- Percentual de alunos nos cursos regulares	57
Gráfico 2 – Como soube do Programa de Assistência Estudantil do IFSP	120
Gráfico 3 – Melhor canal de comunicação entre a Coordenadoria Sociopedagógica e os estudantes	120
Gráfico 4 – Conhecimento dos critérios de seleção.....	121
Gráfico 5 – Opinião sobre os critérios de seleção do programa.....	121
Gráfico 6 – Sugestões para melhorias no programa	122
Gráfico 7 – Projetos e ações considerados importantes	123
Gráfico 8 – Em que medida o auxílio atendeu a necessidade.....	123

TABELAS

Tabela 1. - Previsão da relação aluno x professor.....	58
Tabela 2 - Metas e previsões de expansão	59
Tabela 3 - Softwares instalados	60
Tabela 4 - Softwares com aquisições previstas.....	60
Tabela 5 - Acervo da Biblioteca do câmpus.....	60
Tabela 6 - Titulação dos docentes do Câmpus Presidente Epitácio	66
Tabela 7 - Titulação dos técnico-administrativos do Câmpus Presidente Epitácio	66
Tabela 8- Cronograma da oferta de cursos pelo Câmpus Presidente Epitácio.....	102
Tabela 9- Resumo dos cursos ofertados pelo Câmpus Presidente Epitácio.....	112
Tabela 10 - Resumo da proposta de abertura de cursos pelo Câmpus Presidente Epitácio, conforme PDI 2014-2018	113
Tabela 11 – Relatório da Assistência Estudantil – 2013.....	118
Tabela 12 – Relatório da Assistência Estudantil – 2014.....	119
Tabela 13 – Relatório da Assistência Estudantil – 2015.....	119
Tabela 14 – Cronograma de atividades da Equipe de Formação Continuada do Câmpus Presidente Epitácio para o ano de 2015	128
Tabela 15 – Oferta de cursos FIC no ano 2011	130
Tabela 16 – Oferta de cursos FIC no ano 2012.....	130
Tabela 17 – Oferta de cursos FIC no ano 2013.....	131
Tabela 18 – Oferta de cursos FIC no ano 2014.....	131
Tabela 19 – Palestras realizadas no ano de 2011	131
Tabela 20 – Palestras realizadas no ano de 2012.....	131
Tabela 21 – Palestras realizadas no ano de 2013.....	132
Tabela 22- Palestras realizadas no ano de 2014.....	132
Tabela 23 – Projetos de Extensão desenvolvidos no ano de 2013	133
Tabela 24- Projetos de Extensão desenvolvidos no ano de 2014.....	133
Tabela 25 – Minicursos desenvolvidos no ano de 2013, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Câmpus Presidente Epitácio	134
Tabela 26 – Projetos de iniciação científica desenvolvidos no ano de 2012.....	140
Tabela 27 – Projetos de iniciação científica desenvolvidos no ano de 2013.....	140
Tabela 28 – Projetos de iniciação científica desenvolvidos no ano de 2014.....	140
Tabela 29 – Projetos de iniciação científica em desenvolvimento no ano de 2015.	140
Tabela 30 – Bolsa Ensino / 2014	143
Tabela 31 – Oferta de cursos PRONATEC - FIC no ano 2012	144
Tabela 32 – Oferta de cursos PRONATEC - FIC no ano 2013	144
Tabela 33 – Oferta de cursos PRONATEC - FIC no ano 2014	144
Tabela 34 – Evolução do acervo por área do conhecimento.....	155
Tabela 35 – Capacitações em 2013.....	157
Tabela 36 – Capacitações em 2014.....	158
Tabela 37 – Metas do câmpus apresentadas em 2015.....	163
Tabela 38 – Contribuição discente apresentada em 2015	170

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
1. DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS	21
1.1. O percurso histórico do IFSP	21
1.1.1. A função social.....	29
1.1.2. Os objetivos e metas.....	30
1.2. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	31
1.3. Princípios norteadores	34
1.3.1. Desenvolvimento humano.....	34
1.3.2. Educação	36
1.3.3. Educação Profissional e Tecnológica.....	37
1.3.4. Conhecimento	40
1.3.5. Currículo.....	43
1.3.6. Prática pedagógica.....	46
2. DA CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE	48
2.1. Histórico do Câmpus Presidente Epitácio	48
2.2. Identificação do Câmpus Presidente Epitácio	52
2.3. Cursos oferecidos	52
2.3.1. Cursos regulares	53
2.3.2. Pronatec.....	55
2.3.3. Profuncionário	55
2.4. Programação de aberturas de cursos	56
2.4.1. Técnico integrado ao Proeja	56
2.4.2. Graduação (presencial).....	56
2.4.3. Graduação (EaD)	57
2.5. Realidade do câmpus.....	57
2.6. Infraestrutura física e instalações acadêmicas.....	58
2.6.1. Infraestrutura	58
2.6.2. Softwares Instalados e previsão para 2015	60
2.6.3. Acervo bibliográfico	60
2.7. Contexto Escolar	62
2.7.1. Município de Presidente Epitácio	62
2.8. Recursos Humanos.....	66
2.8.1. Corpo Docente	66
2.8.2. Corpo Técnico-Administrativo	66
2.8.3. Estrutura organizacional do IFSP – Câmpus Presidente Epitácio.....	67

3.	PRESSUPOSTOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DO CÂMPUS	68
3.1.	Concepção de Gestão Democrática.....	68
3.2.	Concepção de Gestão Educacional	68
3.3.	Ensino	71
3.3.1.	Política de Ensino	72
3.3.2.	A atuação no ensino.....	73
3.3.3.	O processo de revisão das ofertas educacionais.....	74
3.4.	Princípios orientadores da prática pedagógica	75
3.4.1.	Respeito a Diversidade	78
3.4.2.	Ética, Cidadania e Inclusão Social	80
3.4.2.1.	Educação Ambiental	80
3.4.2.2.	Direitos Humanos.....	82
3.4.2.3.	Relações Étnico-raciais.....	83
3.4.2.4.	Educação Inclusiva	84
3.5.	Diretrizes para a prática pedagógica.....	85
3.5.1.	O Planejamento Pedagógico.....	85
3.5.1.1.	O Planejamento do Ensino.....	86
3.5.1.2.	O Planejamento da Aula	86
3.5.2.	A Metodologia de Ensino	86
3.5.3.	A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem.....	87
3.5.3.1.	Recuperação da Aprendizagem	88
3.5.4.	Os Projetos Integradores	89
3.5.5.	O Estágio Supervisionado.....	91
3.5.6.	O Trabalho de Conclusão de Curso	92
3.5.7.	As Atividades Complementares	94
3.5.8.	Perfil esperado do Docente	96
3.5.9.	Perfil esperado do Discente	96
3.5.9.1.	Perfil do discente ingressante	96
3.5.9.2.	Perfil do discente egresso	97
3.6.	Concepção de Pesquisa e Inovação.....	98
3.6.1.	Princípios Orientadores da Pesquisa e Inovação.....	98
3.6.2.	A Pesquisa e Inovação como Princípio Pedagógico	99
3.6.3.	Tecnologia, Inovação e Criatividade	99
3.7.	Extensão	99
3.7.1.	Concepção de Extensão	99
3.7.2.	Princípios Orientadores da Extensão	100
3.7.3.	A Extensão e a Interação com a Sociedade	100

4.	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS.....	101
4.1.	Característica dos cursos ofertados pelo IFSP	103
4.1.1.	Técnicos de Nível Médio	103
4.1.1.1.	Técnico Integrado ao Ensino Médio	104
4.1.1.2.	Técnico Concomitante e/ou Subsequente ao Ensino Médio	104
4.1.1.3.	PROEJA (Médio).....	105
4.1.2.	Graduação	105
4.1.2.1.	Licenciatura	106
4.1.2.2.	Tecnologia.....	106
4.1.2.3.	Bacharelado	106
4.2.	Identificação dos cursos ofertados pelo Câmpus Presidente Epitácio 107	
4.2.1.	Técnico Integrado	107
4.2.1.1.	Em parceria	107
4.2.1.2.	Mantidos pelo IFSP	108
4.2.2.	Técnico Concomitante / subsequente	109
4.2.3.	Técnico Subsequente, a distância	110
4.2.4.	Proeja.....	110
4.2.5.	Licenciatura.....	111
4.2.6.	Tecnologia.....	111
4.2.7.	Bacharelado	111
5.	POLÍTICAS E AÇÕES.....	114
5.1.	Coordenadoria Sociopedagógica	114
5.2	. Assistência Estudantil	115
5.2.1.	A Política de Assistência Estudantil do IFSP	115
5.2.2.	O Programa de Assistência Estudantil do IFSP	116
5.2.2.1.	Avaliação das ações do Programa de Assistência Estudantil do Câmpus Presidente Epitácio	119
5.3	Ações Inclusivas – NAPNE	123
5.3.1	Ações realizadas	124
5.4	Formação Continuada.....	127
5.5	Políticas e Ações de Extensão.....	128
5.5.1	Ações realizadas	130
5.6	Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.....	134
5.6.1	Ações realizadas	139
5.7	Bolsa Discente	142
5.7.1	Ações realizadas	143

5.8	Pronatec.....	144
5.8.1	Ações realizadas.....	144
5.9	Órgãos Colegiados.....	145
5.9.1	Conselho de Câmpus.....	145
5.9.2	Colegiado de Curso.....	146
5.9.3	Núcleo Docente Estruturante	146
5.9.4	Conselho de Classe	146
5.10	Comissão Própria de Avaliação – CPA.....	147
5.11	Movimento Estudantil.....	152
5.12	Biblioteca.....	154
5.13	Capacitações	156
5.14	Coordenadoria de Apoio ao Ensino.....	158
5.14.1	Ações realizadas.....	159
6	METAS E AÇÕES.....	163
6.1	Metas do câmpus apresentadas em 2015	163
6.2	Contribuição discente 2015.....	170
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	173

APRESENTAÇÃO

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.
(GADOTTI apud VEIGA, 2008, p. 14)

Entendemos que a construção do Projeto Político-pedagógico – PPP – deve ser compreendida como um poderoso instrumento de gestão democrática e participativa, promovendo o espaço para a reflexão permanente e crítica a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional.

A medida que propomos a construção de um Projeto Político-pedagógico de maneira coletiva e participativa, permitimos resgatar o sentido de um planejamento com características mais humanas e libertadoras. Opõe-se, assim, à lógica do planejamento burocrático ou meramente estratégico, bastante difundido nas esferas mais conservadoras da educação e nas reformas neoliberais dos anos 1990.

Situado nessa perspectiva emancipatória, o Projeto Político-pedagógico objetiva, sobretudo, promover mudanças nas concepções e nas práticas cotidianas, traçando diretrizes referenciadoras da caminhada educativa.

Nesta perspectiva, o IFSP – Câmpus Presidente Epitácio se compromete com uma educação gratuita e de qualidade pautados em valores democráticos na gestão educacional, bem como adere às formas de participação e de fortalecimento da autonomia expressas no movimento de construção de seu Projeto Político-pedagógico. Através desta compreensão, promove o diálogo, a discussão e a análise crítica, possibilitando assim, a integração das práticas educativas, a inter e multidisciplinaridade, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Mediante a necessidade decorrente do novo cenário estabelecido em 2009, imbricando na reestruturação e expansão da rede federal de ensino, que

através da política governamental, criadora de uma nova institucionalidade para a rede federal de educação profissional, trouxe à tona, novos desafios políticos, filosóficos, sociais, econômicos e pedagógicos. Diante disto, surgiu a necessidade eminente de revisar ou de (re) construir os documentos que regem a instituição, dentre eles o Projeto Político-pedagógico.

Em meio a este contexto de implantação de uma nova institucionalidade, instaura-se o processo coletivo e participativo de (re) construção do atual Projeto Político-pedagógico do IFSP. Processo que exigiu a (re) definição das finalidades, dos objetivos institucionais, das ofertas educacionais, das práticas pedagógicas e dos referenciais orientadores de todas as ações institucionais, provocando, fundamentalmente, uma imersão no universo da cultura institucional e das práticas pedagógicas com objetivo eminente de proporcionar unidade nas ações do Instituto.

Neste contexto, para a construção do Projeto Político-pedagógico do IFSP-PEP, optou-se em realizar este processo de forma democrática e com uma metodologia participativa, privilegiando o diálogo e o debate com todos os participantes dos diversos segmentos institucionais.

Neste percurso, lançou-se mão de diversas estratégias, reuniões gerais, reuniões de comissão, seminários, palestras e fóruns, envolvendo a participação de servidores, alunos e comunidade civil.

1. DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

1.1. O percurso histórico do IFSP

Conhecido por oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, completou no ano de 2014, 105 anos de história.

No decorrer dessa trajetória, o IFSP teve outras denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizes Artífices**.

Através do Decreto número 7.566¹, de 23 de setembro de 1909, o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, determinou a criação de uma **Escola de Aprendizes Artífices** em cada uma das capitais dos estados brasileiros. Ao todo, foram instaladas dezenove delas, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e foram incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito. Conforme as considerações desse Decreto, o aumento constante da população das cidades tornava necessário destinar aos “filhos desfavorecidos da fortuna o indispensável preparo técnico e intelectual e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”.

Assim, conforme é destacado em seu artigo oitavo, em cada uma das Escolas de Aprendizes Artífices haveria dois cursos noturnos: um primário, obrigatório, para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar e o outro, de desenho, também obrigatório, para aqueles que precisavam dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprendessem.

Na cidade de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, sendo estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, posteriormente, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento, foram ofertados os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica, considerados incomuns se comparados ao que ministravam as demais escolas da época. Ao que tudo indica, deve-se isso ao crescimento da industrialização paulista e à concorrência com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

¹ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=57829&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>.

No primeiro ano de atividade, estavam matriculados 135 alunos, sendo 95 deles frequentes. Até 1937, quando passou a ser chamada de Liceu Industrial de São Paulo, a Escola de Aprendizes Artífices teve quatro diretores, sendo o primeiro deles João Evangelista Silveira da Mota, que permaneceu no cargo por 22 anos, conforme destacado no PDI 2014-2018 (IFSP, 2014).

Sob a gestão do Presidente da República, Getúlio Vargas, através do Decreto número 19.402², de 14 de novembro de 1930, criou-se o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que, com a Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, foi transformado no Ministério da Educação e Saúde. Também a partir dessa Lei, em seu artigo 37, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em **Liceus Industriais**, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Outra mudança trazida pela Lei número 378/1937³ foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões e responsáveis, respectivamente pelos ensinos: primário; industrial; comercial; doméstico; secundário; superior; de educação física e pela educação extraescolar, conforme disposto no artigo décimo.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Isso porque a Segunda Guerra Mundial dificultou não só a importação de produtos industrializados, como também a vinda da mão de obra especializada para as fábricas nacionais (ROMANELLI, 2000).

Em 30 de janeiro de 1942, Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei número 4.073⁴, que, definida como a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial. Este, conforme seu artigo primeiro, consistia no ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, além dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. Assim, em consonância com seu artigo sexto, o

² Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37285&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>.

³ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>.

⁴ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=38152&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>.

ensino industrial passou a ser dividido em dois ciclos, sendo que o primeiro abrangia quatro ordens de ensino: ensino industrial básico; ensino de mestría; ensino artesanal; aprendizagem. O segundo ciclo compreendia o ensino técnico e o ensino pedagógico.

O Decreto-Lei número 4.073/1942 previa, em seu artigo 3º, que o ensino industrial atenderia aos interesses:

- 1) do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana;
- 2) [...] das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra;
- 3) [...] da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Nesse ínterim, cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades propiciar aos trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes proporcionassem aumento da eficiência e da produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados, bem como divulgar conhecimentos de atualidades técnicas, conforme artigo quarto do Decreto-Lei 4.073/1942.

Vale sublinhar, ainda, que esse mesmo Decreto-Lei permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino, como destacado no item III, do artigo 18:

[...] é assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente.

Com isso, interrompia-se o estigma de que o aluno, ao completar a educação profissional, não podia prosseguir nos estudos.

Também em 1942, o Decreto-Lei número 4.127⁵, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as industriais, as artesanais e as de aprendizagem. Em relação às duas primeiras, foram criadas onze delas, incluindo-se a **Escola Técnica de São Paulo**, com sede na capital do Estado de São Paulo.

⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decretolei412725fevereiro1942414123publicacaooriginal1pe.html>>.

As Escolas Técnicas, como descreve o parágrafo primeiro do artigo oitavo, tinham como objetivo oferecer

[...] os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestría, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial, expedido com o decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, e que forem compatíveis com as suas instalações.

Conforme o parágrafo segundo deste mesmo artigo, para que pudessem funcionar, era preciso que “fossem construídas e montadas novas e próprias instalações”.

Ainda quanto à regulamentação do ensino técnico, o Decreto número 11.447⁶, de 23 de janeiro de 1943, fixou os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais. Segundo esse Decreto, em seu artigo décimo, à Escola Técnica de São Paulo cumpria ministrar os seguintes cursos de formação profissional, no caso do ensino industrial básico e do ensino de mestría: fundição, serralheria, mecânica de máquinas, marcenaria e cerâmica. No que se refere ao ensino técnico, os cursos ofertados eram edificações, desenho técnico e decorações de interiores.

Outro ponto de destaque na história da Escola Técnica de São Paulo foi a publicação da Lei número 3.552⁷, de 16 de fevereiro de 1959, que refletiu as necessidades da política econômica em curso. Nesse ano, Juscelino Kubitschek estava na presidência da república e seu governo ficou conhecido por incentivar o processo de industrialização do país, especialmente no que concerne ao setor automobilístico.

Com essa Lei, os estabelecimentos de ensino industrial, agora de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, conforme descrito em seu artigo 16, passaram a ter personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Nesse ensejo, o artigo primeiro dessa Lei apresenta os seguintes objetivos para as escolas de ensino industrial:

- a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos;
- b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio.

⁶ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=9060&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>.

⁷ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=112416&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>.

Além disso, por meio da criação do “Conselho dos Representantes” e do “Conselho dos Professores”, a Lei número 3.552/1959 aumentou a participação dos servidores no andamento da política administrativa e pedagógica da instituição. O Conselho dos Representantes, encarregado da administração escolar, era composto por seis membros, provenientes da comunidade e sua seleção seria feita pelo Presidente da República mediante proposta elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial. Já o Conselho dos Professores consistia em um órgão de direção didático-pedagógica, cujo presidente era o diretor da escola.

Em 20 de agosto de 1965, o então presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco sancionou a Lei número 4.759⁸, que transformou a Escola Técnica de São Paulo em **Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP)**, conforme descrito no seu artigo primeiro: “As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado”.

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei número 5.692⁹, de 11 de agosto de 1971, ano em que Emílio Médici exercia a presidência da república. Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ela regulamentou o ensino de 1º e 2º graus, os quais correspondiam, respectivamente, ao ensino primário e ao ensino médio.

O ensino de 1º grau durava oito anos e destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente. Já o ensino de 2º grau tinha como propósito a formação integral do adolescente e teria três ou quatro anos de duração, conforme previsto para cada habilitação.

Como explica Romanelli (2000, p.238),

[...] o ensino de 1º grau, além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. E o ensino de 2º grau passa a constituir-se, indiscriminadamente, de um ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional.

Ainda de acordo com essa autora, um dos princípios que caracterizaram a Lei número 5.692/1971 foi o da terminalidade, ou seja, cada

⁸ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=115901&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>.

⁹ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102368&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>.

nível de ensino capacitava o aluno para o exercício de uma atividade, o que antecipava o ingresso dele no mundo do trabalho.

Em suma, ao tornar compulsória a profissionalização do ensino de 2º grau, o governo tinha duas metas: uma delas era formar mão-de-obra qualificada sob o regime de urgência, necessidade trazida por um período de crescimento do país conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1969-1973). A outra foi diminuir a pressão por vagas nas universidades, consequência da busca cada vez maior dos jovens provenientes das classes populares por níveis mais elevados de escolarização (CAMARGO; VILELLA, 2010).

No que diz respeito à Escola Técnica Federal de São Paulo, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio, completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (IFSP, 2014).

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje estão sediados tanto o Câmpus São Paulo quanto a Reitoria do Instituto Federal de São Paulo.

O ano de 1986 também foi marcante para a Instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido, de forma direta, por professores, técnicos administrativos e alunos. Eleito por 130 votos, Antonio Soares Cervila concretizou uma antiga reivindicação da comunidade escolar, o que se tornou possível por iniciativa da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo (ASSETEFESP).

Durante a gestão de Cervila foi criada, em Cubatão, a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) do país. A segunda UNED começou a funcionar em 1996, na cidade de Sertãozinho, quando estava na direção da ETFSP, Francisco Gayego Filho (IFSP, 2014).

As UNEDs, surgidas no governo do então presidente José Sarney, com o objetivo de expandir a Rede Federal de Ensino Profissional, vincularam-se às estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais (CAMARGO; VILELLA, 2010).

De 2006 a 2008, foram implantadas UNEDs em mais sete cidades do Estado de São Paulo, sendo elas, respectivamente, Guarulhos, Bragança

Paulista, Salto, Caraguatatuba, São João da Boa Vista, São Roque e São Carlos.

Em 1994, a Lei número 8.948¹⁰, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em **Centros Federais de Educação Tecnológica** (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de **CEFET-SP** a partir de um Decreto, sem número, de 18 de janeiro de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso estava em seu segundo mandato como presidente da república.

Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto número 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, conforme consta no artigo quinto: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”. Esse ato, no entanto, foi revogado pelo Decreto número 5.154, de 23 de julho de 2004, que voltou a permitir que a educação profissional técnica de nível médio fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio.

Outro avanço para o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo ocorreu com o Decreto número 5.224, de 01 de outubro de 2004 com a autorização para “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica”, conforme descrito item V do artigo quarto.

Durante o seu segundo mandato presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei número 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Fazem parte desta Rede, os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, a Universidade Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas ligadas às universidades federais. Com exceção das Escolas Técnicas, as demais instituições listadas “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”, conforme o artigo primeiro dessa Lei.

Os Institutos Federais, inicialmente criados num total de 38 unidades,

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>.

são definidos, conforme artigo segundo de sua lei instituinte, como

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...].

A presente Lei ainda equipara os Institutos Federais às Universidades Federais no que tange à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior.

Os Institutos Federais, além disso, conforme destacado no parágrafo terceiro do segundo artigo, têm

[...] autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica [...].

No que diz respeito à sua estrutura organizacional, os Institutos Federais passaram a ter como órgãos superiores da administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos presididos pelo Reitor do Instituto. O primeiro possui caráter consultivo e é composto pelo Reitor, pelos Pró-reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos câmpus que integram o Instituto Federal. O Conselho Superior, por sua vez, tem caráter consultivo e deliberativo, e é formado por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, garantindo-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

Já no papel de órgão executivo dos Institutos está a Reitoria, cujos membros são o Reitor e cinco Pró-reitores. O Reitor é eleito pela comunidade local (docentes, técnicos administrativos e discentes) e nomeados pelo Presidente da República para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Instituto. Nesse processo eleitoral, é atribuído o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para os servidores técnico-administrativos e 1/3 (um terço) para o corpo discente.

No caso do IFSP, o Professor Arnaldo Augusto Ciquielo Borges foi nomeado para o cargo de Reitor na condição *pro tempore* e, em abril de 2013, tomou posse o Professor Eduardo Antonio Modena, o primeiro Reitor do IFSP

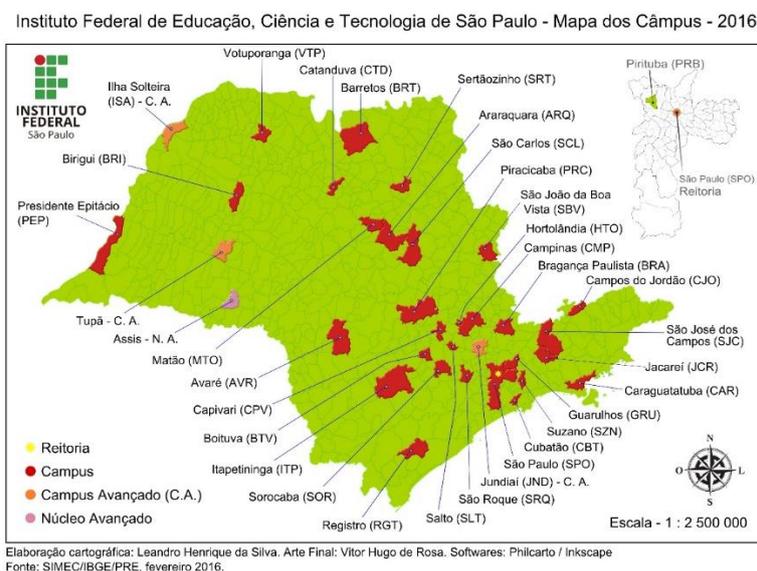
eleito através da participação da comunidade.

Comprovando a abrangência de sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, antigo CEFET-SP, além de oferecer cursos técnicos, nas modalidades integrada ao Ensino Médio e concomitante e/ou subsequente ao Ensino Médio, cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia) e cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), investe na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão.

Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Atualmente, o IFSP conta com 42 unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo, entre câmpus, câmpus avançado e um núcleo avançado, como pode ser observado no mapa a seguir.

Figura 1 - Mapa dos câmpus do IFSP¹¹



1.1.1. A função social

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo se constitui, historicamente, como espaço formativo no âmbito da educação e do

11 Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/mapa-dos-campi.html>>.

ensino profissionalizante.

Continuamente, a sua identidade vem sendo constituída e construída a partir de referenciais ético, políticos, científicos e tecnológicos presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Estes refletem a opção do IFSP em abarcar diversas demandas da sociedade e, acompanhando os processos de transformação nos mundos do ensino e do trabalho, com perspectivas de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, busca construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

Assim, o IFSP atua como instituição educativa na perspectiva da educação profissional e tecnológica que, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, protagoniza um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

1.1.2. Os objetivos e metas

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo as tecnologias a ele relacionadas. Compreende-se que, para isso, seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão dessa relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e o desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseiam-se a concepção do trabalho como princípio educativo, o que não significa apenas aprender fazendo, nem é sinônimo de formar tão somente para o exercício do trabalho.

Entender o trabalho como princípio educativo coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade numa ação produtiva.

Com isso, a educação profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científicos, tecnológicos, históricos, culturais e

sociais da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida economicamente ativa e cidadã.

Conforme Pacheco (2011), os Institutos Federais apresentam, como principais metas:

- 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade;
- 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país;
- 3) formar, por meio de uma educação crítica e reflexiva, cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o mercado de trabalho.

1.2. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição Federal de 1988 se apresentou como um marco da qual decorreram profundas mudanças e possibilidades de avanços ao Brasil. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporaram avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades, conforme seu artigo 207.

Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei número 9.394, de 20/12/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, temos o desafio de delinear conceitos vinculado a ensino, pesquisa e extensão, visando nortear a prática acadêmica no interior do IFSP.

O **Ensino** é compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e se educar.

A educação, parte de um processo que constitui a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e de suas respectivas mudanças, o que encaminha a estruturação de novos modelos.

A **Pesquisa** é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG *apud* LAKATOS; MARCONI, 2003). A Pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A **Extensão**, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e a externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar, e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica. Portanto, a Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de Extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que devem ser apropriados pela sociedade em benefício

de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que Ensino, Pesquisa e Extensão devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas adotadas e as ações institucionais, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Em 2008, os Institutos Federais foram criados, conforme a Lei número 11.892, com a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar que também os caracterizou como instituições de pesquisa tecnológica e de extensão, conforme os incisos VII e VIII de seu artigo sexto. Assim, o mesmo princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecido pelo parágrafo segundo do artigo 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas Instituições.

Tendo em vista que as instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utiliza-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos, conforme apontado no Forgrad (2000), o que significa valorizar a “bagagem individual” visando incitar a aprendizagem. Neste sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar. Aproximando, assim, os processos educativos da realidade a qual o estudante estará submetido fora da Instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão

necessários (REIS, 2013).

Os Institutos Federais, guiando seu Projeto Político-pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir deste novo paradigma: ensinar a pensar e a aprender. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 2011), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (REIS, 2013). Em suma, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, quando indissociadas e bem articuladas, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.3. Princípios norteadores

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (Lei número 11.892/2008), assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018), encontram-se nestes documentos, os norteadores das ações e princípios do Instituto Federal de São Paulo, os quais destacamos abaixo algumas dessas concepções.

1.3.1. Desenvolvimento humano

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável.

Uma vez que esse desenvolvimento não necessariamente ocorre de forma linear e progressiva, ele deve ser compreendido como uma construção humana, social, coletiva e comunitária, firmando-se como a meta orientadora de toda a reflexão e de toda a atividade de construção de cursos, projetos, pesquisas e atividades congêneres em âmbito institucional.

Sendo assim, pode-se dizer que a atuação do IFSP no contexto educacional e político brasileiro parte da premissa de que vivemos em uma sociedade desigual e que caminha, mesmo que a passos lentos, no sentido de minimizar tais diferenças.

Na busca por uma formação profissional, científica e tecnológica, os Institutos Federais, tal como prefigurado no artigo segundo da Lei 11.892/2008, objetiva “construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento”. Assim, o IFSP, em consonância com seus objetivos e princípios, assume compromisso em sua ação educativa com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa.

Neste sentido, entende que a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. O conceito considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades

relacionando-o diretamente com mudança para a qualidade¹².

É preciso propor, assim, uma atuação institucional comprometida com a superação dos grandes entraves que inviabilizam o pleno desenvolvimento humano de nossos cidadãos e de nossa sociedade, dado que esse desenvolvimento está diretamente ligado com a justiça social, com a democracia, com o trabalho e com a cultura, com o lazer e com a possibilidade de avançar cada vez mais enquanto instituição e enquanto sociedade.

Se formos bem-sucedidos, formaremos não apenas profissionais para o mundo do trabalho, mas sujeitos críticos para o exercício da cidadania, na perspectiva da emancipação humana, capazes de pensar e de enfrentar os desafios continuamente impostos pelo mundo do trabalho, da cultura, da ciência e tecnologia.

Ao fim de seus processos de formação, os estudantes terão não apenas se profissionalizado, mas terão se tornado mais conscientes de seu próprio lugar no tempo e na história, tendo se tornado capazes de intervir na construção de seu mundo, de modo criativo e rico do ponto de vista de todas as suas possibilidades.

1.3.2. Educação

Na sociedade atual, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico.

Compreendemos a **educação** como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo

¹² Tal como consta no portal do PNUD: “[...] o conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD”.

Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em 16/10/2014

de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Freire (2014) identifica na natureza do ser humano, um núcleo fundamental em que propõe que se sustente o processo de educação: seu inacabamento ou sua inconclusão. Sabendo-se inacabado, o homem educa-se e não se educa sozinho, educa-se em comunhão.

Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” (saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata) e o engajamento político, por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados.

No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança (DELLORS, 1999).

1.3.3. Educação Profissional e Tecnológica

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo.

A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e

desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual.

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL/MEC/SETEC, 2010, p. 19)

Nosso objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes.

Ora, se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos” (PACHECO, s.d.).

A formação destes sujeitos implica em assumir que a escola constitui historicamente uma das formas de reprodução da divisão do trabalho através dos instrumentos materiais elaborados para a construção do conhecimento.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1990, com a reestruturação das forças produtivas, ligadas ao modelo econômico toyotista, repercutiram na apropriação pela escola de modelos pedagógicos voltados às competências, respondendo aos princípios da flexibilidade para o atendimento das demandas do mundo do trabalho.

A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência. (BRASIL. MEC. SETEC, 2010, p.22)

Nesta perspectiva, aproximamo-nos da compreensão do trabalho como princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo.

Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos

fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Desta forma, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã.

O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho.

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias (IFSP, [2009], p. 41)

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

Além do mais, a educação profissionalizante do IFSP nutre-se da certeza reconfortante de Paulo Freire que vê falsidade no dilema entre humanismo e técnica. Para ele, a educação que se opõe à capacitação técnica é tão ineficiente quanto aquela que nega a formação geral humanista, limitando-se ao desenvolvimento das competências técnicas (GADOTTI, 2004).

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Neste cenário, faz-se necessário afirmar que o IFSP opta por uma pedagogia emancipatória, capaz de refletir as contradições entre o modo de produção hegemônico, onde as demandas do capital são dominantes e se reproduzem na prática pedagógica fragmentada.

Portanto, a escola deve favorecer a construção de estratégias de inclusão, nos diversos níveis e modalidades de educação que permitam a formação de identidades autônomas e contextualizadas.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

1.3.4. Conhecimento

Paulo Freire (1992, p.36) afirma que o conhecimento não se dá em um processo mecânico e desconectado, mas “se constitui nas relações homem-mundo e nas relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações”. Assim, a aquisição do conhecimento não ocorre pela mera transferência, mas pela construção dos saberes no desejo de avançar, numa busca constante de dominar o desconhecido, inventando e reinventando a realidade.

Em acordo com o pensamento freireano, Mário Sérgio Cortella relaciona conhecimento e educação como complementares, onde

[...] o bem de produção imprescindível para a nossa existência é o Conhecimento, dado que ele, por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação sobre a realidade, é o que nos guia como ferramenta central para nela intervir; ao seu lado coloca a Educação (em suas múltiplas formas), que é o veículo que o transporta para ser produzido e reproduzido (CORTELLA, 2008, p.39).

Para construção do conhecimento no século XXI, nossos desafios emergem para educação e as relações sociais tornaram essenciais para contemporaneidade.

Sendo o ser humano compreendido como ser sócio-histórico, “produto de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação” (IFSP, 2014), essa construção e transformação ocorre por meio da libertação do homem, que constrói sua autonomia e vai além

de sua capacidade de sobrevivência econômica, atuando com criticidade e se posicionando diante do estabelecido socialmente.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. (BRASIL/MEC/SETEC, 2010, p.34)

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos.

Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade da qual precisa apropriar-se para poder transformá-la.

A transformação da ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter: deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o tecnológico, que significa um conhecimento produtivo, articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos, constituindo uma efetiva cientificação da técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção, sendo possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social. (IFSP, 2014, p.148)

A difusão da tecnologia no país vem ganhando profusão regional, o que leva aos rearranjos produtivos locais, caracterizando cada realidade a tipos de inovação tecnológica.

O Estado de São Paulo, no contexto nacional, destaca-se na esfera econômica, sendo considerado o estado mais desenvolvido, com o maior PIB, porém com alta desigualdade social. É também reconhecido como polo industrial e de oportunidade de melhor formação com a presença das consideradas melhores universidades do país. Assim, a educação profissional, pautada em instrumentalizar o trabalhador para esses novos desafios produtivos, é papel do Estado.

Nesse cenário, o IFSP contribui para o cumprimento desse papel. Como afirma Pacheco (2011, p.8)

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante, temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado ou descontextualizado.

Nesse sentido o IFSP, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar

na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. (IFSP, 2014, p.158)

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A educação nesse viés vincula-se a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL/MEC/SETEC, 2010).

Diante disso, a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura.

No contexto da educação profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante.

Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos.

Afirma-se, com isso, que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado a formação plena do educando.

1.3.5. Currículo

Pacheco (2001, p. 20) aponta que o currículo é uma

[...] unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas.

O indivíduo é reconhecido como principal ator de sua própria aprendizagem, pois entende-se que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a construção desses saberes a partir da realidade dos alunos.

Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam se dialogar, resultando no apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação

de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdos, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo acima de tudo e preponderantemente uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades deste ensino para quem o vai receber.

Nesse sentido, a indagação sobre o que selecionar como elemento constituinte de um currículo deve ser necessariamente antecedida por: o que os educandos devem se tornar?

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como, programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos Institutos.

A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc.

A verticalização, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de

itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica. A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que traduzirá um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos IFs, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo a ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Por consequência, alçar uma proposta de educação profissional pautada no compromisso com a formação humana integral e focada na apreensão conjunta dos conhecimentos científicos, tecnológicos, histórico-sociais e culturais exige o estabelecimento de princípios e de pressupostos

teóricos que serão norteadores desse processo profícuo de construção coletiva.

1.3.6. Prática pedagógica

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Neste contexto as práticas pedagógicas, entendidas como conjunto de ações do professor no espaço de sala de aula constroem-se no IFSP a partir da tensão entre o rotineiro e mecânico e a premência da reflexão e inventividade perante as exigências educacionais heterogêneas e, por vezes, contraditórias, advindas de um projeto ainda em constituição.

Partindo do princípio da autonomia e da gestão democrática, que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação.

Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes na instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Ao promover a socialização de cidadãos conscientes de suas singularidades e acima de tudo, cientes dos aspectos humanos comuns que os unem, o IFSP deve prover uma educação emancipadora, tanto aos discentes como aos servidores. Para tanto, a própria formação continuada, inerente aos docentes, requer a incorporação por estes de práticas pedagógicas que aprofundem a temática da formação cultural da sociedade brasileira.

O docente necessita superar o senso comum ao interagir com diferentes grupos culturais, entrando de certa forma no “mundo do outro”, reconhecendo a diferença que permita construir a igualdade, na busca da sociedade democrática.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as

referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento.

Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. Nesse sentido, a pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude.

Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re) construção de conhecimentos.

No processo de ensino, entendemos que se deve priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento.

Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

2. DA CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

2.1. Histórico do Câmpus Presidente Epitácio

Retomando nossa concepção, enquanto instituição de ensino, apresenta-nos a criação, em 1910, da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, inserida dentro das atividades do governo federal no estabelecimento da oferta do ensino primário, profissional e gratuito. Os primeiros cursos oferecidos foram os de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937 e o nome da instituição foi alterado para Liceu Industrial de São Paulo, denominação que perdurou até 1942. Nesse ano, através de um Decreto-Lei, introduziu-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, refletindo a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico.

A partir dessa reforma, o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Com o Decreto nº 4.127, de 1942, deu-se a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e de cursos pedagógicos. Esse Decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar os cursos de Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas.

A denominação Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, em ação do Estado que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Durante a primeira gestão eleita da instituição, após 23 anos de intervenção militar, houve o início da expansão das unidades descentralizadas –

UNEDs, sendo as primeiras implantadas nos municípios de Cubatão e Sertãozinho.

No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a instituição tornou-se um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o que possibilitou o oferecimento de cursos de graduação. Assim, no período de 2000 a 2008, na unidade de São Paulo, foi ofertada a formação de tecnólogos nas áreas da Indústria e de Serviços, além de Licenciaturas e Engenharias.

O CEFET-SP transformou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, sendo caracterizado como instituição de educação superior, básica e profissional.

Nesse percurso histórico, percebe-se que o IFSP, nas suas várias caracterizações, assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou em uma escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP contribui para o enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo e para o desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada câmpus. Atua, também, na pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e na democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

A proposição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como modelo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade.

A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos:

- ofertar educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio;

- orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Segundo o Atlas do Instituto Federal de São Paulo, publicado em 2012, a região em que o município de Presidente Epitácio está inserido apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo do registrado no conjunto do Estado de São Paulo, sendo o IDH do município de Presidente Epitácio inferior ao da região. Adicionalmente, a média salarial do município é de R\$1.001,01. Tais fatos evidenciam a baixa situação econômica da região e vêm ao encontro da proposta sociopedagógica do IFSP, que visa incluir socialmente e oferecer um ensino público de qualidade aos interessados em se capacitar para o mundo de trabalho, incluindo as pessoas com situação socioeconômica menos privilegiada.

Diante do exposto, em atendimento as políticas públicas educacionais vigentes na época, o IFSP – Câmpus Presidente Epitácio, em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC número 001/2007 – Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, foi planejado e construído no município de Presidente Epitácio, à 650 km da capital São Paulo.

A Portaria Ministerial número 1.170, de 21/09/2010, autorizou o funcionamento do Câmpus Presidente Epitácio, que iniciou suas atividades em 8 de fevereiro de 2011, sendo que as primeiras aulas ocorreram na escola municipal “Professor Waldyr Romeu da Silveira” até que fosse concluída a construção do prédio. Em 31 de março de 2011, ocorreu a inauguração de fato, do câmpus, localizado na Rua José Ramos Júnior, 27-50, Jardim Tropical.

A implantação do Câmpus Presidente Epitácio foi, principalmente, resultado dos esforços da Prefeitura de Presidente Epitácio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo e do Ministério da Educação.

A área construída para a instalação do Câmpus Presidente Epitácio foi doada pela Prefeitura de Presidente Epitácio e foram investidos, inicialmente R\$4,7 milhões para construção de salas de aula, laboratórios, biblioteca, complexo administrativo, espaço para convívio e pátio coberto, totalizando

5.316,06 m² de área construída.

No primeiro semestre de 2011 iniciou-se a oferta dos cursos Técnico em Edificações e Técnico em Automação Industrial, ambos na modalidade concomitante/subsequente ao Ensino Médio, nos períodos vespertino e noturno, com oferta semestral de 40 vagas para cada período, totalizando 160 vagas semestrais.

No primeiro semestre de 2012, iniciou-se o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com 40 vagas anuais. Também, foram iniciados os cursos técnicos em Eletrotécnica e em Informática, ambos na modalidade integrada ao Ensino Médio, cada um com 40 vagas anuais, ofertados em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, representada pela Escola Estadual “18 de Junho”.

Também em 2012, o câmpus começou a ofertar cursos do Pronatec e atuar como polo de apoio presencial para alunos do curso Técnico em Secretaria Escolar, do Programa Profucionário.

No ano de 2013, foi ofertado, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o curso Técnico em Administração, na modalidade integrada ao Ensino Médio, com 40 vagas anuais. Também, neste ano, iniciou-se o curso Técnico em Administração, na modalidade concomitante e/ou subsequente, ofertando 40 vagas semestrais no período noturno. No ano em questão, o curso Técnico Integrado em Eletrotécnica deixou de ser ofertado.

No ano de 2014, o curso Técnico em Automação Industrial deixou de ofertar novas vagas no período vespertino e em 2015, no noturno.

A aceleração das transformações técnico-científicas é responsável por amplas modificações no modo de produção e por elevar a necessidade de qualificação dos trabalhadores. Tal relação antenada com o dinamismo presente no mundo atual, justificam a qualificação profissional visando suprir com mão de obra técnica especializada.

A recente expansão da rede federal de educação busca suprir esta necessidade do mercado de trabalho. A oferta de cursos técnicos e tecnológicos é crescente, e isto aliado, às exigências profissionais, tornam tais cursos relevantes para o crescimento do Brasil.

A educação profissional surge como alternativa para pessoas de

qualquer idade, crença, etnia ou classe social. Seja pela facilidade em ser empregado, pela aprendizagem de uma profissão, ou mesmo pela associação de ensino regular com educação profissional, as matrículas em cursos técnicos são as que mais crescem no país, conforme Censo 2008.

2.2. Identificação do Câmpus Presidente Epitácio

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP/PEP – CAMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO

CNPJ: 10.882.594/0021-09

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua José Ramos Júnior, 27-50 – Jardim Tropical

CEP: 19470-000 – Presidente Epitácio – SP

TELEFONES: (18) 3281-9599

FACSÍMILE: (18) 3281-9592

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: pep.ifsp.edu.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: pep@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 158584

GESTÃO: 26439

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

2.3. Cursos oferecidos

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores fornecem subsídios importantes para a elaboração e oferta de cursos. Produto de construção coletiva, estes catálogos são documentos que resultam da participação de especialistas e pesquisadores, instituições de ensino, entidades de representação corporativa, dentre outros, conferindo legitimidade e confiabilidade ao resultado ora disponibilizado à sociedade brasileira.

A adoção da nomenclatura, a carga horária e o perfil descritivo, apresentados nos catálogos, possibilitam à instituição de ensino qualificar a oferta de seus cursos e ao estudante uma maior aceitação no mercado de trabalho.

O Instituto Federal de São Paulo oferta educação profissional de nível tecnológico e gratuita e visa atender a necessidade de capacitação e formação profissional da população dos municípios mencionados.

Considerando uma área de abrangência com raio de 65 quilômetros, o Câmpus Presidente Epitácio engloba os municípios de Presidente Venceslau, Caiuá, Piquerobi, Santo Anastácio, Panorama, Paulicéia e ainda o município de Bataguassu, no estado de Mato Grosso do Sul.

2.3.1. Cursos regulares

Conforme o PDI 2009-13 do IFSP, a previsão inicial de ofertas de cursos para o Câmpus Presidente Epitácio, constava dos cursos em Mecânica, Automação, Gestão / Administração, Construção Civil e Química.

No PDI-2014-18, a previsão de oferta de novos cursos pauta-se em: Técnico em Informática e Técnico em Mecatrônica, ambos integrados ao Ensino Médio, Técnico em Eletrotécnica (concomitante/subsequente) e Técnico em Administração na modalidade Proeja. Pauta-se, também, na oferta de superiores de bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil. No tangente às licenciaturas, o câmpus pauta-se na oferta de Ciências Naturais, com habilitação em Matemática e Física, na modalidade a distância.

Na sequência, discorre-se sobre o histórico dos cursos ofertados.

2011

Os dois primeiros cursos ofertados pelo Câmpus Presidente Epitácio tiveram início no primeiro semestre de 2011 e foram Técnico em Edificações e Técnico em Automação Industrial, ambos na modalidade concomitante e/ou subsequente ao Ensino Médio. Com turmas nos períodos vespertino e noturno foram ofertadas, semestralmente, 40 vagas por turma e turno, totalizando 320 vagas ao ano.

2012

No primeiro semestre de 2012, iniciou-se primeiro curso superior

ofertado pelo câmpus. Com 40 vagas anuais e duração de três anos, o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas representa a iniciativa de ampliar a oferta de cursos de diferentes níveis. Também no primeiro semestre deste ano, iniciaram as ofertas dos cursos Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Informática, ambos na modalidade integrada ao Ensino Médio, ofertados em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, cuja a parceira foi a Escola Estadual de “18 de Junho”, sendo 40 vagas anuais para cada curso. Neste mesmo ano, decidiu-se por não mais ofertar novas turmas para o curso Técnico em Eletrotécnica, na parceria.

2013

No primeiro semestre de 2013, ainda com a parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, houve a oferta de novo curso: Técnico em Administração, na modalidade integrada ao Ensino Médio, com oferta anual de 40 vagas. Este curso foi ofertado somente neste ano, não havendo oferta para novas turmas nesta parceria. Ainda no primeiro semestre de 2013, considerando a demanda do município e região, iniciou-se a oferta de 40 vagas semestrais para o período noturno, para o curso Técnico em Administração, na modalidade concomitante e/ou subsequente. No segundo semestre, este curso apresentou reformulação em sua estrutura curricular para as novas turmas.

2014

No segundo semestre de 2014, devido à baixa demanda de alunos para o período vespertino no curso de Técnico em Automação Industrial, deixou-se de ofertar vagas para esse turno, concentrando as vagas apenas para a turma do noturno.

2015

Em 2015, não mais se ofertou novas vagas para o curso Técnico em Informática na modalidade integrada ao Ensino Médio, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Por sua vez, no primeiro semestre de 2015, o câmpus iniciou a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio mantidos totalmente pelo IFSP. Assim, iniciaram os cursos de Técnico em Mecatrônica e Técnico em Informática, ambos na modalidade integrada ao Ensino Médio e com oferta anuais de 40 vagas. Atendendo à chamada do MEC para atualização de cursos técnicos em decorrência da alteração de carga horária mínima total, os cursos Técnico em Administração e

Técnico em Informática mantidos pelo câmpus, apresentaram reformulação de seus PPCs, cuja implantação dessas novas características é para o início de 2016. Ainda em 2015, foi encaminhado para análise o PPC do curso superior em Engenharia Civil, previsto para oferta em 2016 e encontra-se em construção o PPC do curso superior de Engenharia Elétrica, previsto para início das ofertas em 2017.

2.3.2. Pronatec

A partir de 2012, o câmpus começou a ofertar cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

2012

Foram oferecidas cerca de 180 vagas nos cursos de Auxiliar de Eletricista, Desenhista da Construção Civil e Operadores de Computador. Para atender à demanda das necessidades de formação e capacitação dos cidadãos do município e região, os cursos foram ofertados nos três períodos.

2013

No ano de 2013 foram mais de 150 alunos beneficiados nos cursos de Operador de Computador, Auxiliar Administrativo, Desenhista Mecânico e Aconselhador em Dependência Química.

2014

No ano de 2014 foram mais de 120 alunos beneficiados nos cursos de Agricultor Agroflorestal, Agricultor Familiar, Agente de Informações Turísticas, Balconista de Farmácia, Camareira em Meios de Hospedagem, Recepcionista.

2015

No ano de 2015 não houve oferta de cursos vinculados ao Pronatec.

2.3.3. Profucionário

No ano de 2012 o Câmpus Presidente Epitácio começou a atuar como polo de apoio presencial para cursos do Profucionário: um programa que visa a formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação

compatível com a atividade que exerce na escola.

A formação em nível técnico de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira.

Entre seus objetivos fundamentais, está a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico proporcionados pelo Profucionário.

Em 2013 o câmpus foi credenciado pelo MEC para ofertar cursos na modalidade EAD.

Desde sua implantação o Campus ofertou 150 vagas para o curso Técnico em Secretaria Escolar, cuja a carga horária é de 1.260 horas.

2.4. Programação de aberturas de cursos

A presente programação pauta-se em dados presentes no PDI 2014-2018. No entanto, o câmpus vem realizando alguns estudos internos quanto à revisão das previsões de ofertas de cursos.

2.4.1. Técnico integrado ao Proeja

O PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante. Estuda-se a oferta do curso Técnico em Administração vinculado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, pautado para 2016.

2.4.2. Graduação (presencial)

Estão previstos os seguintes cursos superiores:

- 2016 – Bacharelado: Engenharia Civil
- 2017 – Bacharelado: Engenharia Elétrica
- 2017 – Bacharelado: Ciência da Computação

O PPC do curso de Bacharelado em Engenharia Civil foi encaminhado à Pró-reitoria de Ensino e aguarda conclusão dos trâmites legais para sua implantação. Os cursos de Engenharia Elétrica e Ciências da Computação estão em fase de construção de seus respectivos PPCs.

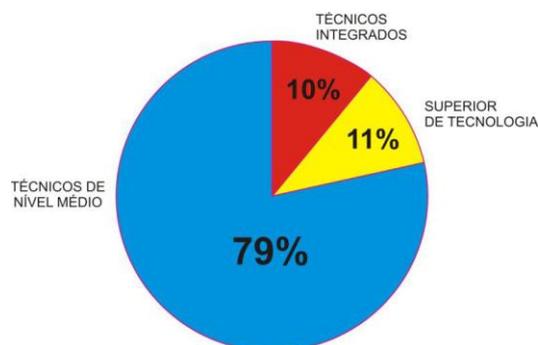
2.4.3. Graduação (EaD)

Está pautando, para 2016, a oferta do curso superior de Licenciatura em Ciências Naturais (Habilitação em Matemática e Física), na modalidade de educação a distância

2.5. Realidade do câmpus

Atualmente (2015), o Câmpus Presidente Epitácio atende a aproximadamente 700 alunos em seus cursos regulares, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Percentual de alunos nos cursos regulares



Além dos cursos regulares, o câmpus oferece, também cursos FIC, Pronatec e Profucionário.

Essas percentagens atendem ao artigo oitavo da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabelece a garantia de no mínimo de 50% das vagas ofertadas por cada câmpus sejam destinadas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos.

O número maior de alunos matriculados no Câmpus Presidente Epitácio se concentra nas turmas do curso Técnico em Edificações, fato que deve ser considerado na proposição de cursos voltados a esta área, como Engenharia Civil.

Considerando a situação atual e os novos cursos propostos, as médias de alunos por professor, de acordo com as previsões presentes no PDI 2014-2018, para o Câmpus Presidente Epitácio são:

Tabela 1. - Previsão da relação aluno x professor

Modalidades de cursos	2014	2015	2016	2017	2018
Técnicos de nível médio	19.75	12.93	13.35	14.87	17.77
Superior de Tecnologia	19.00	16.67	17.50	20.00	15.00
Ciências Naturais – EAD			22.50	22.86	20.00
Engenharia Civil			13.33	14.00	12.50
Engenharia Elétrica				20.00	17.50
Ciência da Computação				13.3	14.00
Média de alunos / Global	19.65	13.37	14.45	16.62	17.03

Fonte: PDI 2014-18.

2.6. Infraestrutura física e instalações acadêmicas

No tocante aos aspectos físicos e infraestrutura, o Câmpus Presidente Epitácio encontra-se equipado com salas de aulas e laboratórios específicos que atendem à comunidade acadêmica do câmpus e à comunidade externa.

A infraestrutura acadêmica do Câmpus Presidente Epitácio está apropriada à utilização dos recursos audiovisuais necessários à prática pedagógica e estão preparadas com várias tomadas espalhadas, apropriadas para conexão de *notebooks*, permitindo o acesso a rede sem fio.

No tocante à acessibilidade, são asseguradas às pessoas com deficiências condições arquitetônicas como: estacionamento, rampa de acesso, salas de aula e laboratórios acessíveis. Possui também piso tátil para a locomoção de pessoas com deficiências visuais, banheiros dimensionados ao acesso dos portadores de necessidade física com barras de apoio, telefone público para surdo e cadeirante, e portas com dimensão acessível para cadeirantes.

Tanto a infraestrutura física, como acadêmica, propiciam aos alunos um ambiente apropriado para o processo de ensino aprendizagem.

2.6.1. Infraestrutura

Nas páginas 520 à 522 do PDI-2014-18, o item 9.19 apresenta a relação da infraestrutura física do Câmpus Presidente Epitácio efetivadas em 2013 e projetadas entre 2014 e 2018, como previsão de expansão do câmpus. Na sequência (páginas 522 à 535), o PDI apresenta a infraestrutura acadêmica existente em 2013 e as respectivas previsões entre 2014 e 2018 para os seguintes espaços de práticas, instalados no Câmpus Presidente Epitácio:

- Laboratório de Máquinas Elétricas e Comandos;
- Laboratório de Pneumática e Hidráulica;
- Laboratório de Eletricidade / Eletrônica e Arquitetura de Computadores;
- Laboratório de Usinagem;
- Laboratório de Mecatrônica Industrial (Controle de Processos, Instrumentação e Robótica);
- Laboratório de Metrologia;
- Laboratório de Instalações Elétricas;
- Laboratório de Materiais e Mecânica dos Solos;
- Laboratório de Estruturas;
- Laboratório de Saneamento e Hidráulica / Química;
- Laboratório de Práticas de Canteiro;
- Laboratório de Topografia;
- Laboratórios de Informática.

Na sequência, apresentamos as metas e previsões de execução das obras de expansão para o câmpus.

Tabela 2 - Metas e previsões de expansão

Especificações	Metas	Execução
Objetivo Geral	1 - Execução Novo Bloco de Expansão do Câmpus	
Execução do novo bloco conforme projeto aprovado	Acompanhar a construção do Ginásio Poliesportivo	2014-2015
	Acompanhar a construção de novas vagas de estacionamento	2014-2015
	Acompanhar a construção das novas salas de aula e laboratórios	2014-2015
Objetivo Geral	2 - Adequação e Melhoria da Infraestrutura Existente	
Adequação do estacionamento	Efetuar beneficiamento com pavimentação ecologicamente correta	2014-2018
	Sinalização e demarcação de vagas em geral e de acessibilidade	2014-2018
	Expansão de iluminação	2014-2018
Adequação do bloco de salas de aulas teóricas	Aquisição de mobiliário (cadeiras, carteiras e lousas) para as demais salas de aula	2014-2018
	Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado nas salas de aula	2014-2018
Adequação dos Laboratórios de Informática	Aquisição de mobiliário e computadores para as salas dos Laboratórios de Informática	2014-2018
Expansão do sistema de ar	Aquisição de equipamentos e materiais para execução	2014-2018

Especificações	Metas	Execução
condicionado	da ampliação do sistema de ar condicionado nos ambientes necessários faltantes	
Adequação dos laboratórios específicos: Artes e Apoio, Ciências Naturais, Materiais e Mecânica dos solos, Laboratório de Práticas de Canteiro, Núcleo de Multimídia e Internet - EAD	Aquisição de equipamentos didáticos diversos e gerais para aulas práticas Aquisição de materiais diversos e gerais para Utilização nas aulas práticas	2014-2018

Objetivo Geral	3 – Elaboração da Fase III de Expansão do Campus	
Infraestrutura	Projeto da construção do Refeitório	2015-2018
	Execução do projeto da construção do Refeitório	2015-2018
	Projeto de expansão e execução da construção da Biblioteca	2015-2018

Fonte: PDI 2014-2018

2.6.2. Softwares Instalados e previsão para 2015

Tabela 3 - Softwares instalados

Software	Descrição
brModelo	Voltado para ensino de modelagem em banco de dados relacional.
FluidSim – P	Software para criação, simulação e estudo de eletro-pneumática.
FluidSim – H	Software para criação, simulação e estudo de eletro-hidráulica.
MPLAB	Ambiente integrado para estudo e desenvolvimento de aplicações e sistemas embarcados, utilizando PIC Microchip MCUs e DSCs dsPIC.
Clic-02 Edit	Simulador de CLP da empresa Weg. Através desse simulador é possível simular o funcionamento de um CLP usando as linguagens Ladder ou em Diagrama de Blocos e permite a gravação no CLP
CNC Simulator	Para simulação de Comando Numérico Computadorizado.
mikroC	Compilador para aplicações com microcontroladores.

Fonte: PDI 2014-2018

Tabela 4 - Softwares com aquisições previstas

Software	Descrição
Proteus 8 Educacional com pacote de microcontroladores (PIC e 8051)	Ferramenta completa para o design de projetos eletrônicos e placas de circuito impresso.
MATLAB 2014	Software interativo de alta performance voltado para o cálculo numérico com toolboxes para aplicação em diversas áreas.

2.6.3. Acervo bibliográfico

O acervo da Biblioteca do Câmpus Presidente Epitácio apresenta o seguinte quantitativo por área de conhecimento:

Tabela 5 - Acervo da Biblioteca do câmpus

Item		Quantidades					Total em 2018
Descrição	Área do conhecimento	2014	Previsão de aquisições				
			2015	2016	2017	2018	
Assinatura Eletrônica*	Ciências Exatas e da Terra	81	-	-	-	-	81
	Engenharias	64	-	-	-	-	64
	Ciências Sociais Aplicadas	70	-	-	-	-	70
	Ciências Humanas	71	-	-	-	-	71

Item		Quantidades					Total em 2018
		2014	Previsão de aquisições				
Descrição	Área do conhecimento		2015	2016	2017	2018	
	Linguística, Letras e Artes	36	-	-	-	-	36
	Multidisciplinar	33	-	-	-	-	33
	Computador	11	-	-	-	4	15
	E-book	-	100	50	50	50	250
	Jornal	2	-	1	-	-	3
Livro	Ciências Exatas e da Terra	1.174	300	300	200	200	2.174
	Ciências Biológicas	107	100	100	100	100	507
	Engenharias	830	200	200	300	200	1.730
	Ciências da Saúde	26	20	20	20	20	106
	Ciências Agrárias	12	10	10	10	10	52
	Ciências Sociais Aplicadas	530	200	150	150	150	1.180
	Ciências Humanas	474	150	150	150	150	1.074
	Linguística, Letras e Artes	423	200	200	200	200	1.223
	Multidisciplinar	-	-	-	-	-	-
	Norma	20	-	10	-	5	35
	Obra de referência	109	10	10	10	10	149
	Periódico/ Revista	233	50	50	50	50	433
	Vídeo/CD/DVD	43	25	25	25	25	143
Observação	* Bases de Dados do Portal de Periódicos da CAPES (não é possível prever o crescimento).						

Fonte: PDI 2014-2018

A Biblioteca atende 12 horas ininterruptas, de segunda a sexta-feira e demais dias letivos previstos em calendário acadêmico, aos alunos, docentes, técnicos-administrativos e toda comunidade em geral, sendo permitido a consulta de materiais na sala de estudos ou o empréstimo de publicações específicas.

A Biblioteca possui uma sala com espaço disponível para a alocação do acervo, terminais de consulta, bancada de atendimento, área de estudo (com mesas para trabalho individual e em grupo) e espaço para leitura individual composto por cabines de estudo.

Entre os principais serviços oferecidos pela Biblioteca estão: orientação bibliográfica; normalização documentária; exposição de recentes aquisições; levantamento bibliográfico; guarda-volumes; disseminação seletiva da informação e elaboração de ficha catalográfica.

Na Biblioteca também se encontra estruturado o Tele-Centro que disponibiliza à toda a comunidade, 10 computadores com acesso à internet.

A atualização e expansão do acervo segue as recomendações da política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca, que tem por objetivo definir e implementar critérios para o desenvolvimento de coleções e a atualização do acervo. Desse modo, procura-se adquirir os títulos das bibliografias básicas de cada disciplina na proporção de 01 (um) exemplar para até 04 (quatro) alunos e, no mínimo, 02 (dois) exemplares de todos os títulos da bibliografia complementar, conforme recomendação do MEC.

É dada atenção especial à aquisição das obras de referência como enciclopédias, dicionários gerais e especializados, guias etc.

A Biblioteca tem buscados meios de adquirir, por meio de assinatura, o acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa e/ou virtual, distribuídos entre as principais áreas dos cursos, tendo acesso livre ao Portal de Periódico Capes.

São adquiridos também materiais não convencionais, quando comprovada a necessidade da comunidade usuária destes para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Com relação ao processo de expansão do acervo são observadas as seguintes prioridades:

- obras das bibliografias básica e complementar das disciplinas dos cursos ofertados pelo câmpus;
- obras de referência;
- obras de interesse da comunidade usuária que não constem nas bibliografias;
- periódicos especializados distribuídos entre as principais áreas dos cursos ofertados pelo IFSP.

2.7. Contexto Escolar

2.7.1. Município de Presidente Epitácio

O município de Presidente Epitácio pertence à Região Sudeste do Brasil, está localizado no Oeste do Estado de São Paulo, às margens do Rio Paraná e junto à divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. Possui uma área de 1.260,2 km² e tem como municípios limítrofes Panorama, Caiuá, Marabá Paulista e Teodoro Sampaio.

Conforme o site DER, Presidente Epitácio está a 90km de Presidente Prudente e a 645km da capital São Paulo e, de acordo com o site DNIT, a 368km de Campo Grande, 623km de Curitiba e 1.091km de Belo Horizonte.

Presidente Epitácio possui grande potencial turístico, destacando-se o segmento da pesca esportiva e atividades náuticas. O município também

compõe o projeto “Circuito Turístico Oeste Rios”, iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que tem como objetivo desenvolver o potencial turístico da região.

A economia da região de Presidente Epitácio tem forte expressão na produção agropecuária. O município possui estabelecimentos vinculados ao ramo alimentício, agroindustrial e extrativo mineral, tendo como destaque duas empresas de produtos derivados do beneficiamento bovino especializadas no segmento de frigorífico/couro e gelatinas. Atualmente o setor que mais emprega está associado ao segmento de serviços, indústria e comércio, respectivamente.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população em 2010 era de 41.318 habitantes, e para 2014 foi estimada em 43.348.

No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010, Presidente Epitácio atingiu indicador de 0,75 – número abaixo do registrado no conjunto do Estado de São Paulo e inferior ao da região. Nem o município de Presidente Epitácio nem a sua região atingem o patamar de 0,8, que, conforme classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, é o ponto a partir do qual passa-se a considerar um IDH elevado.

Entre 1991 e 2000, a dimensão do IDH que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,226), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,140), seguida por Longevidade e por Renda.

Ao analisar a Educação no município observa-se o cenário descrito a seguir, para crianças e jovens e posteriormente para os adultos.

Crianças e Jovens

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Educação.

No período de 2001 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 28,95% e no período 1991 a 2000, 62,05%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental

cresceu 6,6% entre 2001 e 2010 e 52,9% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 19,52% no período de 2001 a 2010 e 146,27% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 32,16% entre 2001 e 2010 e 128,3% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 72,21% dos alunos entre 6 e 14 anos de Presidente Epitácio estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 75,36% e, em 1991, 50,39%.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, 52,02% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 34,16% e, em 1991, 14,15%.

Entre os alunos de 18 a 24 anos, 13,99% estavam cursando o ensino superior em 2010, 4,79% em 2000 e 5,29% em 1991.

População Adulta

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM-Educação.

Em 2010, 57,03% da população com idade de 18 anos ou mais tinha completado o ensino fundamental e 39,06% o ensino médio, abaixo dos percentuais do estado de São Paulo: 62,91% e 44,86%, respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos, ou mais, diminuiu 10,27% nas últimas duas décadas. Em 2010, observa-se que 1,18% das crianças de seis a 14 anos não frequentavam a escola e 11,13%, entre os jovens de 15 a 17 anos.

Busca-se apresentar um panorama da realidade socioeconômica local inicialmente partindo dos dados de renda da população.

A renda per capita média de Presidente Epitácio cresceu 55,54% nas últimas duas décadas, passando de R\$437,55 em 1991 para R\$581,34 em 2000 e R\$680,56 em 2010.

A extrema pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$70,00, em reais de agosto de 2010, passou de 8,38% em 1991 para 3,12% em 2000 e para 2,22% em 2010.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual da população economicamente ativa, passou de 63,46% em 2000 para 62,26% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 16,13% em 2000 para 9,56% em 2010.

Considerando-se a realidade municipal, busca-se apresentar algumas características do IFSP – Câmpus Presidente Epitácio que, por ser uma instituição que atua em diversas modalidades de ensino, possui um perfil de estudantes bem diversificado.

Para traçar o perfil do aluno do câmpus foi utilizada uma pesquisa desenvolvida com os estudantes matriculados que solicitaram auxílio estudantil no segundo semestre de 2013. Os dados foram coletados através dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos estudantes no momento da inscrição no processo seletivo do Programa de Assistência Estudantil (PAE), e correspondem a um total de 20,4% dos estudantes matriculados nesse período.

Através desta pesquisa foi identificado que o perfil do aluno do câmpus é predominantemente jovem, do sexo masculino, com faixa etária entre 15 e 20 anos, procedentes de escola pública e residentes do município de Presidente Epitácio.

A renda per capita está entre meio e um salário mínimo, dado que demonstra a importância no investimento de programas e projetos de permanência estudantil.

Tendo como base os dados do ano de 2013 ¹³, pode-se analisar o desempenho escolar dos estudantes da instituição. Dos 368 alunos matriculados nos diversos módulos dos cursos técnicos concomitantes, 90 concluíram integralmente o quarto módulo. O número de concluintes é dividido pelo número de matrículas e multiplicado por 100, resultando no índice de relação concluintes/alunos de 24,45. O número de ingressos em 2013 foi de 376, onde 176 concluíram o curso dentro do prazo estabelecido, resultando no índice de 46,80 de eficiência acadêmica. Índice maior do que o obtido em 2012, demonstrando um aumento no número de concluintes.

¹³ Disponível em <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>.

2.8. Recursos Humanos

2.8.1. Corpo Docente

Observamos, a seguir, um resumo do quadro dos servidores docentes da educação básica, técnica e tecnológica do Câmpus Presidente Epitácio. Para quantificação, consideramos a maior titulação apresentada e, em excepcionalidade, os docentes com mestrado e doutorado em andamento.

Tabela 6 - Titulação dos docentes do Câmpus Presidente Epitácio

Área	Titulação						
	Graduado	Especialista	Mestrando	Mestre	Doutorando	Doutor	Pós-doc
Administração		3		1	1		
Construção Civil	2		1	2	2	1	
Direito		1					
Eletrônica				1			
Eletrotécnica		2	1		3	2	
Indústria					1		
Informática	1		1	6	1	2	
Mecânica	2				1		
Núcleo Comum			1	1	4		

Dados tabulados em 12/2015.

2.8.2. Corpo Técnico-Administrativo

Na tabela a seguir, observamos a maior titulação apresentada pelos servidores técnico-administrativos, conforme o cargo ocupado.

Tabela 7 - Titulação dos técnico-administrativos do Câmpus Presidente Epitácio

Área	Titulação						
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Técnico	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor
Administrador					1		
Assistente de Alunos				3			
Assistente em Administração		1		7	5		
Assistente Social				1			
Auxiliar de Biblioteca		1					
Auxiliar em Administração			1				
Bibliotecário					1		
Contador					1		
Pedagogo					2		
Psicólogo					1		
Técnico em Assuntos Educacionais					2	1	
Técnico em Contabilidade				1	1		
Técnico em laboratório – construção civil			1	1			
Técnico em laboratório – Eletrotécnica			1				
Técnico em laboratório – Mecânica					1		
Técnico em Tecnologia da Informação					3		

Dados tabulados em 12/2015.

2.8.3. Estrutura organizacional do IFSP – Câmpus Presidente Epitácio

Figura 2 – Proposta de estrutura organizacional dos câmpus.

PROPOSTA DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Câmpus -
Versão Aprovada em Reunião 11/05/2010

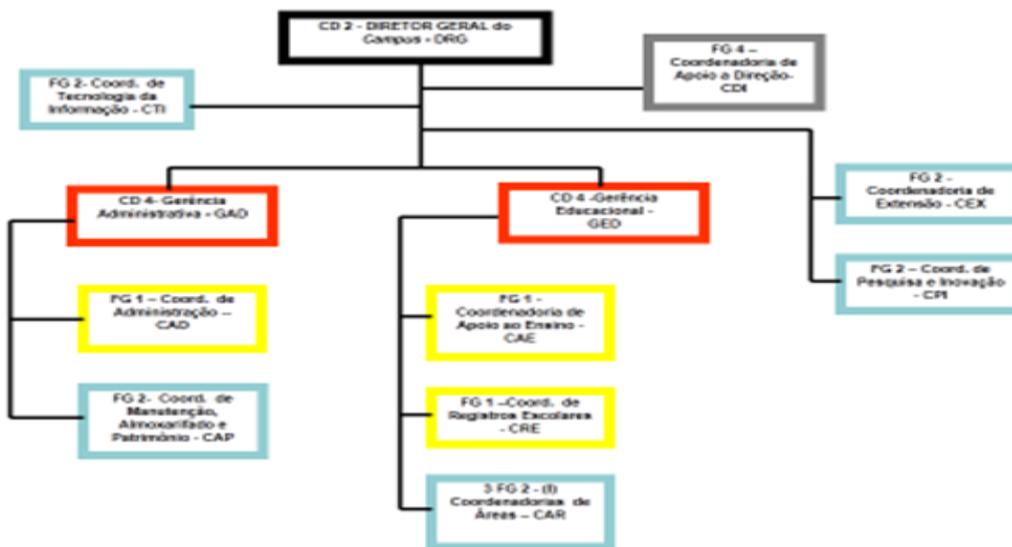
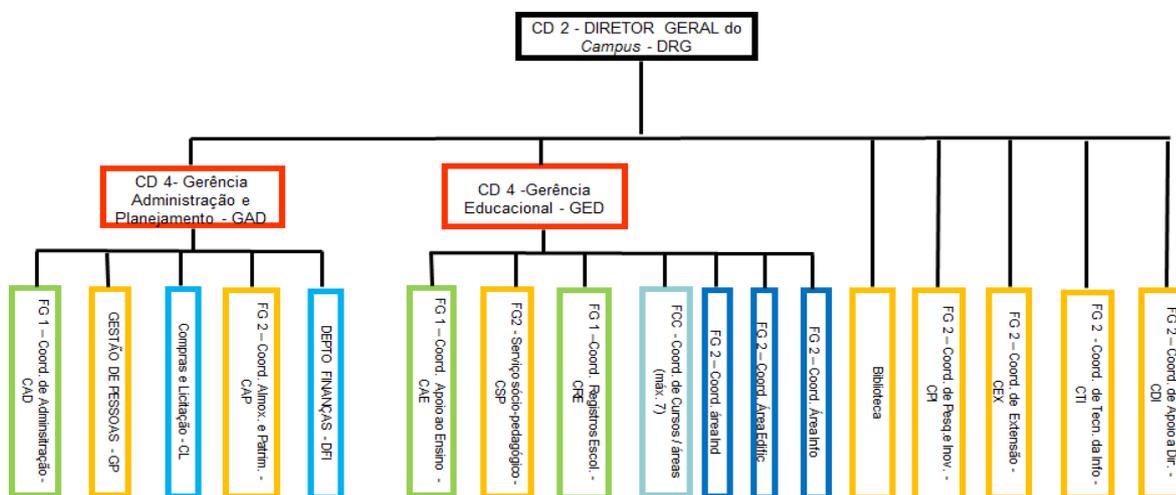


Figura 3 – Organograma atual do câmpus



A estrutura organizacional dos câmpus do IFSP encontra-se em redefinição pelo Colégio de Dirigentes e será divulgado novo organograma.

3. PRESSUPOSTOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DO CÂMPUS

3.1. Concepção de Gestão Democrática

A gestão democrática é um princípio constitucional, registrado no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal brasileira de 1988, que estabelece os princípios do ensino e ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, em seu artigo 14.

Tem por finalidade a melhoria e eficiência da qualidade do sistema educacional brasileiro, pois como afirma Gadotti (2013), *“a melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsecamente ligada à criação de espaços de deliberação coletiva”*.

A gestão democrática deve buscar desenvolver, como princípios norteadores, os seguintes elementos:

- a descentralização da administração, onde a tomada de decisões e de ações passam a ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada;
- a participação da gestão de todos os envolvidos no cotidiano escolar;
- a transparência nas decisões e ações que devem ser de conhecimento de todos;
- a construção coletiva do Projeto Político-pedagógico da escola;
- a administração coletiva dos recursos;
- o fortalecimento dos conselhos escolares.

É preciso que toda a comunidade compreenda que viver a experiência da gestão democrática da escola implica que todos estejam atentos em como isso ocorre no âmbito educativo escolar, e tenham por concepção que a própria sala de aula é um lugar de gestão e, principalmente, de aprendizagem da gestão democrática, não só da escola, mas da vida. Pois a gestão democrática deve ser compreendida como recurso de participação humana e de formação para a cidadania.

3.2. Concepção de Gestão Educacional

Apresentamos, como ponto introdutório à concepção de gestão educacional, algumas definições importantes para a composição desse tópico.

A organização escolar refere-se aos princípios e procedimentos relacionados à ação de planejar o trabalho da escola, racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais), coordenar e avaliar o trabalho das pessoas, tendo em vista a consecução de objetivos. (LIBÂNEO, OLIVEIRA & TOSCHI, 2009).

Um dos objetivos da gestão educacional é garantir as condições para o oferecimento de um ensino de qualidade a todos os membros da comunidade escolar. No entanto, a gestão escolar vai além da mobilização de pessoas e racionalização de recursos, envolve, pois, intencionalidade, definição das metas educacionais e posicionamento frente aos objetivos educacionais, sociais e políticos e visa contribuir para a formação de cidadãos capazes de interagir com o mundo social no qual estão inseridos (SCHNECKENBERG, 2007).

Conforme Cury (2005), a finalidade de uma instituição escolar é ofertar um ensino de qualidade a todos os alunos, buscando promover a cidadania e a justiça social, garantindo que o direito à educação seja efetivado em sua coletividade bem como atenda as particularidades dos alunos e da comunidade local.

Após conceituada a Gestão Escolar, abordaremos os estilos e concepções de Gestão Educacional. Buscamos, para a construção desse tema, referências nos trabalhos em Libâneo, Oliveira & Toschi (2007; 2009) que nos apresentam quatro estilos ou concepções de organização e gestão escolar:

- a) Técnico-científico:** é o modelo mais comum de organização escolar que encontramos na gestão educacional das escolas brasileiras. Nesta, prevalece uma visão burocrática e tecnicista da escola; a gestão está centralizada em uma pessoa, todas as decisões vêm de cima para baixo e o grau de participação e envolvimento das pessoas é muito baixo; há hierarquia de cargos e funções e a racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares baseia-se nas regras e procedimentos administrativos. A organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra e técnica que funciona racionalmente e, por isso, pode ser planejada, organizada e controlada a fim de alcançar maiores índices de eficácia e eficiência.

- b) Autogestionária:** a gestão educacional baseia-se na responsabilidade coletiva, na ausência de direção centralizada e na participação direta e igualitária de todos. Há uma recusa ao exercício da autoridade, valorizando, principalmente, a capacidade de o grupo criar, instituir suas próprias normas e procedimentos. Este estilo de trabalho não é muito encontrado na cotidianidade de nossas instituições, pois exige um grau muito grande de comprometimento e envolvimento na tomada de decisões, características que demandam maior tempo de convivência e de discussão.
- c) Interpretativa:** nesta, os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas são os elementos principais da gestão. Libâneo, Oliveira & Toschi (2009) destacam que o enfoque interpretativo vê as práticas organizativas como uma construção social com base nas experiências subjetivas e nas interações sociais e que, numa abordagem mais radical, esta concepção recusa a possibilidade de conhecimento dos modos de funcionamento da organização e, conseqüentemente, das normas, estratégias e procedimentos organizativos.
- d) Democrático-participativa:** baseia-se na relação orgânica e a participação dos membros da equipe. Esta relação se traduz na forma coletiva de tomada de decisões, o que deve produzir o compromisso de toda a equipe na realização do trabalho, admitindo-se, nesse processo, a coordenação e a avaliação sistemática do que foi deliberado em conjunto. Nesse modelo todo o processo de tomada de decisões acontece coletivamente, possibilitando aos membros do grupo discutir e deliberar, em uma relação de colaboração entre todos envolvidos no âmbito educacional. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, estabelece-se que cada membro da equipe assuma sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações. Valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, apostando na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola através do diálogo, do consenso. A ênfase desta concepção recai, portanto, sobre as relações humanas e a participação nas decisões, com o foco

no alcance, dos objetivos específicos da escola e da educação como um todo.

Analisando todas as concepções de gestão educacional, entendemos a importância de o Câmpus Presidente Epitácio ter uma gestão **democrático-participativa**, que incorpore ações e planejamentos democráticos e que valorize o trabalho coletivo.

Em uma instituição, é necessário que a gestão escolar seja compartilhada, coletiva, participativa e democraticamente, e que todos juntos (diretor, servidores técnico-administrativos, professores, alunos, pais e comunidade) sejam atuantes nas decisões.

Assim, alguns elementos básicos farão parte dessa gestão, como:

- elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Político-pedagógico, de modo coletivo e participativo;
- atuação efetiva do Conselho de Câmpus e demais conselhos;
- atuação efetiva da Comissão da Estatuinte;
- divulgação e transparência na prestação de contas do câmpus;
- atuação efetiva da CPA (Comissão Própria de Avaliação) na avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, técnico-administrativos e alunos, observando as diferentes dimensões do universo acadêmico;
- fortalecimento da participação estudantil;
- escolha e eleição para o cargo de diretor-geral do câmpus.

Parafraseando Libâneo (2001), o conceito de participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade e favorece uma aproximação.

3.3. Ensino

3.3.1. Política de Ensino

Conforme Libâneo; Oliveira e Toschi (2007, p.118)

O papel da educação escolar na sociedade atual deve ser entendido como realização da cidadania, contra todo o tipo de desigualdade e exclusão social. Ser agente de mudanças; trabalhar a tradição e os valores nacionais; e preparar cidadãos capazes de entender o mundo, sua realidade e de transformá-lo positivamente.

A disposição ao ato de ensinar requer atividades planejadas, sistematizadas e em contínuo processo de avaliação, repletas de intencionalidades. Dentre estas intenções, a especial e fundamental: alcançar a aprendizagem.

Obter êxito no processo de ensinar, pressupõem o alcance da aprendizagem, afinal, o que realmente interessa a qualquer instituição de ensino são os resultados alcançados pelos seus alunos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse entendimento, o conceito de ensino apartado do conceito de aprendizagem torna-se vazio e sem propósito. Está, pois, inexoravelmente imbricado no conceito de aprendizagem. Em virtude dessa intrínseca relação conceitual, a caracterização e a razão de existir do ensino fundamenta-se na aprendizagem.

O ensino adquire um *status* relevante no processo educacional e constitui-se em uma das principais vias de acesso e de produção do conhecimento.

No Câmpus Presidente Epitácio, a dimensão do Ensino compõe a tríade acadêmica institucional. Aliado à Pesquisa e à Extensão, o processo de ensino concretiza-se na inter-relação com os campos científicos correlatos que, permeados por articulações, interações e intervenções dos atores envolvidos, propiciam ao sujeito a possibilidade de compreender e de transformar a realidade por meio da apropriação de novos saberes.

Esse exercício exige uma concepção de ensino que contemple o caráter integrador do conhecimento. Portanto, para haver equilíbrio entre formação humana e formação profissional faz-se necessário que todos os processos, especialmente os de ensinar e de aprender, estejam orientados pelo dialogicidade, pela integração dos saberes, por percursos democráticos, pela participação, pelo exercício da criticidade, pela curiosidade epistemológica e pela autonomia intelectual do aluno.

Face a esse dimensionamento, o IFSP compromete-se a promover um ensino de qualidade socialmente referenciada, sob os princípios da formação humana integral. Isso pressupõe ações e políticas conjuntas que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (gerais, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a investigação científica e a interação com as mais variadas instâncias sociais.

O ensino no IFSP – Câmpus Presidente Epitácio é coordenado pela Gerência Educacional (GED), em conjunto com as coordenadorias de cursos, a equipe técnico-pedagógica e de apoio acadêmico, de todo o aparato dos demais setores e do apoio da gestão em geral.

Compete à GED, fomentar e implementar políticas e definir e propor ações do ensino, de modo sistêmico, no alcance aos objetivos propostos, devendo, portanto, planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações e das políticas de ensino para todos os níveis e modalidades da atuação em educação profissional e tecnológica – nos níveis de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, técnico e superior (tecnológico, formação de professores, bacharelado e pós-graduação) – aprovados pelos colegiados, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e com os princípios pedagógicos definidos neste PPP.

3.3.2. A atuação no ensino

Em atendimento à função social, as necessidades educativas e aos preceitos da reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, a atuação do ensino no IFSP – Câmpus Presidente Epitácio incide na educação básica, na educação profissional e tecnológica e na educação superior, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância e abrange: cursos e programas de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; programas de certificação profissional; cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada (regular), integrada na modalidade EJA e concomitante / subsequente ao Ensino Médio; cursos superiores de tecnologia ou de graduação tecnológica; cursos de engenharias; cursos de licenciatura, inclusive na forma de segunda licenciatura; cursos de pós-graduação *lato sensu*; e cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Em se tratando da política institucional de ensino visando possibilitar

um conjunto de ações acadêmicas com a qualidade desejada, faz-se necessário um permanente diálogo com as comunidades e com o seu entorno, por meio de estudos e pesquisas das necessidades socioeducativas locais, articulada às demandas da formação humana integral, do mundo do trabalho, do processo produtivo e das políticas de trabalho e renda da região onde está inserido o câmpus.

Essa política de atuação é implementada com a finalidade de propagar os saberes científico e tecnológico, de formar profissionais numa perspectiva integral capazes de atuar no mundo do trabalho, adotando formas diversificadas de atuação no desempenho técnico, ético e político como cidadão emancipado.

No geral, o quantitativo de todas essas ofertas institucionais é definido com base nos seguintes critérios: grupo efetivo de servidores existentes no câmpus, relação professor/aluno, turnos de funcionamento e o foco tecnológico do câmpus. Por isso deve haver flexibilização e atenção às especificidades no planejamento das demandas local.

3.3.3. O processo de revisão das ofertas educacionais

Considerando a importância do registro histórico das formas de organização e revisão das ofertas institucionais, é conveniente esclarecer que as orientações comuns para a revisão curricular dos cursos são elaboradas mediante um processo de construção coletiva, constando da realização de fóruns de avaliação do desenvolvimento curricular dos cursos técnicos, discussões em grupos, elaboração de propostas de diretrizes e validação destas, com vistas a pautar a revisão curricular desses cursos.

Ancorada nessa metodologia, as diretrizes orientadoras e a dinâmica de reestruturação dos cursos foram construídas a partir das seguintes etapas:

- realização de fóruns deliberativos para elaboração de propostas iniciais de diretrizes operacionais para as ofertas educacionais;
- discussão, análise das propostas iniciais de diretrizes e proposição de alterações;
- realização de fóruns deliberativos para validação das diretrizes

operacionais e definição de matrizes curriculares de referência para as ofertas educacionais;

- reelaboração dos projetos pedagógicos de cursos (PPCs) e dos projetos de autorização de funcionamento de cursos;
- revisão dos planos de trabalho e programas de disciplinas; e
- planejamento da implementação dos novos cursos.

Esse conjunto de documentos registra o caráter coletivo e participativo das revisões realizadas nas ofertas dos cursos técnicos e retrata os encaminhamentos, a metodologia adotada, os documentos elaborados e as diretrizes acordadas.

Concluindo, a escola, em seu papel social, deve levar a autonomia a seus alunos, preparando-os para a cidadania. Deve-se levar em conta o contexto no qual o aluno está inserido e não apenas os conteúdos acadêmicos e o professor deve tornar-se um pesquisador, a fim de buscar uma melhoria do processo da prática educativa, desenvolvendo estratégias com criatividade.

Temos a convicção que o ato de ensinar e de aprender é revolucionário e é um processo que envolve a formação e a geração de conhecimento. O conhecimento não se adquire pela quantidade de informações que são passadas para as pessoas, mas ele se perpetua pelas etapas que transformarão essas informações, que se tornarão saber (adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades, questionar-se, mudar comportamentos, descobrir o sentido das coisas e dos fatos e transformar-se constantemente como pessoa e agir na sociedade em que se está inserido).

O processo de aprendizagem é vivo e se renova a cada instante. Nenhuma experiência vivida ocorre da mesma forma e num mesmo momento, pois há vários fatores que determinam essa nova trajetória a ser traçada. Por isso é preciso que haja a mobilização, a sensibilização para o conhecimento. Assim, será possível ter uma escola que exerça as suas funções sociais e políticas, tendo profissionais comprometidos na formação de cidadãos críticos e conscientes, que construirão uma nova sociedade.

3.4. Princípios orientadores da prática pedagógica

A reflexão da prática pedagógica deve conduzir à compreensão das especificidades das modalidades de educação ofertadas pela instituição.

Tendo em vista os cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnicos de nível médio e tecnológico bem como a proposição de abertura de cursos de bacharelado e licenciatura oferecidos por meio dos eixos infraestrutura, indústria, informática e gestão e negócios, estudantes com objetivos e características diversas ingressam no câmpus. São alunos que podem ingressar nos cursos técnicos integrados por volta dos 14 anos, não havendo idade máxima em nenhuma modalidade.

Esta diversidade apresenta aos docentes o desafio de considerar e atender as formas de aprendizagem de cada faixa etária, a fase da vida em que os estudantes estão, seus conhecimentos prévios e experiências de vida.

A ação educativa requer que o professor reflita constantemente sua prática, se adapte às transformações sociais e avanços tecnológicos, analise suas metodologias de ensino, sendo estas entendidas como ações decorrentes de uma escolha consciente de uma concepção de educação.

A epistemologia, também chamada teoria do conhecimento ou gnosiologia, é o ramo da filosofia que trata da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre o sujeito e o objeto do conhecimento e pode servir de alicerce ao processo educacional. Além dessa ciência, a pedagogia, a psicologia e a sociologia também contribuem para a análise, compreensão e ação desse processo.

As análises de Freire (1997) e Saviani (1999), contribuem para um entendimento da pedagogia. Numa abordagem histórico-crítica, ela compreende que a força motriz da prática pedagógica constitui-se pela formação humana integral; que a escola deve organizar-se como espaço de negação de dominação; e que os cidadãos constituem-se como seres produtores, seres em transformação, seres da práxis, que tem lugar na história. Nesse contexto, é preciso refletir sobre a relação estabelecida entre estudante, conhecimento e educador.

Alguns pontos são relevantes e podem auxiliar na prática pedagógica: o conceito de aprendizagem, como ela acontece, o que é importante ensinar, quais técnicas podem apresentar melhores resultados e favorecer a aprendizagem dos estudantes.

É importante que as relações interpessoais presentes no processo

educacional passem por reflexões contínuas, pois influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes.

Conhecer os estudantes é um fator fundamental para prática pedagógica. Prática que deve ser orientada no sentido de fazer a educação contribuir para um processo de formação e transformação social.

Para Freire (1997, p.46),

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou com a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.

Por este pensamento, entende-se que a educação tem por compromisso ajudar o estudante a desenvolver suas capacidades de atuar criticamente e transformar a sociedade. Para tanto, mostra-se necessário o compromisso pessoal e coletivo dos membros da instituição.

O trabalho como princípio educativo

Como forma de o homem produzir suas condições de existência, sua história, o mundo caracteristicamente humano (SANTOS, 2010) e com objetivo de ampliar a compreensão sobre sua relação com a educação, a concepção de trabalho deve integrar os princípios educativos, bem como, fundamentar a prática pedagógica, porém não reduzindo esta prática à ação de ensinar fazendo com que se priorize o domínio de técnicas para a resolução de problemas.

A prática do professor, além das condições técnicas, é constituída por princípio ético-político, este com sentido de ser um direito e um dever. A possibilidade de participação de todos os cidadãos na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos representa esse direito. Entende-se como dever a ação consciente do ser humano na transformação do meio natural em bens de produção e para reprodução.

Nesse sentido, a educação profissional e tecnológica deve promover a formação integral do estudante, proporcionando competências e habilidades para compreender a complexidade das relações sociais que estão nas bases do mundo do trabalho. Essa educação apresenta, ainda, duas dimensões que podem regular a prática profissional do professor: a de adaptação e a de emancipação (IFRN, 2012), sendo que esta prática precisa comportar a integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho.

Tendo em vista o trabalho como princípio educativo, os processos

formativos precisam ser direcionados pelo enfoque do trabalho humano e nesse estão incluídas “atividades materiais e produtivas, os aspectos culturalmente construídos e gestados nas vivências sociais” (IFRN, 2012, p.64), além dos contextos sociais e históricos.

Com essa compreensão, por meio da apreensão e da construção de saberes dos envolvidos no processo educacional das instituições federais de educação, ciência e tecnologia, fortalece-se a humanização, a socialização e a participação efetiva na sociedade. Reconhece-se que o desenvolvimento para a cidadania e para o trabalho são compromissos centrais inerentes a escola.

3.4.1. Respeito a Diversidade

Conforme Freire (1996, p.21),

Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. [...] o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.

Considerando a diversidade numa perspectiva cultural, ela se coloca como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder.

Embora a Constituição Federal (1988, art. 5^o) assegure que todos são iguais perante a lei e que muitas pessoas considerem essa igualdade numa perspectiva de “humanidade” – em que todos são iguais porque são humanos, declarando que o respeito e tolerância de todos para com todos é fundamental – todos os seres humanos são diferentes e se formam a partir de experiências históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas vivenciadas de forma única e diferente.

A educação de inclusão e valorização da diversidade, reflete nas estratégias por meio das quais os grupos sociais considerados diferentes passaram a destacar politicamente as suas singularidades e identidades, cobrando tratamento justo e igualitário. Não é tarefa fácil trabalhar pedagogicamente com a diversidade, sobretudo em um país como o Brasil, marcado por profunda exclusão social.

Destacamos aqui, o papel dos movimentos sociais e culturais em prol do respeito à diversidade. Os “movimentos” negro, feminista, indígena, juvenil,

dos trabalhadores do campo, das pessoas com deficiência, LGBTs, entre outros, são atores políticos centrais nesse debate.

Colocam em xeque a escola uniformizadora, que, apesar dos avanços dos últimos anos, ainda persiste nos sistemas de ensino. Questionam os currículos, imprimem mudanças nos projetos pedagógicos, interferem na política educacional, na elaboração de leis e das diretrizes curriculares nacionais.

Os movimentos sociais vão além da compreensão da diversidade como a construção histórica, social e cultural das diferenças. Eles politizam as diferenças e as colocam no cerne das lutas pela afirmação dos direitos.

De acordo com Silvério (*apud* GOMES, 2007, p. 26),

[...] a entrada em cena, na segunda metade do século XX, de movimentos sociais denominados identitários, provocou transformações significativas na política pública educacional [...]. A demanda por reconhecimento é aquela a partir da qual vários movimentos sociais que têm por fundamento uma identidade cultural (negros, indígenas, homossexuais, entre outros) passam a reivindicar reconhecimento, quer seja pela ausência deste ou por um reconhecimento considerado inadequado de sua diferença.

A relação da diversidade com o currículo dependerá, principalmente, da concepção de educação e do olhar sensível de educadores na busca de um sistema educacional inclusivo, democrático e aberto à diversidade. Trata-se de um tratamento pedagógico que deve ser implementado no cotidiano educativo.

Nesse sentido, o respeito à diversidade é um dos princípios que embasam a prática pedagógica no IFSP–PEP.

Respaldado pelo princípio da igualdade, esse respeito materializa-se na ação educativa, sobretudo na relação entre educadores e estudantes em sala de aula: a forma de se conceber a educação e o papel do educador e do educando no processo de construção do conhecimento; a relação de respeito entre os envolvidos nesse processo; o estabelecimento de uma relação que prima pelo respeito à pessoa humana e pela inclusão de todos; o reconhecimento da singularidade e das diferenças existentes entre as pessoas e entre os grupos; o respeito ao direito de cada um numa sociedade democrática; a convivência com diferentes opiniões sobre a realidade e diferentes visões de mundo; respeito aos valores e às crenças; o exercício da tolerância e da mediação dos conflitos; e o repúdio a todo tipo de discriminação.

Os caminhos e as escolhas devem ser responsáveis, ativos e respeitosos. Devem ser, sobretudo, críticos frente ao modelo social vigente, com vistas à transformação social na busca pela justiça e pela igualdade.

3.4.2. Ética, Cidadania e Inclusão Social

Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permite aos cidadãos e cidadãs o direito de participar da vida política e da vida pública, podendo votar e serem votados, participando ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo.

Hoje, no entanto, o significado da cidadania assume contornos mais amplos, que extrapolam o sentido de apenas atender às necessidades políticas e sociais, e assume como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas.

A cidadania se reconhece na participação. Este é o sentido da escola, como campo privilegiado de intervenção política e ideológica, que traz na sua essência pedagógica, a possibilidade de construção de novos paradigmas e práticas que priorizem a via democrática, no sentido de favorecer a formação de amplas camadas da população no seu processo de construção humana.

Conforme Santos (2008, p.147),

A escola é uma realidade histórica em processo contínuo. É preciso que seja entendida como uma instituição voltada para a realização da prática pessoal e social, contextualizada nas dimensões espacial e temporal, revestida de caráter contraditório e complexo. É preciso privilegiar sua abordagem como processo, não produto acabado. A escola não é, e, sim, está sendo.

Nesse contexto concreto é que as questões da ética e cidadania devem ser pensadas. De forma provocativa, Santos (2005, p.106) assim se expressa: “Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

3.4.2.1. Educação Ambiental

A educação escolar, em todos os níveis, é espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do país.

Essa concepção exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e

aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas.

Para que os estudantes constituam uma visão da globalidade e compreendam o meio ambiente em todas suas dimensões, a prática pedagógica da Educação Ambiental deve ter uma abordagem complexa e interdisciplinar.

Daí decorre a tarefa não habitual, mas a ser perseguida, de estruturação institucional da escola e de organização curricular que, mediante a transversalidade, supere a visão fragmentada do conhecimento e amplie os horizontes de cada área do saber.

Cabe também aos sistemas de ensino e às instituições educacionais desenvolverem reflexões, debates, programas de formação para os docentes e os técnicos no sentido de se efetivar a inserção da Educação Ambiental na formação acadêmica e na organização dos espaços físicos em geral.

Em decorrência, há necessidade de, na forma de Diretrizes Nacionais, fortalecer as orientações para o seu trato transversal e integrado nas diferentes fases, etapas, níveis e modalidades da Educação, tanto a Básica quanto a Superior, uma vez que a Lei é clara ao determinar que a Educação Ambiental esteja presente em todas.

É essencial que estas Diretrizes estabeleçam as orientações nacionais do dever atribuído constitucionalmente ao Estado de promover a Educação Ambiental na Educação Básica e na Superior, e no dever legal de contribuir para a Política Nacional do Meio Ambiente, bem como, especificamente, para implementar a Política Nacional de Educação Ambiental, para que a formação cidadã incorpore o conhecimento e a participação ativa na defesa da sustentabilidade socioambiental.

Para a formulação das Diretrizes, é fundamental considerar a Lei número 9.795/1999¹⁴, ao estabelecer que a Educação Ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Como um processo, uma vez iniciado, prossegue indefinidamente por toda a vida, aprimorando-se e incorporando novos significados sociais e científicos.

Devido ao próprio dinamismo da sociedade, o despertar para a

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm.

questão ambiental no processo educativo deve começar desde a infância. A determinação para que a Educação Ambiental seja integrada, contínua e permanente implica, portanto, o início do seu desenvolvimento na Educação Infantil, prosseguindo sem futura interrupção.

O IFSP–PEP entende que uma *práxis* pedagógica desafiadora, significativa e contextualizada, é imprescindível para reorganizar os tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem e promover a adequação da matriz curricular na perspectiva da formação integral e de construção de espaços educadores como referenciais de sustentabilidade socioambiental – espaços que mantêm, com intencionalidade pedagógica, uma relação equilibrada com o meio ambiente.

3.4.2.2. Direitos Humanos

A busca pela universalização da Educação Básica e democratização do acesso à Educação Superior trouxe novos desafios para o campo das políticas educacionais.

Novos contingentes de estudantes, por exemplo, trouxeram à tona, para os ambientes educacionais, a questão das diversidades de grupos e sujeitos historicamente excluídos do direito à educação e, de um modo geral, dos demais direitos. Tal situação colocou como necessidade a adoção de novas formas de organização educacional, de novas metodologias de ensino-aprendizagem, de atuação institucional, buscando superar paradigmas homogeneizantes.

A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação **ética, crítica e política**. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional.

Sabe-se que os processos formativos envolvem diferentes tempos, lugares, ações e vivências em diversos contextos de socialização, como a comunidade, a família, grupos culturais, os meios de comunicação, as instituições escolares, dentre outros.

Os vários ambientes de aprendizagem ou formação, nesse sentido,

se relacionam em determinados momentos ou situações, caso dos ambientes escolares em que se encontram diversos indivíduos oriundos de variados contextos sociais e culturais, com histórias e visões de mundo particulares.

É chamando a atenção para estes aspectos que a ideia de ambiente educacional pode ser entendida como tempo e espaço potenciais para a vivência e promoção dos Direitos Humanos e da prática da Educação em Direitos Humanos.

O IFSP – Câmpus Presidente Epitácio, entende que a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do processo educativo, pois sem o respeito a esse direito não será possível consolidar uma democracia substancial, nem garantir uma vida de qualidade para todos. Será preciso o compromisso com a construção de uma cultura de direitos, contribuindo para o bem-estar de todos e afirmação das suas condições de sujeitos de direitos.

3.4.2.3. Relações Étnico-raciais

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores.

Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos.

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

Diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir das determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário.

Estas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

Africana, na medida em que procedem de ditames constitucionais e de marcos legais nacionais, na medida em que se referem ao resgate de uma comunidade que povoou e construiu a nação brasileira, atingem o âmago do pacto federativo.

Conforme as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana¹⁵:

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional. (MEC, 2004, p.16)

3.4.2.4. Educação Inclusiva

O compromisso pela construção de sistemas educacionais inclusivos orienta-se tanto por documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Jomtien (1990) e Declaração de Salamanca (1994), quanto pelos marcos legais da própria legislação brasileira.

Embasando-se nesse referencial, sinaliza-se para a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, nas mais variadas oportunidades de vivências, em respeito às peculiaridades individuais dos sujeitos e/ou dos grupos sociais a que pertencem. Nessa dimensão, inscreve-se a educação inclusiva, um “[...] paradigma educacional de abertura incondicional às diferenças na escola, fomentando possibilidades diversificadas de construções subjetivas e identitárias, em prol de uma sociedade plural, responsável e ética” (LIMA, 2008, p. 104).

A atual LDB (Lei 9.394/96), em seu artigo 59, orienta que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específicos para atender às necessidades discentes e, para acompanhar o processo de mudança, foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Mais recentemente, em 2011, entrou em vigor o dispositivo legal que prevê a ação do Ministério da Educação no apoio técnico e financeiro às iniciativas voltadas ao atendimento educacional especializado, conforme o Art. 5º, incisos I a VII, do Decreto 7.611/2011.

À luz dessas reflexões e das concepções, dos princípios e dos

¹⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>.

referenciais defendidos neste PPP, o Instituto Federal deve firmar políticas de educação inclusiva fomentadoras de ações que visem assegurar o acesso à escola e a permanência, com sucesso, de todos os estudantes nos níveis e nas modalidades ofertados pela Instituição, sem restrições.

Assume-se, assim, o compromisso com uma educação inclusiva pautada na concepção de direito de todos, em especial atenção aos que, devido a questões de pertencimento, de condições físicas, cognitivas, motoras, econômicas e sociais, dentre outras, estão mais vulneráveis a processos de exclusão ou de segregação. Isso supõe abertura à pluralidade e à diversidade em todas as relações humanas.

Para tanto, devem-se promover reflexões aprofundadas acerca dos valores, das posturas e das vivências acadêmico-sociais. Com essa visão, o IFSP–PEP, além de valorizar o acesso ao conhecimento, busca firmar-se como uma instituição inclusiva, que reconhece as diversidades e que incentiva a interação cultural.

3.5. Diretrizes para a prática pedagógica

Conforme Oliveira ([2007], p.21), compreende-se *que “planejar é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meios se pretende agir”*. Desta forma, o planejamento pedagógico, o plano de ensino e o plano de aula se complementam e se interpenetram no processo ação-reflexão-ação da prática social docente.

3.5.1. O Planejamento Pedagógico

O planejamento pedagógico é um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, na busca da melhoria do funcionamento do sistema educacional.

Há de se reconhecer a importância do planejamento como uma prática crítica e transformadora, pois, como afirma Rodrigues ([2012]),

o planejamento educacional é um instrumento orientador de todo o processo educativo, pois constitui e determina as grandes necessidades, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para atingir as grandes finalidades da educação.

Deve estar previsto no calendário escolar, no início de cada semestre

letivo, tendo como principal objetivo garantir a articulação entre todos os segmentos escolares, envolvendo ações de:

- busca de informações;
- elaboração de propostas;
- encontro de discussões;
- avaliação permanente;
- formação continuada.

3.5.1.1. O Planejamento do Ensino

O Plano de Ensino é um documento elaborado pelo docente, contendo suas propostas de trabalho, numa área e/ou disciplina específica. Tem caráter flexível, possibilitando adaptações ao longo do processo bem como a coparticipação dos alunos, permitindo, assim, a organização sequencial de decisões. Deve ser percebido como um instrumento orientador do trabalho docente, como um momento ao refletir sobre a importância e a relação de sua disciplina dentro do curso e na formação discente, além de refletir sobre a relação de sua disciplina com as demais disciplinas do curso. Em suma, é um contrato pedagógico que se assume com o aluno, onde ambos se tornam responsáveis pela eficácia deste contrato.

3.5.1.2. O Planejamento da Aula

Conforme Furasi ([1998]), o “preparo das aulas é uma das atividades mais importantes do trabalho do profissional de educação escolar”, pois representa o ápice do contrato pedagógico, onde o professor se apresenta como o mediador entre o conteúdo curricular e o aluno. Uma vez que o ato educativo deve ser planejado, nada substituiria a tarefa de preparação das aulas em si, de forma a evitar improvisações, além de ser compreendido como facilitador do trabalho docente no processo ensino-aprendizagem.

3.5.2. A Metodologia de Ensino

A metodologia de ensino constitui em diferentes trajetórias devidamente planejadas pelos docentes com o intuito de orientar, direcionar e favorecer o processo de ensino e aprendizagem em função do alcance dos

objetivos propostos (MANFREDI, 1993).

3.5.3. A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem

A avaliação escolar é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e não uma etapa ou momento isolado. Faz parte da metodologia de ensino e está diretamente imbricada com os objetivos, conteúdos e procedimentos metodológicos expressos no planejamento e desenvolvidos no decorrer do processo de ensino.

Avaliação é entendida como um meio, não um fim em si mesma, mas um meio que acompanha todo processo da metodologia de ensino.

Durante a aplicação da metodologia de ensino, deve-se diagnosticar como os alunos estão aprendendo e o que aprenderam e, havendo necessidade, alterar-se a metodologia ou procedimentos didáticos, procurando, sempre, favorecer a reelaboração do ensino, tendo em vista a efetiva aprendizagem.

Em ratificação ao indicado na Lei 9.394/96 – LDB, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre eventuais provas finais.

Da mesma forma, o artigo 27 da Organização Didática do IFSP¹⁶ prevê que:

A avaliação será norteada pela concepção formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia.

Assim, todos os componentes curriculares dos cursos ofertados pelo Câmpus Presidente Epitácio devem prever que as avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo e serão obtidas mediante a utilização instrumentos como: exercícios; trabalhos individuais; trabalhos coletivos; fichas de observações; relatórios; auto-avaliações; avaliações escritas; avaliações práticas; avaliações orais; seminários; portfólios; atividades culturais; registro de observação; mapas conceituais; memoriais descritivos; projetos

¹⁶ Resolução IFSP 859, de 7 de maio de 2013 e revisões posteriores.

interdisciplinares.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino da disciplina.

Ao estudante, é assegurado o direito de ser avaliado por, no mínimo, dois instrumentos de avaliação e de conhecerem os respectivos resultados mediante vista dos referidos instrumentos.

Os instrumentos avaliativos devem assegurar a avaliação do progresso do aluno e o esforço dispensado no processo de aprendizagem. O rendimento verificado nas atividades de cada disciplina, área de estudo ou atividade, darão origem à nota.

Assim, conforme Organização Didática vigente, a avaliação dos componentes curriculares deve ser concretizada numa dimensão somativa, expressa por uma Nota Final, de 0 (zero) a 10 (dez), com frações de 0,5 (cinco décimos), - por bimestre, nos cursos com regime anual e, por semestre, nos cursos com regime semestral; à exceção dos estágios, trabalhos de conclusão de curso, atividades complementares e disciplinas com características especiais, que serão registrados no fim de cada período letivo por meio das expressões “cumpriu” ou “aprovado” e “não cumpriu” ou “retido”.

3.5.3.1. Recuperação da Aprendizagem

Para os alunos que apresentem dificuldades na assimilação dos conceitos, o câmpus oferta propostas de atividades complementares para revisão dos conteúdos, atendimento do professor em horários de monitoria e o atendimento de monitores e discussão de dúvidas.

Ao longo do processo avaliativo, serão oferecidas, também:

- recuperação contínua: realizada no decorrer do período letivo com base nos resultados obtidos pelos alunos na avaliação contínua;
- recuperação paralela: realizada em horário diverso ao das aulas, para aqueles alunos que não apresentarem os progressos previstos para o período.

3.5.4. Os Projetos Integradores

Tratam-se de projetos interdisciplinares que tem papel fundamental no desenvolvimento e na solidificação dos conhecimentos, competências e habilidades, previstas no perfil do egresso do curso, pela resolução de problemas reais ou fictícios da área de atuação num cenário favorável ao aprendizado pelo fazer.

O Projeto Integrador pode ser desenvolvido em equipe ou individualmente, conforme previsto no Projeto Pedagógico de Curso. Características como duração, momento de ocorrência no curso, metodologia e critérios de avaliação e acompanhamento também devem ser definidas no PPC.

Quando desenvolvido em equipe, além de desenvolver habilidades individuais, permite o desenvolvimento de atributos valorizados pelas organizações como a pró-atividade, a importância e necessidade de sintonia da atuação em equipe, mediação de conflitos e negociação entre os membros da equipe, divisão de trabalho, liderança, entre outras.

O Projeto Integrador deve ser planejado com a participação de todos os docentes do curso de forma que contemple o maior número de bases tecnológicas possíveis e apresente situações similares as que podem ser experimentadas no mundo do trabalho.

Também possibilita a prática dos conhecimentos, competências e habilidades fornecidos pelas disciplinas já cursadas ou em curso; promove a interdisciplinaridade, a articulação entre teoria e prática; simula o desempenho do acadêmico sob circunstâncias próximas às de um ambiente real, minimizando os impactos da futura exposição às condições reais da futura atuação profissional.

Deve permitir que o aluno tenha a nítida percepção do curso como um todo, da relação existente entre mais de uma disciplina para resolução de um mesmo problema, e não apenas de um apanhado de disciplinas isoladas, que não se interagem. Também deve promover a percepção de continuidade e de sequenciamento das disciplinas reforçando o fato de que competências adquiridas anteriormente são necessárias para a resolução de novos problemas, permitindo a visão da progressão do curso. Essa percepção objetiva minimizar a evasão, pois justifica a importância das disciplinas do curso e garante uma

formação sólida e realista, apoiada numa evolução linear.

No PPC dos respectivos cursos devem ser elencadas disciplinas para acompanhar e fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento do Projeto Integrador. Nesse contexto, laboratórios e salas de aula devem possuir ferramental suficiente para o desenvolvimento dos mesmos.

Para melhor acompanhar o desenvolvimento dos projetos, os professores das disciplinas envolvidas devem se reunir periodicamente para discutir e calibrar a evolução destes projetos, bem como identificar necessidades pontuais.

Nesse contexto os docentes tornam-se orientadores naturais dos alunos (e das equipes, quando for o caso), atuando de forma mais próxima, o que lhes dá a oportunidade de conhecer e avaliar de perto os indivíduos em atributos como: iniciativa, colaboração (quando a atividade é realizada em equipe), participação, persistência e disciplina, aspectos de difícil avaliação no tradicional modelo de aulas meramente expositivas.

A metodologia de desenvolvimento dos projetos integradores deve enfatizar o aprendizado autodirigido em que o professor assume o papel de orientador e condutor que realiza anotações/avaliações, orienta, corrige rumos e delinea novos objetivos constantemente. O professor não deve "ensinar" da maneira tradicional, mas facilitar a discussão dos alunos, conduzindo-a quando pertinente e indicando os recursos necessários para resolução de cada situação problema.

De acordo com a Organização Didática vigente, os currículos oferecidos no IFSP deverão prever o Projeto Integrador que

compreende os espaços de ensino e aprendizagem que articulem a interdisciplinaridade do currículo com as ações de pesquisa e extensão de forma a permitir a construção do conhecimento, culminando em uma produção acadêmica e técnico-científica.

O princípio de que a Educação Profissional tem como referência o mundo do trabalho, subsidiará docentes e alunos para a elaboração de projetos que permitam compreender o trabalho como princípio educativo e não redução a mão de obra.

De acordo com os “Balizadores para realização de Estágio Curricular Supervisionado, Projeto Integrador e Trabalho de Conclusão de Curso na Educação Básica” (IFSP, 2015), apresentado pela Diretoria de Educação Básica

do IFSP, em maio de 2015, nos cursos técnicos integrados e concomitantes/subsequentes, o projeto integrador será o processo pelo qual o aluno, por meio de uma produção acadêmica e técnico-científica, integrará os conhecimentos trabalhados durante o seu percurso formativo de forma que se possa, ao final, demonstrar o resultado da experiência ensino-aprendizagem e o domínio de competências para o exercício de sua profissão. Dessa forma, o aluno deverá atuar no desenvolvimento de uma produção acadêmica e técnico-científica previamente descrita no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

No PROEJA, o Projeto Integrador deverá ser desenvolvido e apresentado no projeto de curso. Deve-se destacar, nesse item, expectativa de capacitar o estudante a executar atividades práticas específicas ou qualificar o trabalhador que já atua na área e/ou que desenvolveu habilidades para o exercício profissional de maneira empírica, a partir de experiência própria.

3.5.5. O Estágio Supervisionado

No artigo primeiro da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágios de estudantes, tem-se que o estágio

é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Visa, com isso, o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Para tanto, o estágio deve propiciar ao estudante oportunidades de vivenciar o mundo do trabalho, possibilitando a aplicação e aprimoramento dos conhecimentos adquiridos durante o curso realizado, articulando a teoria com a prática, além da aquisição de novos conhecimentos para consolidação de sua formação profissional.

Deve fazer parte do Projeto Pedagógico do Curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, podendo ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do PPC.

O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Já o estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno e lançada na carga horária regular do curso.

Ainda na Lei nº 11.788, no parágrafo terceiro de seu artigo segundo, tem-se que “as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no PPC”.

Independentemente de o estágio ser obrigatório ou não obrigatório, não se cria vínculo empregatício (de qualquer natureza), desde que observados os seguintes requisitos, elencados no artigo terceiro da Lei nº 11.788:

- I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;
- II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios de atividades apresentados periodicamente pelo estudante, em prazo não superior a seis meses, e por menção de aprovação final.

As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação. As responsabilidades desses agentes de integração são discriminadas nos parágrafos do artigo quinto desta Lei.

A Lei nº 11.788 dispõe, também, das obrigações das instituições de ensino, da parte concedente e do estagiário, além de termos de fiscalização, de prorrogação de estágios, definição do número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio.

3.5.6. O Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso tem por objetivo principal proporcionar ao aluno a oportunidade de mobilizar competências e habilidades adquiridas no decorrer do curso, bem como aplicá-las na execução de um trabalho destinado a resolução de problemas da área em que se insere o curso.

Destacam-se como objetivos do TCC:

- despertar o interesse pela pesquisa tecnológica e/ou científica;
- promover a inovação como meio para a resolução de problemas;
- desenvolver a capacidade de planejamento para sistematizar o conhecimento sobre um objeto de estudo;
- incentivar o empreendedorismo, possibilitando o desenvolvimento de produtos ou serviços com potencialidade de comercialização;
- promover a interdisciplinaridade e a integração de diversas bases tecnológicas para a construção do conhecimento;
- desenvolver a capacidade crítica e de reflexão;
- estimular a formação continuada;
- aprofundar o conhecimento no tema escolhido;
- desenvolver a capacidade de auto aprendizado;
- incentivar a consulta de bibliografia especializada, promovendo tratamento metodológico de investigação exaustiva no tema escolhido;
- aprimorar a capacidade de interpretação e crítica na área de atuação.

O TCC deve ter apresentação e defesa oral e pública à uma banca examinadora, ser devidamente documentado e desenvolvido mediante orientação e avaliação docente. Sua obrigatoriedade ou não deve ser prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

As regras de desenvolvimento e avaliação do TCC devem ser descritas em regulamento próprio, elaborado, mantido e avaliado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovado pelo Colegiado do Curso. Tal regulamento deve descrever os objetivos específicos e características do TCC, as metodologias e critérios de avaliação, cronograma a ser seguido, formas de documentação e apresentação além das atribuições dos indivíduos envolvidos (coordenação de TCC, professor orientador, aluno orientado e membros da banca examinadora).

Como bem salientado nos “Balizadores para realização de Estágio Curricular Supervisionado, Projeto Integrador e Trabalho de Conclusão de Curso na Educação Básica” (IFSP, 2015), apresentado pela Diretoria de Educação

Básica do IFSP, para os cursos técnicos, o TCC deverá contar com carga horária para seu desenvolvimento, devidamente apresentada na Estrutura Curricular, juntamente com a indicação “obrigatório” ou “optativo”. Tal carga horária não comporá a carga horária mínima estabelecida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e nem será vinculada a componentes curriculares disciplinares.

Cabe destacar, ainda, que

Projeto Integrador e TCC constituem-se em atividades distintas em sua essência: enquanto o Projeto Integrador propõe-se a integrar componentes curriculares específicos e pode ocorrer em diferentes momentos do curso, articulando ensino, pesquisa e extensão, o TCC integrará diferentes conhecimentos obtidos ao longo do curso de maneira menos objetiva, assumindo o caráter de pesquisa de aprofundamento não necessariamente vinculada a intervenções junto à comunidade externa do câmpus. (IFSP, 2015)

3.5.7. As Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e, como o próprio nome retrata, complementares ao perfil do formando. Elas têm a finalidade de enriquecer o processo de aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social do cidadão e permitindo, no âmbito do currículo, o aperfeiçoamento profissional.

Considerando a importância de se estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização profissional, as Atividades Complementares visam uma progressiva autonomia intelectual, propiciando a articulação e mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, e promovendo o pensamento crítico, criativo e inovador aos desafios profissionais e tecnológicos.

As Atividades Complementares, sejam elas obrigatórias ou facultativas, podem ser realizadas ao longo do curso de graduação, durante o período de formação, totalizando um determinado número de horas a serem incorporadas na integralização da carga horária do curso.

Para ampliar as formas de aproveitamento, assim como estimular a diversidade destas atividades, elabora-se uma tabela com a definição dos tipos de atividades e a respectiva carga horária que pode ser computada para cada um desses tipos.

O Parecer CNE/CES 67/2003¹⁷, de 11 de março de 2003, que dispõe do referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) propõe, dentre sete orientações básicas para elaboração das diretrizes curriculares, o Estágio e as Atividades Complementares.

Segundo o Parecer CNE/CES 1.362/2001¹⁸, que dispõe das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Engenharia, e a Resolução CNE/CES 11¹⁹, de 11 de março de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, o currículo vai muito além das atividades convencionais de sala de aula e deve considerar atividades complementares, tais como iniciação científica e tecnológica, programas acadêmicos amplos, a exemplo do Programa de Treinamento Especial – PET, da CAPES, programas de extensão universitária, visitas técnicas, eventos científicos, projetos multidisciplinares, monitorias, participação em empresas juniores e outras atividades empreendedoras, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras, desenvolvidas pelos alunos durante o curso de graduação. Essas atividades complementares visam ampliar os horizontes do desenvolvimento profissional, proporcionando uma formação sociocultural mais abrangente.

No parágrafo único do artigo 1º da Resolução CNE/CES nº 2²⁰, de 18 de junho de 2007, com base no Parecer CNE/CES Nº 8/2007²¹, que dispõem sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, tem-se que

Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

De acordo com o Parecer CNE/CES nº 239/2008²², que dispõe da carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia, a indicação CNE/CES nº 5/2008²³, aprovada em 7 de agosto de 2008, apontou para a necessidade de explicitar, sobre a Resolução CNE/CP nº

¹⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067_03.pdf

¹⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1362.pdf>

¹⁹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>

²⁰ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf

²¹ Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/09/2007&jornal=1&pagina=11&totalArquivos=88>

²² Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf

²³ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rces005_08.pdf

3/2002²⁴, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, critérios sobre a oferta das atividades complementares nos currículos desse tipo de curso superior de graduação.

Segundo o Parecer CNE/CES 239/2008, a inclusão das Atividades Complementares nos currículos dos cursos de graduação foi motivada pela necessidade de se estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho.

Não é por outra razão que as Atividades Complementares foram estendidas aos demais cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), com o benefício da contagem das horas correspondentes na carga horária mínima estabelecida, sendo que elas também são previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da maioria destes cursos.

3.5.8. Perfil esperado do Docente

Para Machado (2008), o professor de Educação Profissional e Tecnológica deve compreender o mundo do trabalho integrando os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos com o conhecimento da sua profissão, de suas práticas e suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, conectando os conteúdos curriculares aos fenômenos do mundo natural e social.

Este profissional, além de dominar os conhecimentos pedagógicos que permitam a definição, a avaliação, o redirecionamento do processo educacional e instrumental de sua área, precisa saber trabalhar com as diversidades regionais, políticas e culturais existentes, visando à superação das desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero.

3.5.9. Perfil esperado do Discente

3.5.9.1. Perfil do discente ingressante

²⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>

Espera-se que o público ingressante seja de estudantes em busca da formação profissional em cursos técnicos e/ou superiores (licenciaturas, tecnológicos, bacharelados) e que tenham experiências de vida e diversidade cultural, social, educacional e profissional.

3.5.9.2. Perfil do discente egresso

Espera-se que o estudante egresso, ao concluir seu curso, tenha obtido uma formação que lhe proporcione o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, tais como:

- respeitar e valorizar a diversidade humana tendo em vista a valorização das diferenças, a solidariedade e o exercício da cidadania;
- compreender a complexidade humana, a partir das diferentes áreas de saber, vivências e experiências pessoais e sociais e posicionar-se em relação a essas referências;
- ler textos em diferentes linguagens, apropriando-se das suas informações explícitas e também sendo capaz de fazer inferências;
- saber usar adequadamente diferentes linguagens em suas mais variadas manifestações em diferentes situações e em diferentes níveis de formalidade;
- saber redigir textos, em língua portuguesa, com coesão e coerência, criatividade, e adequação à situação de comunicação e aos padrões da gramática normativa;
- desenvolver atitude de pesquisa como componente indissociável do seu fazer acadêmico;
- trabalhar em equipes multi e interdisciplinares;
- compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas;
- desenvolver uma visão de totalidade sobre o mundo;
- entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens e códigos, bem como a função integradora que elas exercem na sua relação com as demais

tecnologias e os impactos na vida social;

- desenvolver atitudes propositivas que levem em conta a análise da realidade, a busca de intervenções que possibilitem a sua melhoria, a concretização de ações e avaliação, num movimento dinâmico e constante.

3.6. Concepção de Pesquisa e Inovação

Pesquisa é um conjunto de ações que visam a descoberta de novos conhecimentos, consistindo em um dos pilares da atividade acadêmica.

Pesquisar implica distanciar-se da reprodução acrítica de práticas tradicionais, requer pôr em jogo processos reflexivos nos quais a interação social e as atividades metacognitivas se fortalecem.

Uma visão da investigação como esta é, portanto, um instrumento potente para orientar e favorecer o avanço da ciência e o desenvolvimento profissional [PIZZATO *et al.*, 2000].

Inovação é a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, conforme Lei da Inovação, Lei 10.973/04²⁵.

As atividades de inovação consistem em um conjunto de etapas científicas, tecnológicas, organizativas, financeiras e comerciais, incluindo os investimentos em novos conhecimentos, que levam ou que tentam levar à implementação de produtos e de processos novos ou melhorados, isto é, inovação é um processo social contínuo que engloba atividades de coordenação, ensino, aprendizado, gestão, entre outras. Esta concepção propulsiona o desenvolvimento social e o crescimento econômico.

3.6.1. Princípios Orientadores da Pesquisa e Inovação

A pesquisa científica desenvolvida no IFSP tem os seguintes princípios norteadores:

- sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional;

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.973.htm

- função estratégica, perpassando todos os níveis de ensino;
- atendimento às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional;
- comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade.

3.6.2. A Pesquisa e Inovação como Princípio Pedagógico

A pesquisa acadêmica é desenvolvida através de grupos de trabalho, nos quais pesquisadores e estudantes se organizam em torno de uma ou mais linhas de investigação de uma área do conhecimento, proporcionando a efetiva formação do discente no que tange seu processo de aprendizagem e na sua maturidade intelectual, ajudando-o na construção de suas atividades acadêmicas e no exercício de suas funções profissionais, com mais acuidade, independência e de maneira crítica.

3.6.3. Tecnologia, Inovação e Criatividade

A transformação do conhecimento em riqueza exige ações no processo educacional que proporcionem o desenvolvimento da criatividade nos estudantes. A criatividade é um passo importante para o sucesso da inovação tecnológica.

Por conseguinte, a formação de profissionais capacitados deve contemplar o contínuo estímulo e o desenvolvimento da criatividade necessária aos processos inovadores.

3.7. Extensão

3.7.1. Concepção de Extensão

A Extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa, enseja a relação transformadora entre o IFSP e a sociedade.

3.7.2. Princípios Orientadores da Extensão

A Lei 11.892/2008, em seu artigo 7º, inciso IV,

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos

Compreende ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvam a comunidade interna e externa.

3.7.3. A Extensão e a Interação com a Sociedade

As ações de extensão são uma via de mão dupla por meio da qual a sociedade é beneficiada através da aplicação dos conhecimentos dos docentes, discentes e técnicos-administrativos e a comunidade acadêmica se retroalimenta, adquirindo novos conhecimentos para a constante avaliação e revigoramento do ensino e da pesquisa.

Deve-se considerar, portanto, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento regional sustentável como tarefas centrais a serem cumpridas, atentando para a diversidade cultural e defesa do meio ambiente, promovendo a interação do saber acadêmico e o popular.

São exemplos de atividades de extensão: eventos, palestras, cursos, projetos, encontros, visitas técnicas, entre outros.

4. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior.

Desta forma, nos termos do artigo segundo da Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e também do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade que se traduzem nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Por sua vez, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

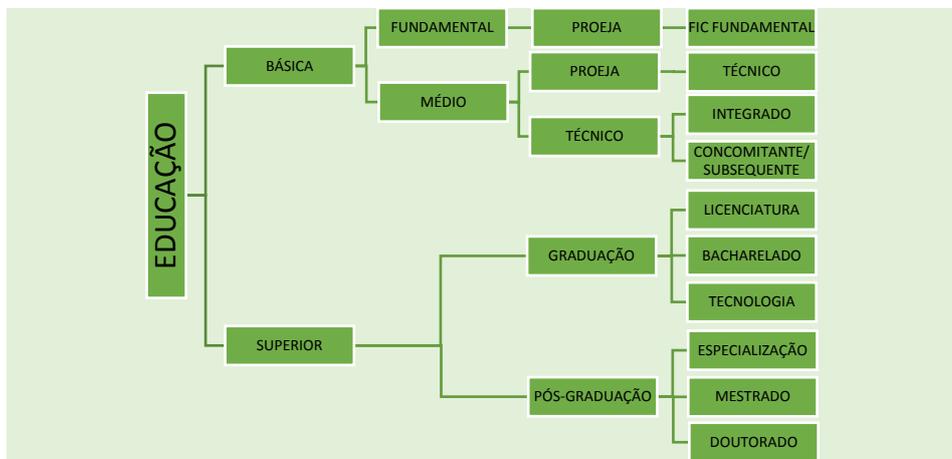
Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pautando-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

A estrutura de oferta²⁶ de cursos presentes nos câmpus do IFSP, como um todo, pode ser visualizada na Figura 4 onde estão relacionados todos

²⁶ Os cursos pautados pela Extensão não estão listados neste esquema.

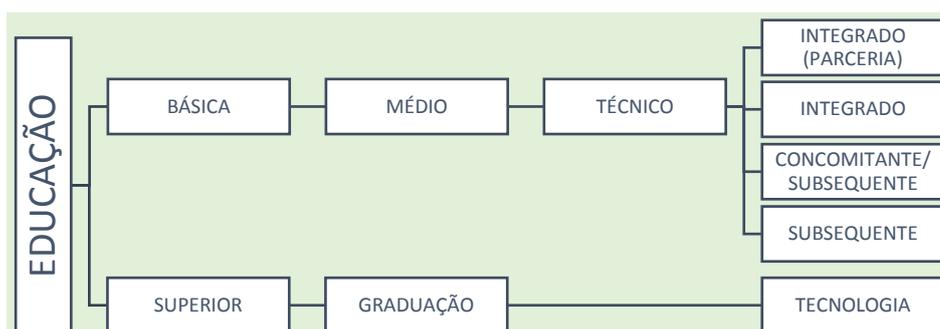
os níveis e tipos de cursos de educação formal e profissional.

Figura 4 - Estrutura da oferta de cursos pelo IFSP



Seguindo o esquema acima, apresenta-se, na sequência, a estrutura atual (2015) de oferta de cursos pelo Câmpus Presidente Epitácio.

Figura 5 - Estrutura dos cursos ofertados pelo Câmpus Presidente Epitácio.



Desmembrando cronologicamente o esquema acima, tem-se, como pode ser observado na Tabela 8, a oferta de cursos pelo câmpus:

Tabela 8- Cronograma da oferta de cursos pelo Câmpus Presidente Epitácio

Ano	Nível	Curso
2011	Técnico Concomitante / subsequente	Técnico em Automação Industrial
		Técnico em Edificações
2012	Superior de Tecnologia	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Técnico Integrado ao Ensino Médio, em parceria	Técnico em Eletrotécnica
		Técnico em Informática
2013	Técnico Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar
	Técnico Integrado ao Ensino Médio, em parceria	Técnico em Administração
		Técnico Concomitante / subsequente
2015	Técnico Concomitante / subsequente	Técnico em Eletrotécnica
	Técnico Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Informática
	Técnico Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Mecatrônica

4.1. Característica dos cursos ofertados pelo IFSP

4.1.1. Técnicos de Nível Médio

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional visa incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa.

Por isso, não se trata de priorizar a parte técnica/profissionalizante em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada.

Apresenta, como objetivo, a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento.

Só assim poderá contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos *integrados*, conforme disposto na Lei 11.892/2008, inciso I do artigo sétimo, podendo ser ofertado em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo *concomitante/subsequente* ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do câmpus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IFs.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação

profissional técnica de nível médio.

Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental (anos finais com elevação de escolaridade) ou ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou a distância (EAD), conforme seus respectivos PPCs.

4.1.1.1. Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental, garantindo tanto a formação do Ensino Médio quanto a formação técnica e profissional.

Considera-se “integrado” quando o aluno está matriculado simultaneamente no Ensino Médio e no curso técnico, com uma única matrícula, no câmpus.

O Técnico Integrado ao Ensino Médio poderá ter duração de três ou de quatro anos, conforme disposto em seu PPC, e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

4.1.1.2. Técnico Concomitante e/ou Subsequente ao Ensino Médio

O curso Técnico de Nível Médio Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio é oferecido a quem esteja cursando, no mínimo, o segundo ano do Ensino Médio ou já o tenha concluído.

É considerado “subsequente” quando o aluno já concluiu o Ensino Médio e apresenta apenas uma matrícula (no Técnico). Considera-se “concomitante” quando o aluno está cursando, simultaneamente, o Ensino Médio e o curso técnico, com duas matrículas específicas: uma no Ensino Médio e outra no Técnico.

Os cursos podem ter duração de três ou quatro semestres, conforme carga horária informada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a forma de

ingresso é por meio de Processo Seletivo.

4.1.1.3. PROEJA (Médio)

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), destina-se a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, sendo que a idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos²⁷.

O curso tem previsão de duração mínima de três anos, para os cursos técnicos integrados à Educação de Jovens e Adultos e o ingresso é por meio de Processo Seletivo Simplificado.

4.1.2. Graduação

No contexto dos cursos de **Licenciatura**, sua oferta pelo IFSP visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nesses cursos, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Neste sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica sejam valorizados.

Já os cursos superiores de **Tecnologia** têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem

²⁷ Conforme o Documento Base do Proeja para o Ensino Médio (MEC, 2007-b), destaca-se que a legislação não define a idade mínima para acesso aos respectivos cursos, assim, propõe-se “pensar em sujeitos com idade superior ou igual a 18 anos, com trajetória escolar descontínua, que já tenham concluído o ensino fundamental é tomar uma referência, certamente, bem próxima da realidade de vida dos sujeitos da EJA”. Já o Documento Base do Proeja para o Ensino Fundamental (MEC, 2007-a), destaca que também não há legislação estipulando idade mínima para ingresso no Proeja, porém, as diretrizes da EJA colocam 15 anos como a idade mínima para matrícula no ensino fundamental. Disso decorre que “não é vedado o acesso de jovens entre os 15 e 17 anos. Porém, deve-se observar que a proposta do Programa, conforme acima explicitado, está voltada, prioritariamente, para um público com mais idade”.

aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Apoiado na Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002²⁸, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Ainda nessa Resolução, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de **Bacharelado** se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

4.1.2.1. Licenciatura

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na educação básica. A licenciatura tem duração de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

4.1.2.2. Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica.

Os cursos têm duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

4.1.2.3. Bacharelado

²⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>.

Promove a formação de bacharéis na área de ciências experimentais e tecnológicas para trabalhar tanto no setor produtivo, quanto no setor de pesquisa e desenvolvimento. O curso tem duração mínima de 5 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

4.2. Identificação dos cursos ofertados pelo Câmpus Presidente Epitácio

4.2.1. Técnico Integrado

Entre 2012 e 2014, houveram ofertas de cursos integrados em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e, em 2015, o câmpus iniciou a oferta de cursos próprios nesta modalidade de ensino.

4.2.1.1. Em parceria

Entre 2012 e 2013, o Câmpus Presidente Epitácio, por meio do Acordo de Cooperação número 2, de 11/07/2011²⁹, firmado com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, ofertou-se, junto à Escola Estadual “18 de Junho”, três cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, na condição de parceria. No ano de 2014, houve a última oferta de nova turma para o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, em parceria, dando continuidade às turmas já iniciadas.

Nesse percurso, inclusive, em 2015 a “escola parceira” passou a ser a Escola Estadual Prof. Antonio de Carvalho Leitão, em decorrência da escola anterior ter passado a ofertar cursos de período integral.

Os cursos ofertados³⁰ são:

- **TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**

Certificação: Técnico em Administração Modalidade: Presencial, Integrado ao Ensino Médio - Parceria Turno: Matutino Duração do curso: 3 anos Aprovado e Autorizado pela Resolução IFSP nº 779, de 10/12/2012. Início da oferta: 2013 Última oferta: 2013
--

²⁹ Aprovado pela Resolução IFSP número 564, de 26/03/2012.

³⁰ Para efeito de organização, todos os cursos apresentados estão elencados em ordem alfabética, dentro de suas modalidades.

- **TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA**

Certificação: Técnico em Eletrotécnica
Modalidade: Presencial, Integrado ao Ensino Médio - Parceria
Duração do curso: 3 anos
Turno: Matutino
Autorizado pela Resolução IFSP nº 566, de 28/03/2012.
Aprovado pela Resolução IFSP nº 787, de 10/12/2012.
Início da oferta: 2012
Última oferta: 2012

- **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**

Certificação: Técnico em Informática
Modalidade: Presencial, Integrado ao Ensino Médio - Parceria
Duração do curso: 3 anos
Turno: Matutino
Autorizado pela Resolução IFSP nº 566, de 28/03/2012.
Aprovado pela Resolução IFSP nº 55, de 06/05/2014.
Início da oferta: 2012
Última oferta: 2014

4.2.1.2. Mantidos pelo IFSP

Como cursos técnicos de nível médio integrados ao Ensino Médio, o Câmpus Presidente Epitácio oferta, desde 2015, os seguintes cursos:

- **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**

Certificação: Técnico em Informática
Modalidade: Presencial, Integrado ao Ensino Médio
Duração: 3 anos
Turno: diurno
Aprovado e Autorizado pela Resolução IFSP 114, de 07/10/2014
Início da oferta: 2015
Última oferta: 2015

[Versão 01]

Certificação: Técnico em Informática
Modalidade: Presencial, Integrado ao Ensino Médio
Duração: 3 anos
Turno: diurno
Aprovado a reformulação pela Resolução IFSP 131, de 08/12/2015.
Início da oferta: 2016

[Versão 02]

- **TÉCNICO EM MECATRÔNICA**

Certificação: Técnico em Mecatrônica
Modalidade: Presencial, Integrado ao Ensino Médio
Duração: 3 anos
Turno: diurno
Aprovado e Autorizado pela Resolução IFSP 115, de 07/10/2014.
Início da oferta: 2015
Última oferta: 2015

[Versão 01]

Certificação: Técnico em Mecatrônica
Modalidade: Presencial, Integrado ao Ensino Médio
Duração: 3 anos
Turno: diurno
Aprovada a atualização pelo Parecer PRE 38/2015, de 14/12/2015.
Início da oferta: 2016

[Versão 02]

4.2.2. Técnico Concomitante / subsequente

Nesta modalidade, o Câmpus Presidente Epitácio apresenta os seguintes cursos técnicos, com duração de três ou quatro semestres:

- **TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**

Certificação: Técnico em Administração
Modalidade: Presencial, Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio
Duração: 3 semestres
Turno: Noturno
Aprovado pela Resolução IFSP 788, de 10/12/2012.
Código do curso: 27001
Início da oferta: 1º semestre 2013
Última oferta: 1º semestre 2013

[Versão: 01]

Certificação: Técnico em Administração
Modalidade: Presencial, Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio
Duração: 3 semestres
Turno: Noturno
Reformulação aprovada pela Resolução IFSP 906, de 02/07/2013.
Código do curso: 27002
Início da oferta: 2º semestre 2013
Última oferta: 2º semestre 2015

[Versão: 02]

Certificação: Técnico em Administração
Modalidade: Presencial, Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio
Duração: 4 semestres
Turno: Noturno
Reformulação aprovada pela Resolução IFSP130, de 08/12/2015.
Código do curso: 28000
Início da oferta: 1º semestre 2016

[Versão: 03]

- **TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL**

Certificação: Técnico em Automação Industrial
Modalidade: Presencial, Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio
Duração: 4 semestres
Turno: Vespertino e Noturno
Aprovado e Autorizado pela Resolução IFSP 184, de 19/11/2010
Código do curso: 27036
Início da oferta: 1º semestre 2011
Última oferta: 1º semestre 2012

[Versão: 01]

Certificação: Técnico em Automação Industrial

Modalidade: Presencial, Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio
Duração: 4 semestres
Turno: Vespertino e Noturno
Aprovado e Autorizado pela Resolução IFSP 184, de 19/11/2010
Código do curso: 27000
Início da oferta: 2º semestre 2012
Última oferta: 1º semestre 2014 – Vespertino
Última oferta: 2º semestre 2014 – Noturno

[Versão: 02]

- **TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

Certificação: Técnico em Edificações
Modalidade: Presencial, Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio
Duração: 4 semestres
Turno: Vespertino e Noturno
Aprovado e Autorizado pela Resolução IFSP 204, de 13/12/2010.
Código do curso: 27008
Início da oferta: 1º semestre 2011
Última oferta: 2º semestre 2015 - Vespertino

- **TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA**

Certificação: Técnico em Eletrotécnica
Modalidade: Presencial, Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio
Duração: 4 semestres
Turno: Noturno
Aprovado pela Resolução IFSP 95, de 05/08/2014.
Código do curso: 27100
Início da oferta: 1º semestre 2015

4.2.3. Técnico Subsequente, a distância

O Decreto nº 7.415, de 30/12/2010, instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Básica e dispôs sobre o Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO).

- **TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR**

Certificação: Técnico em Secretaria Escolar
Duração: 3 semestres
Modalidade: A Distância
Programa: Profucionário
Câmpus Gestor: Boituva
Aprovado pela Resolução IFSP 716, de 10/09/2012.
Início da oferta por Presidente Eptácio: 2013

4.2.4. Proeja

O Câmpus Presidente Eptácio ainda não apresentou ofertas de cursos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, sejam mantidos pela

câmpus ou mesmo em parcerias com outras instituições.

No ano de 2015, iniciou os estudos e negociações para firmar parceria com a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio para oferta de cursos nesta modalidade, na condição de parceria.

4.2.5. Licenciatura

Está pautado no PDI 2014-2018 a abertura e oferta de Licenciatura em Ciências da Natureza, com habilitação em Matemática e Física, a partir de 2016, na modalidade a distância.

4.2.6. Tecnologia

A oferta de cursos superiores de tecnologia iniciou em 2012, com a oferta do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ou somente ADS, tendo sido avaliado pelo MEC, em 2014, obtendo nota cinco.

- **ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

Certificação: Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Modalidade: Presencial, Superior em Tecnologia Duração: 6 semestres Turno: Matutino Aprovado pela Resolução IFSP 485, de 06/11/2011. Aprovada Atualização pela Resolução IFSP 976, de 01/10/2013. Código do curso: 27200 Início da oferta: 1º semestre 2012

4.2.7. Bacharelado

O Câmpus Presidente Epitácio apresenta, em seu PDI 2014-18, a pauta de oferta de cursos de Bacharelado em Engenharia Civil, para 2016, e Engenharia Elétrica e Ciências da Computação, ambos para 2017.

Em 2015, seguindo os prazos procedimentais, o PPC de Engenharia Civil foi elaborado e encaminhado à Diretoria de Graduação (DGD), da Pró-reitoria de Ensino (PRE), para análise e procedimentos.

O PPC de Engenharia Elétrica está em fase de preparação para que seja encaminhado para análise da DGD / PRE.

Tabela 9- Resumo dos cursos ofertados pelo Câmpus Presidente Epitácio

Modalidade	Curso	Código	Entrada	Turno	Oferta Vagas	Aprovação		Ofertas		Encerramento do curso	
						Data	Resolução	Início	Última	Data	Resolução
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Automação Industrial	27036	Semestral	Vespertino	40	19/10/2010	184	1º sem 2011	1º sem 2012		
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Automação Industrial	27036	Semestral	Noturno	40	19/10/2010	184	1º sem 2011	1º sem 2012		
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Automação Industrial	27000	Semestral	Vespertino	40	19/10/2010	184	2º sem 2012	1º sem 2014		
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Automação Industrial	27000	Semestral	Noturno	40	19/10/2010	184	2º sem 2012	2º sem 2014		
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Edificações	27008	Semestral	Vespertino	40	13/12/2010	204	1º sem 2011	2º sem 2015		
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Edificações	27008	Semestral	Noturno	40	13/12/2010	204	1º sem 2011			
Superior - Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	27200	Anual	Diurno	40	06/12/2011	485	1º sem 2012			
						01/10/2013	976				
Técnico Integrado - Parceria	Técnico em Informática	---	Anual	Matutino	40	06/05/2014	55	1º sem 2012	1º sem 2014		
Técnico Integrado - Parceria	Técnico em Eletrotécnica	---	Anual	Matutino	40	10/12/2012	787	1º sem 2012	1º sem 2012		
Técnico Integrado - Parceria	Técnico em Administração	---	Anual	Matutino	40	10/12/2012	779	1º sem 2013	1º sem 2013		
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Administração	27001	Semestral	Noturno	40	10/12/2012	788	1º sem 2013	1º sem 2013		
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Administração	27002	Semestral	Noturno	40	02/07/2013	906	2º sem 2013	2º sem 2015		
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Administração	28000	Semestral	Noturno	40	08/12/2015	130	1º sem 2016			
Técnico Integrado	Técnico em Informática	---	Anual	Matutino / Vespertino	40	07/10/2014	114	1º sem 2015	1º sem 2015		
Técnico Integrado	Técnico em Informática	---	Anual	Matutino / Vespertino	40	07/10/2014	114	1º sem 2016			
Técnico Integrado	Técnico em Mecatrônica	---	Anual	Matutino / Vespertino	40	07/10/2014	115	1º sem 2015	1º sem 2015		
Técnico Integrado	Técnico em Mecatrônica	---	Anual	Matutino / Vespertino	40	14/12/2015	Parecer PRE 38	1º sem 2016			
Técnico Concomitante / Subsequente	Técnico em Eletrotécnica	27100	Semestral	Noturno	40	05/08/2014	95	1º sem 2015			
Técnico Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar	---	N/I	A Distância	N/I	10/09/2012	716				
						Câmpus Gestor: Boituva					

N/I – Não Informado

Fonte: IFSP-PEP

Tabela 10 - Resumo da proposta de abertura de cursos pelo Câmpus Presidente Epitácio, conforme PDI 2014-2018

Modalidade	Curso	Entrada	Turno	Oferta / Vagas	Início da oferta	Observações
Superior - Licenciatura	Ciências da Natureza (Habilitação em Matemática e Física)	Anual	A Distância	N/I	2015	
Proeja	Técnico em Administração	N/I	Noturno	50	2016	
Superior – Bacharelado	Engenharia Civil	Anual	Matutino / Vespertino	40	2016	PPC encaminhado à DGD/PRE em 2015.
Superior – Bacharelado	Engenharia Elétrica	Anual	Matutino / Vespertino	40	2017	PPC em construção
Superior - Bacharelado	Ciências da Computação	Anual	Matutino / Vespertino	40	2017	

N/I – Não informado

Fonte: PDI 2014-18

5. POLÍTICAS E AÇÕES

O Câmpus Presidente Epitácio realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as políticas institucionalmente estabelecidas, como pode ser observado a seguir. As ações estão apresentadas pelas respectivas áreas de desenvolvimento.

5.1. Coordenadoria Sociopedagógica

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo e Técnico em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

O trabalho sociopedagógico é realizado no Câmpus Presidente Epitácio desde seu surgimento, onde por meio da equipe composta inicialmente por Pedagogo e Técnicos em Assuntos Educacionais, eram desenvolvidas ações como:

- PAE – Programa de Assistência Estudantil;
- Combate à Evasão;
- Planejamento Pedagógico;
- Conselho Pedagógico e Deliberativo;
- Orientação Educacional;
- Estímulo e acompanhamento de representações discentes;
- NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
- Bolsa monitoria (revogada pela regulamentação das bolsas discentes).

Em meados de 2013 passaram a compor também a equipe Sociopedagógica os profissionais Assistente Social e Psicólogo, vindo a

colaborar para uma melhor estruturação e funcionamento do setor, onde foram ampliadas as ações já existentes e criados novos projetos, como:

- acompanhamento psicológico em grupo (orientação profissional, grupo de formação do ensino médio, entre outros grupos temáticos);
- formação continuada de professores;
- participação em reuniões de área para suporte pedagógico;
- participação em reuniões de pais;
- Bolsa Discente – modalidade Bolsa de Ensino;
- encaminhamentos à rede de saúde.

Sendo assim, as ações da Coordenadoria Sociopedagógica, mesmo tendo sua regulamentação datada de 11/2014, ocorrem desde o início das atividades do câmpus e vem buscando se estruturar melhor, tanto nos recursos físicos quanto humanos, e isto vem refletindo na estruturação do sociopedagógico, que inicialmente dividia espaço com outros setores, mas atualmente conta com uma sala própria e a equipe mínima completa com todos os profissionais presentes na regulamentação para a Coordenadoria.

A equipe procura agir de maneira integrada e compartilhada, por meio de mecanismo de registros das ações e atendimentos realizados de uso coletivo, para viabilizar a comunicação e continuidade dos acompanhamentos. Além disso, são realizadas reuniões semanais para planejamento, discussão e avaliação do trabalho.

5.2. Assistência Estudantil

5.2.1. A Política de Assistência Estudantil do IFSP

A Política de Assistência Estudantil do IFSP é

um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que norteia a elaboração e a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e a construção do processo formativo, contribuindo na perspectiva da equidade, produção de conhecimento e melhoria do desempenho escolar. (IFSP, 2014)

Os projetos destinados à implementação e execução da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFSP tem como objetivo desenvolver ações que efetivem o previsto no Decreto nº 7.234, de 10 de julho de 2010, que instituiu

o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Decreto, executado na esfera do Ministério da Educação, atribui à assistência estudantil a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”, atuando no sentido de democratizar as condições de permanência na educação pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão e promover a inclusão pela educação e o IFSP também destina esta assistência aos alunos matriculados nos cursos técnicos de nível médio.

Para tanto, são desenvolvidos em consonância com a Resolução número 41, de 02 de junho de 2015, que aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, e a Resolução nº 42, de 02 de junho de 2015, que aprova a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

5.2.2. O Programa de Assistência Estudantil do IFSP

O Programa de Assistência Estudantil do IFSP tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes através da oferta de auxílios financeiros e possui dois eixos norteadores: Programa de Auxílio Permanência e Programa de Ações Universais.

O Programa de Auxílio Permanência visa garantir a igualdade de permanência entre os estudantes, atuando de modo que as questões socioeconômicas não interfiram em sua trajetória acadêmica, e compreende as seguintes modalidades de auxílios financeiros: alimentação, apoio a estudantes pais e mães, apoio didático-pedagógico, moradia, saúde e transporte.

O Programa de Ações Universais visa contribuir na formação integral do estudante através do enaltecimento de valores de cidadania, coletividade e inclusão social. É destinado a toda comunidade discente, independentemente da situação socioeconômica, e compreende ações de incentivo ao esporte, cultura e inclusão digital, além da oferta de suporte aos estudantes com necessidades educacionais.

O Programa de Ações Universais é executado mediante a proposição de projetos específicos que contemplem suas áreas de atuação e desde que não

haja prejuízo no desenvolvimento das ações de permanência.

Os auxílios do programa de permanência são destinados aos estudantes com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. O critério orientador para concessão do auxílio estudantil é o de vulnerabilidade social, compreendida como “situações de desproteção, inseguranças, riscos e instabilidades que impedem o acesso aos direitos sociais básicos e aos bens materiais e culturais” (IFSP, 2015, p. 09).

O valor dos auxílios é definido de acordo com a disponibilidade orçamentária do câmpus e não cobre o valor total dos gastos do estudante em cada modalidade, sendo que podem ainda sofrer alterações e remanejamentos conforme as necessidades encontradas no transcorrer do Projeto.

Em 2013 o Câmpus Presidente Epitácio recebeu um montante de R\$53.764,16 para execução das ações do Programa de Assistência Estudantil, e atendeu uma média de 50 estudantes em situação de vulnerabilidade social. Já em 2014 o orçamento bem como o número de estudantes atendidos dobrou, totalizando R\$119.031,94 para uma média de 100 estudantes. O orçamento final do ano de 2015 fechou em R\$146.639,96 com uma média de 130 estudantes atendidos.

O planejamento e execução dessas ações é realizado pela Assistente Social em conjunto com a Coordenadoria Sociopedagógica, uma equipe multiprofissional de ação interdisciplinar composta por Assistente Social, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais e Psicólogo que busca realizar o acompanhamento permanente ao aluno por meio de programas e projetos.

No que tange ao processo de seleção do Programa de Assistência Estudantil, todos os estudantes matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Câmpus Presidente Epitácio no ensino técnico concomitante e/ou subsequente, ensino técnico integrado e ensino superior podem participar do processo seletivo.

De acordo com o Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFSP, não podem se inscrever no Programa de Auxílio Permanência estudantes que possuem vínculo com o IFSP apenas para cumprimento de Estágio Curricular, Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Atividade Complementar.

O processo seletivo do programa ocorre semestralmente por meio de editais divulgados no site institucional e murais do câmpus. Para se inscrever no programa o estudante deve preencher o questionário socioeconômico *on-line*, participar de entrevista social com a equipe da Coordenadoria Sociopedagógica e entregar documentos referentes à comprovação de renda, processo que dá subsídio para realização da análise socioeconômica, pelo Assistente Social.

Os alunos contemplados pelo Programa podem se beneficiar das ações por um semestre letivo, admitindo-se a renovação semestral enquanto perdurar o curso e conforme recursos ofertados para o projeto. A continuidade da participação do estudante no Programa está atrelada à frequência mínima de 75% no semestre/ano anterior. Em caso de frequência inferior a 75%, o Serviço Social avalia a continuidade no programa.

Os estudantes contemplados com auxílios do Programa de Assistência Estudantil são acompanhados pela Coordenadoria Sociopedagógica através de ação interdisciplinar com o objetivo de identificar os fatores de risco e vulnerabilidade social que possam comprometer sua trajetória acadêmica. As ações com os estudantes são desenvolvidas por meio de orientações individuais e reuniões socioeducativas com periodicidade definida pela Coordenadoria Sociopedagógica.

O acompanhamento ocorre através da participação em reuniões de área e conselhos de classe, além de consulta ao sistema acadêmico para levantamento de frequência e notas, utilizados como recurso para identificação de demandas que possibilitem o planejamento de ações e intervenções junto aos estudantes e suas famílias.

A avaliação do Programa é realizada semestralmente com os estudantes através de reuniões periódicas e aplicação de questionários *on-line*.

Nas tabelas 11, 12 e 13, a seguir, encontram-se os resumos dos montantes recebidos e aplicados junto aos alunos e o número de alunos atendidos.

Tabela 11 – Relatório da Assistência Estudantil – 2013

RELATÓRIO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - 2013		
1	Valor do orçamento recebido para a ação Assistência ao Educando	R\$ 53.764,16
2	Valor do orçamento aplicado na ação Assistência ao Educando	R\$ 53.583,12
3	Média de alunos atendidos na ação Assistência ao Educando	50

Tabela 12 – Relatório da Assistência Estudantil – 2014

RELATÓRIO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – 2014		
1	Valor do orçamento recebido para a ação Assistência ao Educando	R\$ 119.031,94
2	Valor do orçamento aplicado na ação Assistência ao Educando	R\$ 115.081,72
3	Média de alunos atendidos na ação Assistência ao Educando	100

Tabela 13 – Relatório da Assistência Estudantil – 2015

RELATÓRIO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – 2015		
1	Valor do orçamento recebido para a ação Assistência ao Educando	R\$ 146.639,96
2	Valor do orçamento aplicado na ação Assistência ao Educando	R\$ 143.216,65
3	Média de alunos atendidos na ação Assistência ao Educando	130

5.2.2.1. Avaliação das ações do Programa de Assistência Estudantil do Câmpus Presidente Epitácio

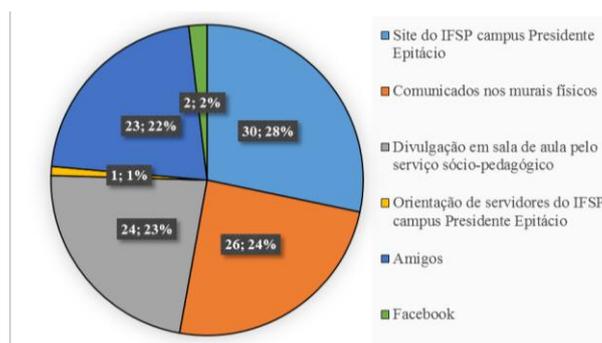
Partindo da concepção de que a avaliação das políticas sociais é parte essencial de seu processo e dá subsídio para o desenvolvimento de ações que vão de encontro à necessidade dos usuários, buscou-se identificar como está se dando a implementação das políticas de assistência estudantil no Câmpus Presidente Epitácio e em que medida tem contribuído para assegurar as condições de permanência dos estudantes.

Para tanto, a Coordenadoria Sociopedagógica por meio do Programa de Assistência Estudantil desenvolveu pesquisa com os estudantes matriculados no IFSP–PEP que receberam auxílios financeiros no primeiro semestre de 2014. Para a obtenção de um maior alcance dos estudantes e agilidade na sistematização de dados o questionário foi criado na plataforma Googledocs e disponibilizado no *email* dos estudantes.

O questionário de avaliação do Programa de Assistência Estudantil obteve 64 respostas. Levando em conta que no período da pesquisa o Programa de Assistência Estudantil atendia cerca de 100 estudantes, o quantitativo de respostas corresponde a 64% do total de estudantes atendidos.

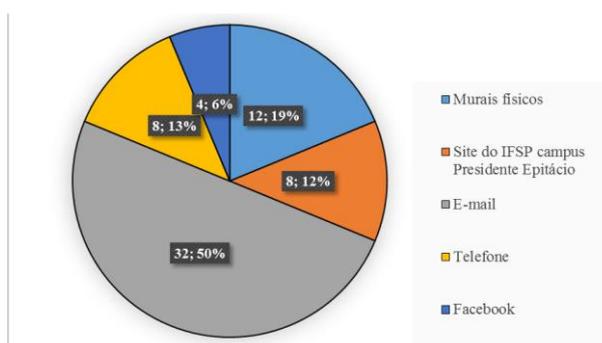
O processo de divulgação das políticas de assistência ao estudante constitui-se como principal ferramenta para o conhecimento do programa e acesso às suas ações. No Gráfico 2 podemos identificar a diversidade de canais de comunicação utilizados pelos estudantes para conhecimento das ações do programa, destacando-se o site institucional (30 alunos ou 28% do total), comunicados nos murais físicos (26 alunos ou 24% do total), divulgação em sala de aula (24 alunos ou 23% do total) e *site* do câmpus (23 alunos / 22% do total).

Gráfico 2 – Como soube do Programa de Assistência Estudantil do IFSP



Com relação ao melhor canal de comunicação para os estudantes beneficiários do programa, podemos observar no Gráfico 3 que o *e-mail* é considerado a principal ferramenta que viabiliza o contato dos estudantes com a Coordenadoria Sociopedagógica (32 alunos ou 50% do total).

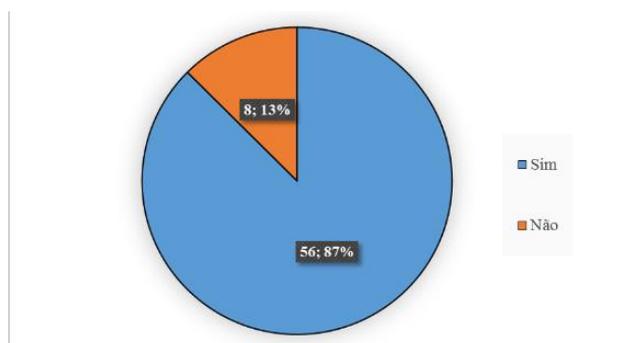
Gráfico 3 – Melhor canal de comunicação entre a Coordenadoria Sociopedagógica e os estudantes



Ao afirmarmos que a divulgação da política de assistência estudantil é elemento central para acesso às suas ações, entendemos que o conhecimento acerca dos critérios de elegibilidade do programa é um direito do estudante e contribui para a transparência do processo de seleção. Assim, considera-se como fator relevante o percentual de estudantes que declaram ter conhecimento desses procedimentos (56 estudantes ou 87% do total), conforme Gráfico 4.

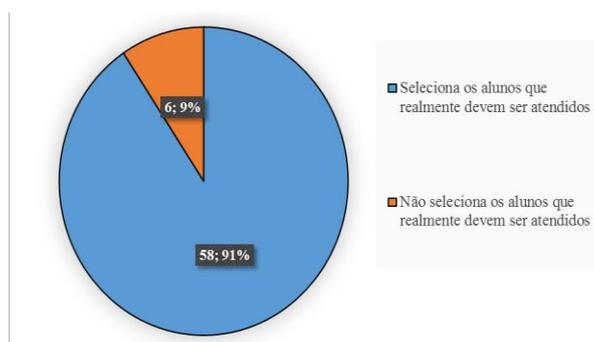
Ainda que o resultado tenha sido positivo o Programa de Assistência Estudantil do IFSP passa por um processo de transição em virtude da recente aprovação de sua Política de Assistência Estudantil e a Coordenadoria Sociopedagógica tem como desafio atual trabalhar na divulgação e orientação dos estudantes acerca das mudanças ocorridas no processo de análise socioeconômica do programa.

Gráfico 4 – Conhecimento dos critérios de seleção



Ainda no que se refere aos critérios de elegibilidade, notamos que o conhecimento acerca desses procedimentos corrobora para uma análise positiva dos estudantes sobre os critérios de seleção, uma vez que 58 alunos (91%) do total afirmam que o programa seleciona os alunos que realmente devem ser atendidos, conforme Gráfico 5.

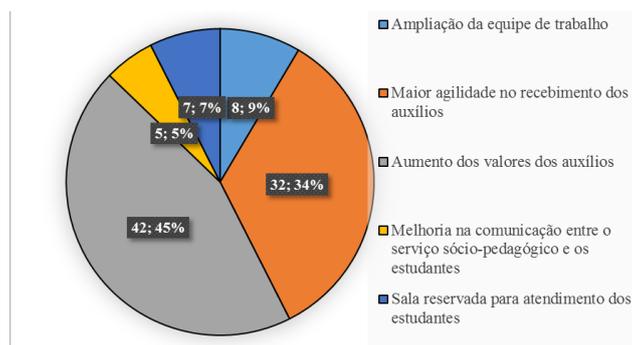
Gráfico 5 – Opinião sobre os critérios de seleção do programa



Dentre as sugestões para melhorias no Programa de Assistência Estudantil do Câmpus Presidente Epitácio, 42 alunos ou 45% do total têm como sugestão o aumento dos valores dos auxílios, seguidos de 32 ou 34% do total que sugerem maior agilidade no recebimento, conforme demonstrado no Gráfico 6. Atualmente o valor médio concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade social é de R\$95,00.

A insuficiência de recursos para o atendimento da demanda de estudantes e atrasos na liberação dos pagamentos são fatores recorrentes no processo de implementação do programa de assistência estudantil. Considerando que seu objetivo consiste em garantir a permanência dos estudantes na instituição, essa problemática descaracteriza sua finalidade, pois o auxílio acaba chegando na forma de reembolso ou como “ajuda de custo”.

Gráfico 6 – Sugestões para melhorias no programa



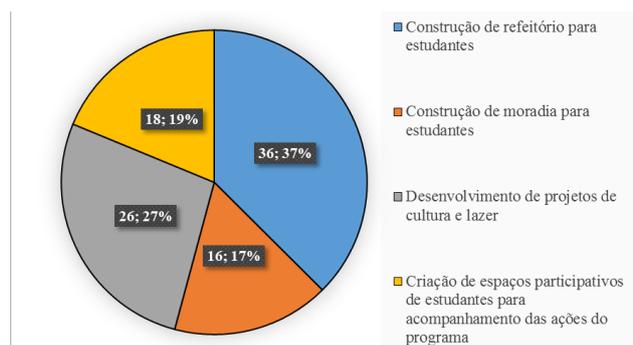
Com relação à implementação de projetos e ações do Programa de Assistência Estudantil, 36 alunos ou 37% do total consideram importante a construção de refeitório, seguido de 26 alunos ou 27% do total que almejam o desenvolvimento de projetos de cultura e lazer, criação de espaços participativos para acompanhamento das ações do programa (18 alunos ou 19% do total) e construção de moradia (16 alunos ou 17% do total), conforme identificado no Gráfico 7.

A construção de refeitório e moradia estudantil, ainda que não estejam previstos no projeto de expansão do câmpus, são medidas essenciais para qualificar as ações do programa. A mobilidade acadêmica conquistada na democratização do acesso ao ensino está trazendo uma demanda de estudantes que necessitam da oferta desses serviços como forma de garantir sua permanência no curso.

O desenvolvimento de projetos de cultura e lazer está atrelado ao eixo do Programa de Ações Universais e são executados esporadicamente pelo câmpus devido a indisponibilidade de recursos orçamentários. Entende-se que essa problemática precisa ser superada pois as ações de assistência estudantil devem atuar numa perspectiva de formação ampliada.

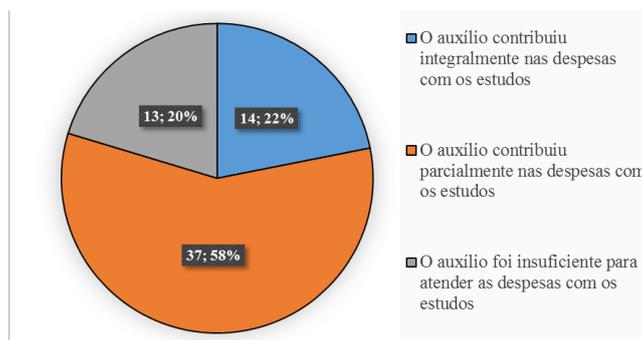
Ainda, entende-se que a construção de espaços participativos nas ações do programa deve ser legitimada e, nesse sentido, a Coordenadoria Sociopedagógica buscará estimular o envolvimento dos estudantes através da realização de reuniões socioeducativas, criação de fóruns de discussões e comissões.

Gráfico 7 – Projetos e ações considerados importantes



Quando questionados sobre em que medida o auxílio recebido pelo programa de assistência estudantil contribuiu para o atendimento às suas necessidades, 37 alunos ou 58% do total afirmaram que o auxílio contribuiu parcialmente para a permanência no curso, 14 ou 22% do total afirmam que contribuiu integralmente e 13 ou 20% do total alegaram que o auxílio foi insuficiente. Vale ressaltar que o auxílio destinado aos estudantes é custeado de forma parcial e não cobre sua necessidade real.

Gráfico 8 – Em que medida o auxílio atendeu a necessidade



Nesse sentido, para que as ações do Programa de Assistência Estudantil do Câmpus Presidente Epitácio possam assegurar, ao estudante, igualdade de condições de acesso e permanência, atuando de forma integral, torna-se necessário a adequação de espaços e recursos humanos para um melhor atendimento dos estudantes, a implementação e ampliação do eixo de ações universais do programa e destinação de um orçamento compatível com a sua realidade.

5.3 Ações Inclusivas – NAPNE

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE, com regulamento aprovado pela Resolução número 137,

de 04 de novembro de 2014, é composto pela equipe básica de um assistente social, um pedagogo, um psicólogo e um técnico em assuntos educacionais, e pode contemplar outros membros da comunidade escolar. Tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a cultura da educação para convivência, o respeito à diversidade, a promoção de acessibilidade arquitetônica e a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais.

O NAPNE também acompanha o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas durante os seus percursos acadêmicos. Em consonância com o Decreto número 7.611³¹, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências e o disposto nos artigos, 58 a 60, capítulo V, da Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “Da Educação Especial”, onde se lê:

será assegurado ao educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação atendimento educacional especializado para garantir igualdade de oportunidades educacionais bem como prosseguimento aos estudos.

A “Educação Especial” é efetivada pelas ações do NAPNE com a colaboração das demais instâncias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e, conforme Resolução número 137, artigo primeiro, constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da população da exclusão dentro e fora da instituição de ensino.

5.3.1 Ações realizadas

As ações do NAPNE apresentam caráter diverso e objetivam o envolvimento da comunidade escolar e o desenvolvimento do sentimento de corresponsabilidade na construção da educação de inclusão.

No ano de 2011, houve a participação de representante do NAPNE no 2º Encontro de Ações Inclusivas, realizadas pela PRE do IFSP.

³¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

No ano de 2012, o NAPNE visitou a APAE de Presidente Epitácio para estabelecer contato e buscar informações sobre o mercado de trabalho para a pessoa com deficiência. Na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia deste mesmo ano, o Núcleo promoveu a apresentação do grupo “Sinais de Amor”, composto de pessoas com deficiência auditiva acompanhados de sua intérprete. E também fizera um levantamento de material de tecnologia assistiva adquirido pelo câmpus em anos anteriores.

Em 2013, o NAPNE participou da Semana Cultural do câmpus com a apresentação no cinema do município do curta metragem “Eu não sei andar de bicicleta” que trata da temática de necessidades específicas. Também fora feito um levantamento sobre datas comemorativas que abordassem a inclusão, resultando na construção de um calendário para planejamento de ações conforme o evento e um levantamento na biblioteca da instituição de livros que tratam da temática da inclusão, posteriormente repassado aos docentes. Fora também instalado um telefone público adaptado à pessoa com deficiência auditiva e um adaptado à pessoa com dificuldade de locomoção. No segundo semestre, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, fora organizado em parceria com o Centro de Promoção para Inclusão Digital, Escolar e Social (CPIDES) da Unesp de Presidente Prudente, a palestra “O uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta para proporcionar a inclusão social, digital e educacional com pessoas com necessidades especiais”, com a presença das professoras Eliza Schlümzen, Daniele Santos e Naiara Chierici.

No primeiro semestre de 2014, fora destinada uma vaga do estacionamento interno do câmpus às pessoas com deficiência. Durante a Copa do Mundo de Futebol, textos informativos sobre a reserva de vagas nos estádios foram divulgados nos murais. No segundo semestre, houve a realização de um Cinedebate, dentro da Semana de Ação Mundial, com a apresentação da animação “Mary e Max” sobre a temática da inclusão, e a realização de uma palestra aos moldes de relato de experiência ministrada por uma pessoa com deficiência visual.

Durante o ano de 2015, primeiro semestre, foi aplicado aos pais de alunos um questionário sobre o hábito de estudos dos filhos, com ênfase nas necessidades individuais de cada aluno. Também neste período foi realizado durante a Semana de Ação Mundial um debate com os alunos representantes

de classes sobre o Plano Nacional de Educação com destaque para as metas de inclusão. No segundo semestre foi implementado o projeto dos Meses Temáticos, que buscou trabalhar um tema específico em cada mês, objetivando minimizar as barreiras atitudinais e maximizar a cultura de educação para convivência. Também foi realizada a I Semana da Diversidade do câmpus, com apresentações artísticas de projetos de servidores envolvendo alunos com necessidades específicas: “Dançar Especial”, com a docente de Educação Física em parceria com a APAE municipal e “Coral em LIBRAS”, grupo municipal que se apresentou no câmpus a convite do Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

Com a intenção de capacitar seus membros, houve a participação em 2013 e 2015 do NAPNE no Simpósio de Educação Inclusiva, realizado pela Unesp de Presidente Prudente. No ano de 2015, foi assegurada a participação de alguns membros do NAPNE na Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania e no Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP.

Durante toda sua atuação, o núcleo fez a divulgação e manutenção das informações pertinentes à educação inclusiva no site do IFSP–PEP. Há, neste *site*, um espaço de caracterização do NAPNE com a apresentação sucinta dos seus objetivos e de seus membros; ademais, todas as ações desenvolvidas são publicizadas na modalidade de notícias.

Mensalmente, ocorrem reuniões dos membros do NAPNE para que sejam realizados estudos e planejamento de ações e intervenções.

Os alunos acompanhados pelo NAPNE passam por entrevistas que visam compreender as necessidades específicas de cada caso, o que resulta na confecção de comunicados direcionados aos coordenadores de curso com instruções para adaptações pedagógicas.

Um membro do NAPNE que compõe a Coordenadoria Sociopedagógica explica as adaptações pedagógicas presentes no comunicado durante as reuniões de curso que contam com a presença de todos os docentes.

Também são realizados comunicados a outros setores da instituição, como o patrimônio, para gerir as adaptações de mobiliário e arquitetônicas ou a TI (Tecnologia da Informação), no provimento da acessibilidade dos laboratórios de informática.

Atualmente são acompanhados sete alunos com necessidades

educacionais específicas, dentre deficiência física, visual e auditiva. Desde 2011, já foram acompanhados pelo NAPNE um total de 21 alunos com algum comprometimento do movimento; aproximadamente 80% destes foram oriundos de programa de reabilitação profissional. Somam-se a estes outros 6 alunos com dificuldades de cognição, 3 com deficiência auditiva e 6 com afecção visual, sendo 2 com baixa visão, 1 com daltonismo e 3 com necessidade de correção por lentes.

Desde 2013 o NAPNE também recebe alunos oriundos do programa de Reabilitação Profissional do INSS, realizando entrevistas com os mesmos a fim de identificar suas necessidades específicas e orientar os docentes, também através de memorandos e esclarecimentos pessoais nas reuniões de curso sobre a melhor forma de promover a sua educação. Atualmente são atendidos 14 alunos nestes moldes.

5.4 Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes.

Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

Conforme orientação da Diretoria de Políticas Especiais, da PRE, por meio da Equipe de Formação Continuada de Professores, uma comissão local foi designada no Câmpus Presidente Epitácio. A Equipe local, instituída pela Portaria nº PEP.0071, de 04 de maio de 2015, é composta por oito servidores: quatro técnico-administrativos e quatro docentes.

Coerente com as propostas da PRE, a Equipe vem promovendo encontros para estudos e discussões, para pesquisas colaborativas acerca do tema “avaliação” e para planejamento das ações. É relevante ressaltar que o tema foi proposto de forma conjunta entre a DPE e as Equipes de Formação

Continuada dos câmpus do IFSP.

Para o primeiro semestre de 2015, a comissão local elaborou um cronograma com as datas das ações que foi apresentado aos coordenadores de curso a fim de sensibilizar e estimular seus pares a participar das ações e ajudá-los a compreender a importância da iniciativa. No planejamento das datas houve respeito ao cronograma temático previsto para o ano pela DPE, como segue.

Para o segundo semestre as ações foram planejadas e realizadas conforme cronograma elaborado e previamente analisado e acordado pelos membros da Equipe local.

Tabela 14 – Cronograma de atividades da Equipe de Formação Continuada do Câmpus Presidente Epitácio para o ano de 2015

MÊS	TEMA DE TRABALHO
março	Avaliação Diagnóstica: desafios e desdobramentos
abril	Avaliação Formativa: concepção e processo
maio	Recuperação Contínua e Paralela
junho	Conselho de Classe
agosto	Avaliação das teorias da aprendizagem
setembro	Instrumentos de avaliação
outubro	Avaliação Institucional
novembro	Avaliações Externas

5.5 Políticas e Ações de Extensão

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a escola e a sociedade.

Além disso, a Extensão compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada câmpus se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades.

Os **cursos** de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância; têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e

necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade.

Já as **atividades** são aquelas realizadas fora da sala de aula. As principais são as seguintes:

- **Acompanhamento de egressos:** conjunto de ações implementadas para acompanhar o itinerário profissional do egresso a fim de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
- **Empreendedorismo e cooperativismo:** apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais.
- **Estágio e emprego:** atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).
- **Eventos:** podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, congresso, mostra, entre outras. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna.
- **Projetos sociais:** conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos representar soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades e a melhoria das condições de vida.
- **Relações internacionais:** ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios, destinados à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.
- **Visitas Técnicas:** atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam a promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
- **Bolsa de Extensão:** oferece ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que

incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio câmpus, por meio de editais internos.

- **PROEXT:** o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), anualmente, lança editais para Projetos e Programas de Extensão Universitária. Alunos de curso superior poderão participar, como bolsistas, dos projetos contemplados.

5.5.1 Ações realizadas

O Câmpus Presidente Epitácio apresentou a seguinte oferta de cursos, como pode ser observado na sequência de tabelas abaixo.

Tabela 15 – Oferta de cursos FIC no ano 2011

Nome do Curso	Carga horária	Vaga	Inscritos	Concluintes
Atualização em Informática Básica	20	20	22	11
Atualização em Matemática Básica I	30	30	37	14
Capacitação em Leitura e Escrita	20	10	20	7
Atualização em Informática Básica Melhor Idade I	20	20	20	15

Tabela 16 – Oferta de cursos FIC no ano 2012

Nome do Curso	Carga horária	Vaga	Inscritos	Concluintes
Atualização em Matemática Básica I	50	30	18	8
Atualização em Matemática Básica II	30	30	26	14
Atualização em Informática Básica - Melhor Idade I	20	20	16	15
Atualização em Criação de Sites para a Internet	20	20	20	10
Capacitação Profissional em Planilhas Eletrônicas	35	20	24	11
Atualização em Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle	20	20	15	10
Criação De Blogs para a Melhor Idade	20	15	0	0
Atualização em Inglês Básico para Conversação	22	20	21	12
Capacitação Profissional Rotinas Administrativas I	54	25	25	13
Capacitação Profissional Rotinas Administrativas II	54	25	17	6
Qualificação Profissional em Inglês Básico para Conversação II	50	20	18	10
Atualização em Inglês Instrumental – Turma 1	26	20	20	12
Atualização em Inglês Instrumental – Turma 2	26	20	23	13
Atualização em Informática Básica – Melhor Idade I	28	20	20	10
Atualização em Informática Básica – Melhor Idade II	24	15	16	12
Qualificação Profissional em Redação Técnica	47	20	15	5
Atualização em Matemática Tópicos do Ensino Médio	50	30	33	3
Atualização em Matemática Básica I	50	30	27	12
Atualização em Matemática Básica I – Integrados	20	50	55	10
Atualização nos Principais Direitos decorrentes da relação de trabalho – I	17	15	15	7
Atualização nos Principais Direitos decorrentes da relação de trabalho – II	17	15	15	4

Tabela 17 – Oferta de cursos FIC no ano 2013

Nome do Curso	Carga horária	Vaga	Inscritos	Concluintes
Estatística	40	30	25	17
Lógica e Programação	30	30	21	13
LibreOffice - Calc	22	20	10	4
Atualização em Manutenção de Computadores	20	15	15	13

Tabela 18 – Oferta de cursos FIC no ano 2014

Nome do Curso	Carga horária	Vaga	Inscritos	Concluintes
Introdução à Pesquisa de Marketing	16	80	17	8
Dança como possibilidade de desenvolvimento para pessoas com deficiência	16	60	38	38
Curso de Apreciação Musical: A Música ao Alcance de Todos	26	40	0	0
Curso de Espanhol Básico IFSP/PEP	14	12	2	2
Métodos básicos para Pesquisa Científica	32	40	12	10
Entendendo atualidades vestibular e concurso público	32	80	28	9
Memórias da minha vida - Curso para idosos de Presidente Epitácio	32	40	20	10
Curso Pré-vestibular Comunitário	206	120	127	29
Curso Básico de Libras	40	30	20	16

Dentre as palestras ocorridas no Câmpus Presidente Epitácio, temos:

Tabela 19 – Palestras realizadas no ano de 2011

Título	Palestrante(s)
Diagnóstico Ambiental da Estância Turística de Presidente Epitácio	Ricardo dos Santos
Projeto de Incêndio em Residências	Sargento Ildo Alves da Silva
Primeiros Socorros	Rafael Batista Holanda
Automação na Agricultura de Precisão	Marcos Roberto Ruybal Bica
Prevenção ao uso de drogas	Marisa Pereira da Silva Robson Dias de Souza
NR 10 - Segurança do Trabalho	Ítalo Alves Montoro Júnior
Formação de lagos artificiais e influências no clima local e no clima urbano: estudo do município de Presidente Epitácio	Marcos Barros de Souza
Tipos de Projetos	Ronulfo Felix da Silva Junior
Técnico em Edificações: o que fazer, como fazer e onde trabalhar?	Márzio Sérgio Segantin Duarte
Saúde e Segurança no Trabalho: é preciso saber fazer!!	José Souza Santos Sobrinho
NR 10 - Segurança do Trabalho	Luís Challouts

Tabela 20 – Palestras realizadas no ano de 2012

Título	Palestrante(s)
Mercado de Trabalho	Alexandre Ataíde Carniato
Bullying	Aline Karen Baldo
Assentando revestimentos: especificação, aplicação e patologias.	Demétrius da Rocha
Assentando revestimentos: especificação, aplicação e patologias.	Demétrius da Rocha
Inversor / Softstart / CLP	Willian Chamarro
Inversor / Softstart / CLP	Willian Chamarro
Arborização Urbana	Thiago Bastos da Cunha
Primeiros Socorros e Combate a Incêndios	
Aplicações de Hidráulica e Pneumática na Indústria / FESTO	Ricardo Luiz de Oliveira Silva
Aplicações de Hidráulica e Pneumática na Indústria / FESTO	Ricardo Luiz de Oliveira Silva
Meio Ambiente e Sustentabilidade	Djalma Weffort

Título	Palestrante(s)
Implementação de projetos baseados em computação física e mobilidade com Arduino e Google Android	Guilherme de Cleva Farto
Implementação de projetos baseados em computação física e mobilidade com Arduino e Google Android	Guilherme de Cleva Farto
CREA	Márzio Sérgio S. Duarte
CREA	Valdir Bergamini
Nereya Home Automation com Tecnologia Zig Bee / My Home-Automação Residencial - LEGRAND	Engº Saraiva
Nereya Home Automation com Tecnologia Zig Bee / My Home-Automação Residencial - LEGRAND	Engº Saraiva
AMANCO	Univaldo Matias
AMANCO	Univaldo Matias
IA - Inteligência Artificial ou Imbecilidade Automática? As máquinas podem pensar e sentir?	Valdemar W. Setzer
O que a Internet está fazendo com nossas mentes.	Valdemar W. Setzer
A terra como material de construção	Obede Borges Faria

Tabela 21 – Palestras realizadas no ano de 2013

Título	Palestrante(s)
Dependência Química: O processo de restauração	José Leandro Gomes Luís Carlos Malimpense
O comportamento humano nas organizações	Patricia Natalia Cappi
Sustentabilidade e Cooperativismo	Antônio Domingos Dal Más
Engenharia de Software: Desenvolvimento, Mercado e Tecnologias	Rogério Eduardo Garcia
Drogas: um caminho quase sem volta	Vitalino A. Bosso Cabanilha
Sociedade Brasileira de Computação	Ronaldo Celso M. Correia
A nova era da Qualidade nas Organizações	Sérgio Bueno
Intercâmbio de Jovens: Proporcionando Conhecimento e Cultura	Elenir Troiani Dias
Motivação e Endomarketing	Edmarcio Cuschenier da Silva
Cine-debate - Quanto Vale ou é Por Quilo?	Francisco de Oliveira Pereira
Bullying	Eduardo Fernando Nunes
Educação Financeira e Investimentos	Claudemir Galvão Figueiredo
Empreendedorismo para o Jovem do séc. XXI	Héber Wenner Garcia
AMANCO - Práticas e Instalações Hidráulicas	Alessandro Fantinato
Ateliê de Maquetes	Bruna Bessa Fabiana Rodrigues Andrade
Atuação do técnico de edificações no mercado da construção civil	Marcos Rodrigues Frois
Assentando Revestimento - Boas Práticas	Demetrius da Rocha Ramos
Revestimentos e Acabamentos Alternativos	Samuel Silva Magalhães
CISSA - Centro de Integração Social e Sustentabilidade Ambiental	Fernando Sérgio Okimoto
O uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta para proporcionar a inclusão social, digital e educacional de pessoas com necessidades especiais.	Elisa Tomoe Moriya Schlünzen
Como se comportar em um Entrevista de Emprego	Eduardo Fernando Nunes
Segurança e Saúde do Trabalho	Francisley Ferreira Sanches
Direito Constitucional	Mônica Ferraz D. Montorio
Gestão Empresarial	Sidney Marcos Tinti Guirao
Oficina - Elaboração de Currículo	Ellen Regina dos Santos
Educação das Relações Etnico Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira	Miriam Silvia Pereira

Tabela 22- Palestras realizadas no ano de 2014

Título	Palestrante(s)
A influência da tecnologia na construção das relações sociais contemporâneas	Abraão Pustrelo Damião

Título	Palestrante(s)
Certificações Ambientais, norma de desempenho e gerência de projetos: um paradigma de sustentabilidade na construção civil	Fernando Sérgio Okimoto
Desafios do Século XXI para o desenvolvimento sustentável	Nelson Roberto Bugalho
A Automação nas Empresas CAIUA, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO	
Intercâmbio Acadêmico - Relato de uma experiência	André Alves dos Reis
Política Nacional de Resíduos Sólidos - Situação, Entraves e Perspectivas Futuras	
Segurança da Informação	Leandro Martins Alves
Qualidade nos nossos dias	
Um projeto de qualidade em andamento	
Soldagem por Eletrodo Revestido	
Atendimento ao Cliente com Diferencial Competitivo	Edmárcio Cuschenier da Silva
Cursos de Engenharia na FEIS/UNESP 1	
Patologias das Edificações	Marcos Rodrigues Frois
Cursos de Engenharia FEIS/UNESP 2	
Cursos de Engenharia FEIS/UNESP 3	
Protótipo da Transferência da energia solar para energia térmica	MARCOS ANTÔNIO ROSA
Terapia Financeira: Entendendo a Epidemia do Desequilíbrio Financeiro	Patrícia Natália Cappi
Cursos de Engenharia FEIS/UNESP 4	
Perspectivas no Trabalho em Grupo	Eduardo Fernando Nunes
A Trajetória do Negro no Brasil: História e Atualidade da Questão Racial	Abraão Pustrelo Damiano Aender Luis Guimarães

Dos projetos de extensão desenvolvidos pelo Câmpus, temos:

Tabela 23 – Projetos de Extensão desenvolvidos no ano de 2013

Título	Ministrante	Carga horária
Conscientização para o combate ao mosquito da dengue	José Guilherme Magalini Santos Decanini	4 meses
Sistema para limpeza de Bico Injetor Automotivo	César Alberto da Silva	8 meses
Domótica: Controle de Dispositivos por Voz	César Alberto da Silva Andrea Padovan Jubileu	4 meses
Divulgação Regional do Instituto Federal	Alexandre Ataíde Carniato	3 meses

Tabela 24- Projetos de Extensão desenvolvidos no ano de 2014

Título	Ministrante	Carga horária
Ampliando o acesso da população à Música -Violão	Marcos do Nascimento	5 meses
Sistema de Identificação por Radiofrequência	César Alberto da Silva	8 meses
Minicurso de eletricidade básica e instalações elétricas para alunos de escolas públicas	Leonardo Ataíde Carniato	8 meses
Levantamento de preços dos principais itens presentes na cesta básica	Rosana Abbud Karla Handressa de Castro	4 meses
Ampliando o acesso da população à música	Marcos do Nascimento	4 meses
Simulador de Caminhada	Márcia Aparecida Barbosa	4 meses
Programa de "Acompanhamento do Egresso"	Ricardo Baldo Pereira Thalita Alves dos Santos	10 meses
Sistema para controle de Irrigação	César Alberto da Silva	8 meses
Auxílio no traçado das vias cicláveis em Presidente Epitácio	Verônica Freitas	5 meses

Também foram realizadas **visitas técnicas**, como pode ser observado a seguir:

- **2012:** Estação Ecológica Morro do Diabo, Estação Ciências na cidade de São Paulo, Cerâmica Romana, RN Telhas de Concreto, Salione e

Portal do Lago.

- **2014:** Cerâmica Romana; Operadora de Telefonia Móvel OI S/A; Unidade Móvel de Ciência e Tecnologia SESI/SP e Obras - Condomínio Portal do Lago.

Na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia realizado em 2013, houve o desenvolvimento dos seguintes minicursos:

Tabela 25 – Minicursos desenvolvidos no ano de 2013, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Câmpus Presidente Epitácio

Título	Ministrante	Carga horária
jQuery	César Alberto da Silva	8 horas
Web Services	Rogério Ferreira da Silva	8 horas
Governança de TI utilizando o Framework ITIL	Paulo Roberto Rosa	8 horas
Acionamentos Via Inversor de Frequência / CLP	Gustavo dos Santos Pires	4 horas
Atualização em Manutenção de Computadores	Marcelo Alexandre da Cruz Ismael	10 horas

5.6 Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam o desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social.

Neste sentido, o câmpus desenvolve as atividades de Pesquisa e Inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (PIBIFSP)**, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação. No final, são certificados o aluno,

o orientador e os colaboradores da pesquisa.

- **Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica do IFSP (PIVICT)**, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, que recebam certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI)**, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica ou tecnológica sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM)**, do CNPq, que, também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de ensino médio para desenvolvimento de projetos de iniciação científica ou tecnológica sob a orientação de servidor com grau de Mestre ou Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT)**, que concede passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos

ou tecnológicos nacionais ou internacionais.

- **Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos do IFSP (PIPDE)**, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o *Workshop* de Negócios e Inovação.
- **Programa Jovens Talentos (PJT)**, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), que concede bolsas a estudantes de graduação e visa antecipar o ingresso no meio científico, despertar vocação científica, incentivar talentos potenciais, mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para participar, o estudante deve ser aprovado no processo de seleção por meio de uma prova de conhecimentos gerais.
- **Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)**, que visa conceder intercâmbio de alunos de graduação em instituições estrangeiras, concedendo bolsas que garantem, além da mobilidade internacional, recuso para despesas com estadia, alimentação e transporte local.
- **Programa Pró-equipamentos do IFSP**, que provê a criação de infraestrutura mínima para a pesquisa com recurso institucional. Por meio da submissão de projetos pelos pesquisadores dos câmpus, após a seleção realizada pela PRP, os equipamentos são adquiridos pela própria Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação e o patrimônio é transferido para o câmpus.
- **Acordos de Cooperação Técnica e Científica**, por meio dos quais o IFSP mantém parcerias para realização de capacitação em nível de pós-graduação e para realização de atividade de pesquisa e inovação. Atualmente, são mantidos acordos com o Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN/CNEN), localizado no câmpus da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Paulo, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado na cidade de São José dos Campos, e outro internacional com o Instituto Politécnico do Porto, localizado na cidade do Porto, em Portugal, além de outros envolvendo, mais especificamente, os câmpus do IFSP. Informações sobre estes acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de

Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>³².

- **Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CINTEC)** é um evento anual cujo objetivo é difundir as produções de pesquisadores e alunos em regime de iniciação científica ou tecnológica por meio de exposição oral, pôsteres e de palestras. A primeira edição foi realizada no câmpus de Guarulhos em 2010. Em números gerais, na quarta edição do CINTEC houveram 220 trabalhos inscritos de 21 diferentes câmpus do IFSP e de outras instituições. Em 2014, na quinta edição realizada no câmpus de São João da Boa Vista nos dias 24 e 25 de setembro, foram submetidos 270 trabalhos de 28 câmpus do IFSP mais 20 trabalhos de outras instituições, com crescimento de 32% de uma edição para outra. Para o sexto CINTEC que ocorrerá entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2015 na cidade de Itapetininga, é previsto que mais de 400 trabalhos sejam submetidos, contando com a participação de mais de 1.000 pessoas.
- **O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP**, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo.
- **Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação:** através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se pretende incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.
- **Programa Hotel de Projetos do IFSP**, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores do IFSP, levando em consideração a viabilidade mercadológica de produtos, processos e serviços. O programa foi aprovado pela Resolução número 925/2013³³ e, de forma geral, pode-se dizer que o Hotel de Projetos é uma pré-incubadora, com infraestrutura física (escritório, bibliotecas, laboratórios e oficinas) e de serviços (assessoria e consultoria de pesquisadores) oferecidos pelo IFSP para o desenvolvimento de *Projetos Experimentais*

³² Informações sobre estes acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>

³³ Disponível em: http://prp.ifsp.edu.br/images/arquivos/NIT/Resol_925_Cria_e_aprova_Regulamento_Hotel_de_Projetos.pdf

de Inovação.

- **Política de Inovação do IFSP**, estabelecida pela Resolução 431/2011³⁴ apresenta o regulamento das atividades relacionadas a proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia no IFSP. Várias ações capitaneadas pelo NIT são decorrentes do estabelecimento desta política, como pedidos de proteção (registros de programas de computador e patentes) e a exploração econômica dos inventos e conexos.

À Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, órgão subordinado à Diretoria Geral do câmpus, compete no âmbito do câmpus:

- I. Apoiar e incentivar a implantação e consolidação de linhas e grupos de pesquisa no câmpus;
- II. Incentivar, apoiar e mapear os projetos de pesquisa e inovação do câmpus assim como suas articulações com a sociedade;
- III. Auxiliar na busca de apoio externo para realização de eventos institucionais relacionados à pesquisa, inovação e pós-graduação;
- IV. Apoiar e incentivar a participação de pesquisadores e discentes em eventos científicos e tecnológicos;
- V. Certificar a participação em eventos promovidos pela coordenadoria;
- VI. Promover anualmente ao menos um evento de pesquisa e inovação;
- VII. Fomentar a cultura de pesquisa e inovação;
- VIII. Organizar e articular a participação de discentes nos diversos programas de pesquisa, inovação e pós-graduação;
- IX. Articular e apoiar a elaboração de projetos de pesquisa e inovação visando a participação do câmpus em chamadas públicas ou outras fontes de recursos; os referidos projetos deverão estar sintonia com as políticas institucionais e com apreciação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP);
- X. Incentivar o trabalho colaborativo e integrado de pesquisa e inovação entre os diferentes níveis de ensino;
- XI. Elaborar e encaminhar à PRP relatórios anuais referentes às diversas atividades desenvolvidas no câmpus que envolvam pesquisa, inovação e pós-graduação;
- XII. Atender às solicitações e recomendações da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e articular as políticas estabelecidas da PRP;
- XIII. Organizar, editar e encaminhar à PRP anualmente o Catálogo de Pesquisas do câmpus;
- XIV. Colaborar no mapeamento dos aglomerados e arranjos produtivos locais, promovendo, em todos os níveis, sua articulação com os cursos, grupos de pesquisa e projetos de pesquisa e inovação;
- XV. Assessorar o Diretor do câmpus na operacionalização,

³⁴ Disponível em: <http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/105-resolues-2011.html?download=1696%3Aresoluo-n.-431-de-09-de-setembro-de-2011&start=50>

- promoção e gestão da pesquisa científica, inovação e pós-graduação, bem como dos recursos necessários;
- XVI. Incentivar, colaborar e/ou promover intercâmbios, convênios ou cooperações com outras instituições científicas e tecnológicas, para estímulo dos contatos entre pesquisadores e para o desenvolvimento de projetos comuns;
 - XVII. Prospectar, colaborar e/ou viabilizar convênios de pesquisa, inovação e pós-graduação entre o câmpus e outras instituições;
 - XVIII. Orientar sobre o encaminhamento de projetos que envolvam atividades com seres humanos e/ou experimentos com animais para a devida apreciação do comitê de ética adequado;
 - XIX. Orientar o inventor na gestão da propriedade intelectual;
 - XX. Zelar pelo cumprimento de legislações referentes à propriedade intelectual;
 - XXI. Orientar interessados no processo de buscas e consultas a bancos e bases de patentes nacionais e internacionais;
 - XXII. Responsabilizar-se pelos bens patrimoniais pertencentes ou em uso nos ambientes de responsabilidade da Coordenadoria de Pesquisa e inovação;
 - XXIII. Colaborar no levantamento das informações necessárias para integrar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do câmpus;
 - XXIV. Auxiliar o Diretor do câmpus no cumprimento das ações propostas pelo PDI, relacionadas a pesquisa, inovação e pós-graduação;
 - XXV. Coordenar os processos de seleção dos discentes para os projetos de pesquisa, inovação e pós-graduação;
 - XXVI. Desempenhar outras atividades pertinentes a pesquisa, inovação e pós-graduação que lhe forem atribuídas pelo Diretor Geral do câmpus;
 - XXVII. Apoiar e orientar o câmpus no encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos de pós-graduação;
 - XXVIII. Apoiar e orientar o câmpus na execução dos regulamentos e normas no âmbito dos cursos de pós-graduação;
 - XXIX. Zelar pela aplicação das diretrizes e regulamentos dos cursos de pós-graduação;
 - XXX. Acompanhar o trâmite de processos internos relacionados aos cursos de pós-graduação;
 - XXXI. Propor a atualização das diretrizes e regulamentos dos cursos de pós-graduação;
 - XXXII. Elaborar, em conjunto com o colegiado de curso, editais e regulamentos internos decorrentes das atividades de ensino de pós-graduação.

5.6.1 Ações realizadas

Com o objetivo precípuo de apresentar a evolução das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvidas no Câmpus Presidente Epitácio descrevem-se, a seguir, sucintamente, projetos de pesquisa realizados por discentes sob orientação de docentes do câmpus.

No ano de 2012 foram desenvolvidos seis projetos de iniciação científica em articulação com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, conforme descritos no quadro a seguir.

Tabela 26 – Projetos de iniciação científica desenvolvidos no ano de 2012.

Projeto	Título
1	Desenvolvimento de um módulo didático para auxílio do aprendizado da disciplina de comandos elétricos dos cursos da área de eletrotécnica
2	Estudo da distribuição granulométrica e densidade de empacotamento dos agregados disponíveis na cidade de Presidente Epitácio-SP
3	Desenvolvimento de hardware e software para controle de um dirigível não tripulado
4	Capacitação para a análise e o desenvolvimento de circuitos digitais visando à automação de processos
5	Utilização da plataforma Moodle para o ensino médio
6	Gestão do sistema de energia elétrica do câmpus do IFSP de Presidente Epitácio

No ano de 2013 foram desenvolvidos três projetos de iniciação científica em articulação com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, conforme descritos no quadro a seguir.

Tabela 27 – Projetos de iniciação científica desenvolvidos no ano de 2013.

Projeto	Título
1	Jogo de memória utilizando microcontroladores
2	Desenvolvimento de um jogo para dispositivos móveis para auxiliar no aprendizado de métodos de busca
3	Desenvolvimento de um protocolo para transmissão de telemetria de um dirigível não tripulado

No ano de 2014 foram desenvolvidos oito projetos de iniciação científica em articulação com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, conforme descritos no quadro a seguir.

Tabela 28 – Projetos de iniciação científica desenvolvidos no ano de 2014.

Projeto	Título
1	Estudo de pavimentos intertravados de concreto utilizando-se materiais alternativos de construção em substituição aos agregados e cimento
2	Estratégia de treinamento do processo para modelagem de sistemas web voltado à micro e pequenas empresas de software
3	Rastreamento de veículos utilizando dispositivos móveis
4	Sistema inteligente para detecção de grupos de risco quanto à evasão escolar
5	Aplicativo para gerenciar o aproveitamento dos alunos no Moodle
6	Software de estimativa de custo com aplicação do método use case point
7	Desenvolvimento de aplicações para computação em nuvens
8	Desenvolvimento de um quiz educacional

No ano de 2015 foram desenvolvidos 13 projetos de iniciação científica em articulação com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, conforme descritos no quadro a seguir.

Tabela 29 – Projetos de iniciação científica em desenvolvimento no ano de 2015.

Projeto	Título
1	Problematização das condições de saúde ambiental e ação educativa em comunidades urbanas de baixa renda
2	Estudo da dosagem de tijolos ecológicos com resíduos de construção e demolição
3	Desenvolvimento de jogos educativos para a plataforma Android
4	Extensão do SOH para edição de diagramas de sideview e armazenamento e carregamento de projetos
5	Análise do potencial de utilização do resíduo dos fornos de cerâmica em compósitos cimentícios
6	A evolução do desmatamento e da política de criação de unidades de conservação no estado de São Paulo - Brasil
7	Implementação de uma rede de sensores multimídia sem fios para monitoramento de animais

8	Identificar animais em imagens utilizando algoritmos de reconhecimento de padrões
9	Cálculo do carregamento ideal em modelos reduzidos em vigas de concreto
10	Comparação entre placas delgadas retangulares de cimento reforçadas com telas de aço e fibras de vidro
11	Comunicação de sistemas de informação pela rede TCP/IP
12	Ferramenta para gerenciamento ágil de tarefas de projetos de desenvolvimento de software
13	Informatização do PSF com RFID

No ano de 2013 realizou-se a I Mostra Científica, Cultural e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Presidente Epitácio, na qual foram apresentados trabalhos científicos desenvolvidos por discentes aos participantes deste evento. Em 2014 organizou-se a II Mostra Científica, Cultural e Tecnológica e em 2015 realizou-se a III Mostra Científica, Cultural e Tecnológica com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No ano de 2014 aprovou-se o projeto intitulado "Sistema Inteligente para Resolução de Problemas Complexos" no que tange o edital número 92/2014 Pró-Equipamentos IFSP. Este projeto foi realizado no período de abril/2014 a junho/2015, o qual contemplava a aquisição de equipamentos destinados ao uso compartilhado na estrutura de pesquisa científica e tecnológica.

No ano de 2014 aprovou-se o projeto intitulado "III Mostra Científica e V Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFSP Câmpus Presidente Epitácio" no que tange a Chamada MCTI/SECIS/CNPQ/MEC/CAPES número 44/2014 Municipal. Mais especificamente, neste projeto contemplou-se fomento para a realização da III Mostra Científica, Cultural e Tecnológica e da V Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do ano de 2015, assim como recursos para pagamento de quatro bolsas de iniciação científica júnior com duração de 12 meses.

No âmbito mais geral, há atualmente no câmpus dois grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. O primeiro grupo foi criado em 2014 e o segundo em 2015, o que mostra a disseminação e o interesse no âmbito da pesquisa dos servidores do Câmpus Presidente Epitácio. Os dois grupos são:

- Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Meio Ambiente e Sociedade (GEIMAS);
- Grupo de Pesquisa em Educação Profissional: Teoria e Prática (GPEPTP).

No ano de 2015 dois projetos desenvolvidos no Câmpus Presidente Epitácio foram apresentados no III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica realizado em Recife, Pernambuco. Mais especificamente, um pôster foi apresentado pelo discente autor principal do projeto e o outro por um técnico administrativo do câmpus.

No ano de 2015 um servidor do câmpus participou do curso intitulado "Elaboração de projetos e captação de recursos financeiros em ciência e tecnologia e inovação para o desenvolvimento da pesquisa" realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus São Paulo no período de 11 a 15 de maio de 2015.

Por fim, conclui-se que as políticas e ações propostas de pesquisa, inovação e pós-graduação no câmpus estão sendo efetivadas. Neste sentido, tem-se como resultado um maior interesse dos servidores e alunos do câmpus no que tange a realização de projetos de pesquisa internos e uma maior participação destes servidores em editais de agências de fomento externas ao IFSP.

Por conseguinte, o crescimento da área de pesquisa é contínuo e está proporcionando conceber uma sólida interação entre os pilares da educação que são o ensino, a pesquisa e a extensão, e estreitando-se também a relação aluno e professor.

5.7 Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP número 568³⁵, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino.

Bolsa de Ensino: Oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, e de interagir com os professores por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando aos demais

³⁵ Disponível em: <http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/209-resolues-2012.html?download=2660%3Aresoluo-n.-566-de-05-de-abril-de-2012>

estudantes do IFSP, a atuação do bolsista se dá vinculada a um projeto de ensino proposto e desenvolvido por um professor responsável.

A Coordenadoria Sociopedagógica no Câmpus Presidente Epitácio realiza o acompanhamento das bolsas de ensino desde o planejamento orçamentário até sua execução. Por meio de edital são selecionados os projetos de ensino a serem executados anualmente de acordo com a disponibilidade orçamentária. Após a seleção dos projetos é lançado edital para seleção dos bolsistas de ensino, realizada em conjunto pela Coordenadoria Sociopedagógica e pelos professores responsáveis pelos projetos de ensino em vigor.

O acompanhamento do bolsista também é realizado concomitantemente pelo professor responsável e pela Coordenadoria Sociopedagógica, que recebe os relatórios e folhas de frequência mensais e providencia o necessário para o pagamento da bolsa.

Busca-se por meio dos projetos de ensino envolver o maior número de discentes direta e indiretamente, promover maiores oportunidades de complementação acadêmica na formação discente, bem como a melhoria da qualidade do ensino, tais como diagnóstico e ações para o enfrentamento dos índices de retenção e evasão.

5.7.1 Ações realizadas

No ano de 2014 o valor do orçamento para a ação da Bolsa Ensino no câmpus foi de R\$24.000,00 com o qual puderam ser desenvolvidos seis projetos e sete bolsas discentes na modalidade ensino, conforme tabela a seguir:

Tabela 30 – Bolsa Ensino / 2014

BOLSA ENSINO - PRESIDENTE EPITÁCIO – PEP – RESUMO DAS AÇÕES (2014)						
Área	Nome do projeto	Professor responsável	Duração do projeto (semestre)	Nº de alunos	Valor da bolsa por aluno	Carga horária
Administração	Monitoria em Contabilidade e Matemática Financeira	Marcos do Nascimento; Paulo Roberto Rosa	1 semestre (com renovação de mais 1)	1	R\$ 400,00	20h
Construção Civil	Acompanhamento de Desenhos e Práticas de Locação	João Victor Fazzan; Roberto Maurício Micali e Verônica Freitas	1 semestre	1	R\$ 400,00	20h
Construção Civil	Aprimoramento e Desenvolvimento das Técnicas Construtivas	Adriana Maria Pereira e Lucas Henrique da Silva	1 semestre	1	R\$ 400,00	20h

BOLSA ENSINO - PRESIDENTE EPITÁCIO – PEP – RESUMO DAS AÇÕES (2014)						
Área	Nome do projeto	Professor responsável	Duração do projeto (semestre)	Nº de alunos	Valor da bolsa por aluno	Carga horária
Indústria	Auxílio na Execução das Aulas Práticas dos Laboratórios Didáticos da Área Indústria	Fernando Barros Rodrigues	1 semestre	2	R\$ 400,00	20h
Informática	Monitoria de Lógica, Programação e Análise de Sistemas	Andrea Padovan Jubileu	1 semestre (com renovação de mais 1)	1	R\$ 400,00	20h
Informática	Monitoria de Algoritmos e Programação	Melissa Marchiani Palone Zanatta e César Alberto da Silva	1 semestre (com renovação de mais 1)	1	R\$ 400,00	20h

5.8 Pronatec

O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal em outubro de 2011, com o intuito de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, além de encaminhar os estudantes concluintes ao mercado de trabalho, agregando ensino de qualidade para todos.

5.8.1 Ações realizadas

O Câmpus Presidente Epitácio apresentou a seguinte oferta de cursos

Tabela 31 – Oferta de cursos PRONATEC - FIC no ano 2012

Nome do Curso	Carga horária	Vaga	Inscrito	Concluinte
Auxiliar de Eletricista	160	30	30	21
Auxiliar de Eletricista	160	30	30	13
Desenhista da Construção Civil	200	30	30	15
Operador de Computador	160	30	30	22
Operador de Computador	160	30	30	21

Tabela 32 – Oferta de cursos PRONATEC - FIC no ano 2013

Nome do Curso	Carga horária	Vaga	Inscrito	Concluinte
Aconselhador em Dependência Química	240	25	25	12
Auxiliar Administrativo	160	25	25	15
Auxiliar Administrativo	160	25	25	16
Desenhista Mecânico	160	25	25	8
Operador de Computador	160	25	25	11
Operador de Computador	160	25	25	15

Tabela 33 – Oferta de cursos PRONATEC - FIC no ano 2014

Nome do Curso	Carga horária	Vaga	Inscrito	Concluinte
Agente de Informações Turísticas	200	30	30	9
Balconista de Farmácia	240	30	30	20
Camareira em Meios de Hospedagem	200	30	30	16

Nome do Curso	Carga horária	Vaga	Inscrito	Concluinte
Recepcionista	240	30	30	14
Agente de Desenvolvimento Cooperativista	160	30	30	9
Auxiliar de Biblioteca	160	16	16	15
Auxiliar de Pessoal	160	30	30	10
Recepcionista	160	30	30	4
Agricultor Agroflorestal	300	30	30	9
Agricultor Familiar	300	30	30	15
Agricultor Agroflorestal	300	30	30	8
Agricultor Familiar	300	30	30	12
Agricultor Agroflorestal	300	30	30	11
Agricultor Familiar	300	30	30	10
Agricultor Agroflorestal	300	30	30	10
Agricultor Familiar	300	30	30	21
Agricultor Agroflorestal	300	30	30	15
Agricultor Familiar	300	30	30	13
Agricultor Agroflorestal	300	30	30	15
Agricultor Familiar	300	30	30	16

5.9 Órgãos Colegiados

5.9.1 Conselho de Câmpus

O Conselho de Câmpus (Concam) é o órgão máximo da estrutura organizacional do câmpus e tem caráter deliberativo, consultivo e normativo. É um órgão colegiado e tem por finalidade analisar e regular as diretrizes de atuação do Câmpus, no âmbito acadêmico e administrativo, buscando o processo educativo de excelência.

É composto pelo Diretor-geral do Câmpus, como seu presidente, e por representantes docentes, discentes, técnicos-administrativo e três representantes da comunidade externa.

De acordo com a Resolução 001/2015³⁶, de 22 de Dezembro de 2015, que aprovou o Regimento do Conselho de Câmpus do IFSP, em seu artigo 32 dispõe que:

Cabe ao CONCAN aprovar, desde que no âmbito de deliberações do câmpus:

- I. diretrizes e metas de atuação do câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional;
- II. calendário acadêmico do câmpus;

³⁶ Disponível em: <http://pep.ifsp.edu.br/images/PDF/concam/Resoluo-n-001-2015-CONCAM-PEP-de-22-de-dezembro-de-2015-1.pdf>

- III. questões relativas aos relatórios de gestão e propostas de gastos orçamentais;
- IV. todas as normas e regulamentos internos;
- V. projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações;
- VI. Projeto Político-pedagógico;
- VII. Plano de Desenvolvimento Institucional;
- VIII. questões submetidas a sua apreciação pelo Presidente ou por qualquer de seus membros.

5.9.2 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP, cujas competências, atribuições, composição e regras de funcionamento estão descritas na Instrução Normativa nº 2/PRE³⁷.

É parte das políticas pedagógicas da Pró-reitoria de Ensino e deve constar no Projeto Pedagógico do Curso, sendo formado por professores, alunos e técnicos-administrativos, respeitando-se o artigo nº 56 da LDB, com o objetivo de garantir a representatividade de todos os segmentos. O coordenador de cada curso superior deve assegurar que as decisões do colegiado sejam implantadas.

5.9.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. A constituição, as atribuições, o funcionamento e outras disposições são normatizadas pela Resolução IFSP nº833³⁸, de 19 de março de 2013.

5.9.4 Conselho de Classe

Os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e do Pedagogo da Coordenadoria

³⁷ Disponível em: <http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/02-Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-n%C2%BA-02-PRE-26-03-2010.pdf>

³⁸ Disponível em: <http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/320-2013.html?download=5467%3Aresolucao-no-833-de-19-de-marco-de-2013>

Sociopedagógica.

- **Conselho de Classe consultivo:** também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Decorre de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pela Coordenadoria Sociopedagógica de cada câmpus, com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes fazem uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.
- **Conselho de Classe Deliberativo:** são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o representante da Coordenadoria Sociopedagógica faz uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe elabora o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminha lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

5.10 Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP em consonância com o artigo 11, da Lei número 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP e tem como função coordenar a Avaliação Institucional Interna do IFSP, também

chamada de Autoavaliação.

A Comissão Própria de Avaliação é constituída por um componente de cada uma das categorias que compõem a comunidade acadêmica: um representante discente, um docente, um técnico-administrativo. Também integra a CPA um representante da sociedade civil. Seus membros são constituídos através de escolha entre os pares para uma gestão de dois anos.

O processo de Avaliação Institucional Interna, também conhecido por Autoavaliação, é implantado com o intuito de fornecer uma visão global da instituição, seguindo os documentos Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, editados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. O objeto da análise é o conjunto de relações, atividades, funções e finalidades da instituição, no que tange suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Todo o processo de Autoavaliação busca avaliar a instituição como uma entidade integrada, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional contínuo através da produção de conhecimento para a tomada de decisões, além da implantação e evolução da autoconsciência dos membros da comunidade quanto aos seus problemas e qualidades, explicitando o seu envolvimento e responsabilidade no processo.

O Programa de Avaliação Interna é construído através de um planejamento discutido com a comunidade acadêmica, de um processo de sensibilização efetivado através de palestras e seminários a fim de explicitar a importância do envolvimento de todos, da definição da metodologia utilizada no processo de coleta e análise dos dados e na consolidação dos resultados e sua consequente materialização na forma de um relatório, que apresenta as informações colhidas, suas análises, sugestões de ações de caráter administrativo, pedagógico e técnico-científico.

A CPA, como comissão cujo objetivo é obter um olhar crítico da instituição pelos olhos de sua própria comunidade, desempenha um papel significativo frente à comissão instituída pelo MEC para avaliar a qualidade dos cursos de nível superior ofertados pela instituição. Assim sendo, a CPA do Câmpus Presidente Epitácio participou, através de relatórios e reuniões, do

processo de reconhecimento do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas mantido pelo câmpus. A nota final resultante da avaliação da comissão do MEC foi cinco, o valor máximo.

Os resultados computados das ações implementadas a partir das recomendações presentes no relatório de ações propostas são elencados a seguir, por cada um dos eixos então vigentes:

- **A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.** Foi dada continuidade ao processo de divulgação do PDI assim como realizada uma verificação constante do acompanhamento de suas metas;
- **Políticas para o Ensino.** Foram realizadas ações pelo NAPNE promovendo maior inclusão social como, por exemplo: realização de palestras, abertura de curso de Libras para a comunidade interna e externa, adequação da infraestrutura do câmpus visando acessibilidade, dentre outros;
- **Política para a Extensão.** Foram desenvolvidos oito projetos de bolsa de extensão abrangendo catorze discentes além de treze projetos de docentes que promoveram e intensificaram o relacionamento com a comunidade. A instituição ainda ofereceu dezessete cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, dos quais doze foram implementados, além de dez turmas no âmbito do Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Foi firmado um novo convênio de estágio com a empresa “Direta Estágios” e, apesar de não obrigatórios, três estágios foram concluídos;
- **Política para a Pesquisa.** Os resultados das ações foram o desenvolvimento de oito projetos de pesquisa por bolsa de iniciação científica, sendo que seis deles foram apresentados em congressos. Pode-se também reportar um projeto de aquisição de material para a implantação de um laboratório de extensão e a obtenção de verba junto ao CNPq de R\$24.200,00 para a realização da Mostra Científica e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia;
- **Responsabilidade Social da Instituição.** O Programa de Assistência Estudantil do IFSP visa desenvolver ações previstas no Decreto nº 7.234, de 10 de julho de 2010, que instituiu o Plano Nacional de

Assistência Estudantil – PNAES, e tem como objetivo minimizar os fatores de risco e vulnerabilidade social que possam cindir sobre o processo educativo, com vistas a conter a evasão e favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. O orçamento destinado ao câmpus para execução dessas ações foi de R\$ 119.031,94, contemplando auxílios financeiros para a alimentação, transporte, moradia e material escolar.

Vários projetos de cunho social foram implementados em 2014. Dentre eles podemos citar:

- “Auxílio no traçado das vias cicláveis em Presidente Epitácio-SP” com o intuito de auxiliar os planejadores na gestão do sistema de transporte;
- “Sistema para Controle de Irrigação” que desenvolveu um protótipo para adequação da irrigação ao plantio;
- “Memórias de minha vida” realizado em parceria com o abrigo dos idosos “Recanto do Vovô” promovendo o resgate da memória dos participantes;
- um projeto que visava analisar a viabilidade da utilização de materiais alternativos de construção civil em misturas de concreto para a fabricação de blocos sextavados para pavimentação;
- "Curso Pré-Vestibular Comunitário", com o propósito de proporcionar oportunidade de estudo focado aos vestibulares e processos seletivos para pessoas em vulnerabilidade social;
- “Projeto Eco”, que teve como finalidade a conscientização do descarte de lixo, com o objetivo de identificar as melhores práticas e divulgar, para o maior número de pessoas possíveis, soluções viáveis e saudáveis de como dar um destino correto aos resíduos descartados;
- “Trote Solidário do Centro Acadêmico Ada Lovelace – Integração Total” o qual contemplou arrecadação de alimentos, descarte de lixo eletrônico e competições esportivas, ações estas, essenciais para fortalecer a responsabilidade ambiental e social da comunidade acadêmica;
- curso como possibilidade de desenvolvimento por meio da dança, para pessoas com deficiência – um excelente recurso artístico terapêutico, que promove a inclusão, o desenvolvimento, o bem estar físico e mental,

para alunos da APAE de Presidente Epitácio;

- **Comunicação com a Sociedade.** Foi estimulado o já vigoroso projeto existente de divulgação dos cursos e processos de seleção da instituição, promovendo um envolvimento da maioria dos servidores com a comunidade, através de visitas a escolas e divulgação pública;
- **Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo.** Divulgação e garantia de utilização de carga horária semanal para autocapacitação docente, além da formação continuada;
- **Organização e Gestão da Instituição.** As reuniões de direção / gerência / coordenação são semanais. Convocações gerais dos servidores são menos frequentes e acontecem na necessidade de discussão de assuntos relevantes da instituição;
- **Infraestrutura Física.** Foram adquiridos 395 livros para a biblioteca, iniciou-se a construção de um novo bloco de salas de aula e de uma quadra poliesportiva e todos os bebedouros acusados como defeituosos foram reparados;
- **Planejamento e Avaliação.** Os resultados da Autoavaliação e os acompanhamentos das ações são com frequência divulgados em reuniões, quadros de aviso e portal da instituição. Reuniões de planejamento foram institucionalizadas de modo a promover o envolvimento de Direção, Gerências e Coordenações;
- **Políticas de Atendimento aos Estudantes.** Vários cursos – Libras, Administração Pública, treinamentos de capacitação na reitoria – foram realizados para promover o aperfeiçoamento e a melhoria dos serviços prestados às comunidades interna e externa. Foi instituída uma apresentação formal no início de todo semestre letivo para os discentes ingressantes sobre as ações e responsabilidades de cada um dos setores do câmpus;
- **Sustentabilidade Financeira.** Respondendo a um anseio apontado na Autoavaliação, o orçamento passou a ser discutido nas reuniões semanais de coordenação.

5.11 Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil.

Pode organizar-se por meio de Grêmios, Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

O **Grêmio Estudantil** (GE) é uma entidade amparada principalmente pelas Leis 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 8.069, de 13 de julho de 1990 e 7.398, de 4 de novembro de 1985. Essa entidade representa os interesses dos estudantes do nível médio na unidade escolar. Por meio dela os estudantes podem discutir, criar e fortalecer inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. Com o objetivo de contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades da escola, o Grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

Os **Centros Acadêmicos** (CA) são entidades civis, independentes de partidos políticos, órgãos públicos ou privados, de caráter estudantil e sem fins lucrativos, que representem os discentes de cada curso dentro da estrutura administrativa de uma instituição. Devem estudar e debater problemas relacionados com as condições de estudo e rendimento acadêmico dos discentes, bem como podem e devem patrocinar o desenvolvimento do espírito universitário, eventos culturais e eventos esportivos.

O **Diretório Central dos Estudantes** (DCE) é a entidade representativa de todos os estudantes do IFSP, com a função de organizar e de expressar as vontades, anseios e as posições políticas dos estudantes. Deve incentivar a participação dos estudantes nos acontecimentos políticos nacionais, internacionais e de interesse institucional. E, em consonância com os Centros Acadêmicos (CAs), devem criar políticas institucionais acadêmicas que promovam a conscientização discente sobre seus direitos e na criação de uma

consciência crítica do papel da instituição educacional.

Fundado em 31 de maio de 2012, o **Grêmio Estudantil do Câmpus Presidente Epitácio**, foi denominado “**Helena Meirelles**” em referência a uma violeira, cantora e compositora brasileira, reconhecida mundialmente por seu talento como tocadora da denominada viola caipira.

O **Grêmio Estudantil “Helena Meirelles”** mostrou-se uma importante entidade de representação dos estudantes, conseguindo agregar em suas ações, alunos dos cursos técnicos e do curso superior de tecnologia, assim como servidores e membros da comunidade externa.

O trabalho desenvolvido pelo **Grêmio** sempre foi norteado pela preocupação com o social e com desenvolvimento do espírito solidário dos discentes, primando pela interação, participação, cooperação e autonomia. Cada atividade desenvolvida pelo grêmio apresentou objetivo e justificativa coerente com a filosofia da instituição. Trata-se de atividades relacionadas à cultura, lazer, esporte, saúde, educação, cooperativismo e solidariedade.

Desde de sua fundação desenvolveu diversas atividades como os trotes solidários do primeiro semestre de 2012, do primeiro semestre de 2013 e do segundo semestre de 2013, além do IFest, Arraial 2013, e “Concurso Cultural Semana da Pátria”.

Com foco no processo eleitoral de 2012 e tendo em vista a importância do voto consciente, a diretoria do **Grêmio** idealizou uma sabatina entre os candidatos a prefeito, oportunizando aos membros das comunidades interna e externa uma aproximação maior com os candidatos e suas propostas. A sabatina, que foi coordenada por servidores docentes, técnico-administrativos e direção, teve seus objetivos atingidos, conseguindo estimular a participação do público esperado que pode além de conhecer as propostas dos candidatos, esclarecer dúvidas e dar opiniões.

Nos anos de 2014 e no primeiro semestre de 2015 o **Grêmio** ficou sem representação no câmpus, mas é de fundamental importância que os estudantes se organizem para ter voz frente a diretoria e para que exercitem seu papel de cidadãos reivindicando seus direitos e participando das decisões que o Grêmio estudantil garante.

Fundado em 27 de novembro de 2013, o **Centro Acadêmico “Ada**

Lovelace”, recebeu este nome em referência a Ada Augusta Byron King, matemática e escritora inglesa. Ela escreveu o primeiro algoritmo para ser processado por uma máquina, sendo assim reconhecida como a primeira programadora de toda a história.

Com o propósito de favorecer a integração dos estudantes o **Centro Acadêmico** desenvolveu diversas ações nos anos de 2014 e 2015. Trotes solidários, festa junina, eventos esportivos, arrecadação de alimentos, arrecadação de lixo eletrônico, bingo solidário foram algumas destas ações.

Essas entidades, fortalecidas pela participação dos representantes das turmas, quando bem organizadas, podem estimular a participação de todo o corpo discente na promoção de eventos cultural, educacionais e esportivos, além de envolver esta categoria nas reivindicações e conquistar seu espaço.

5.12 Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus Presidente Epitácio possui o registro número 4.084 junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia e apresenta a missão de promover o acesso, a recuperação e a disseminação da informação, de forma atualizada, rápida e com qualidade, apoiando as atividades acadêmicas, contribuindo para a formação profissional e pessoal do usuário, democratizando o acesso à informação para a sociedade, permitindo assim, o crescimento intelectual dos cidadãos.

Nossas instalações ocupam uma área de 158,55 m² e está localizada no piso térreo, possibilitando a fácil locomoção de pessoas com necessidades educacionais especiais em suas dependências. Com capacidade para 70 usuários, a biblioteca conta com dois computadores para consulta ao acervo e sete computadores com acesso à *internet*, sistema de segurança monitorado por câmeras de vídeo, sistema antifurto e climatização total do espaço físico.

O acervo é aberto e os usuários (alunos, professores e funcionários) têm livre acesso às estantes, podendo realizar consultas no local ou empréstimo domiciliar. O catálogo da biblioteca está disponível também na *internet* e o usuário pode efetuar consultas.

O processo de empréstimo é informatizado. A biblioteca possui atualmente o Sistema BibiLivre, utilizando o formato MARC 21, no entanto,

estamos em processo de migração de dados para o sistema da rede Pergamum, que foi adquirido para todo sistema de Bibliotecas da rede IFSP e está em fase de implementação.

O acervo da biblioteca é composto por livros, obras de referência, periódicos especializados e gerais, recursos audiovisuais, bases de dados etc. em todas as áreas do conhecimento humano. A biblioteca possui dois jornais de atualidades, sendo um de cobertura local (Debate) e outro de cobertura Nacional (Folha de São Paulo).

A biblioteca possui toda a bibliografia básica, adotada pelos professores dos cursos mantidos pelo câmpus. Estas obras foram criteriosamente selecionadas para atenderem às propostas de cada disciplina. Todos os títulos existentes estão devidamente catalogados e identificados e podem ser consultados por meio de um sistema de informação *web*.

Quanto aos periódicos, o IFSP mantém convênio com a CAPES que oferece acesso, a partir de um portal, a textos completos de artigos selecionados de mais de 15.000 revistas nacionais e internacionais, além de 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento e seis bases de patentes.

A evolução do crescimento quantitativo e qualitativo do acervo é a grande preocupação da instituição. A atualização do acervo é um investimento permanente do câmpus, seja por meio da aquisição das bibliografias dos cursos ou de lançamentos do mercado editorial.

Tabela 34 – Evolução do acervo por área do conhecimento

Descrição	Item	Quantidade	
	Área do conhecimento	2013	2015
Livros	Ciências Exatas e da Terra	874	1093
	Ciências Biológicas	7	27
	Engenharias	630	1254
	Ciências da Saúde	6	26
	Ciências Agrárias	2	40
	Ciências Sociais Aplicadas	280	614
	Ciências Humanas	274	468
	Linguística, Letras e Artes	223	396
	Multidisciplinar	0	0
Assinaturas Eletrônicas (*)	Ciências Exatas e da Terra	81	81
	Engenharias	64	64
	Ciências Sociais Aplicadas	70	70
	Ciências Humanas	71	71
	Linguística, Letras e Artes	36	36
	Multidisciplinar	33	33

Descrição	Item	Quantidade	
	Área do conhecimento	2013	2015
Normas		0	20.612
Obras de referência		59	73
Periódicos / Revistas		183	225
E-book		0	0
Jornal		1	2
Computadores		11	12
Vídeos / CDs / DVDs		18	20
Observação	*Área do Conhecimento proposta pela Capes. ** Assinatura eletrônica e acesso aos Periódicos do Portal Capes. *** Assinatura de Normas da ABNT Coleções.		

A Biblioteca do câmpus apresenta os seguintes serviços especiais:

- Orientação quanto ao uso da biblioteca;
- Empréstimo entre bibliotecas, via malote do Campus;
- Comutação Bibliográfica (COMUT) – obtenção de fotocópias de documentos no Brasil e exterior;
- Levantamentos bibliográficos no acervo da biblioteca e em bases de dados *on-line (internet)* mediante a utilização de palavras-chave especificadas pelo usuário;
- Acesso à coleção completa de normas da ABNT Coleções;
- Orientação quanto à apresentação e normalização de trabalhos acadêmicos, teses, etc. de acordo com as Normas da ABNT e Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSP (disponível no site institucional).

A seleção dos livros da bibliografia a serem adquiridos fica a cargo do corpo docente que contribui decisivamente para a formação do acervo nos quesitos qualidade e quantidade, visto que são conhecedores da literatura em suas respectivas áreas. O acervo da Biblioteca é, também, complementado com aquisições de obras literárias, e materiais audiovisuais nas áreas dos cursos oferecidos bem como os alunos podem solicitar materiais atualizados e lançamentos por meio da caixa de sugestões.

5.13 Capacitações

O Câmpus Presidente Epitácio, seguindo a proposta de capacitações

do IFSP, tem marcado presença em diversos eventos, cursos, treinamentos, reuniões de discussões, visando capacitar os servidores do câmpus, tornando-os profissionais cada vez mais habilitados ao desempenho de suas funções, bem como no desempenho do câmpus como um todo com implementações e avanços no IFSP.

Desta forma, procura-se atender a todos os setores do câmpus, isto é, tanto na esfera pedagógica quanto na administrativa, perfazendo seu caráter institucional como um todo.

Em alguns casos, há a representação de servidores que multiplicam as informações pertinentes nas respectivas áreas de atuação e no câmpus, inclusive podendo contar, também, com a presença discente em algumas situações.

Neste tópico, destacaremos a participação dos servidores em eventos e capacitações que resultem em propostas de ações de melhorias ao câmpus e IFSP. Destaca-se, no entanto, que não estão listadas nestas tabelas, reuniões de cunho geral, tanto administrativa quanto pedagógica. Para tanto, serão apresentadas em tabelas anuais.

Desde o início de funcionamento do câmpus, em 2011, os servidores participam de eventos e capacitações, no entanto, para este documento, os apontamentos são registrados a partir do segundo semestre de 2013, como podem ser observados a seguir.

Tabela 35 – Capacitações em 2013

Mês	Evento		Participantes		
	Nome do evento	Local	Doc	Téc	Dis
Julho	Encontro Educacional do IFSP	São Carlos	2	3	0
Agosto	1º Encontro de Interlocutores / PDI	São Carlos	2	1	1
	Capacitação para os Coordenadores de Polo e Tutores Presenciais do Programa e-Tec Brasil / Profucionário	São João da Boa Vista	1	0	0
Setembro	Treinamento: Execução Orçamentária / Conformidade de Gestão / Contabilidade	São Paulo	0	1	0
Outubro	Simpósio Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico	São Paulo	2	0	0
	Treinamento prático das rotinas de suprimento de fundos e depreciação	São Paulo	0	1	0
	Encontro da Assistência Estudantil do IFSP	São Paulo	0	1	0
	I Fórum Pronatec do IFSP	Sertãozinho	1	2	0
Novembro	Reunião para implementação do NAPNE	Campinas	1	0	0
	Curso de elaboração de projetos	Campinas	0	1	0
	Curso de Formação de Pregoeiros	São Paulo	0	1	0
Dezembro	Encontro do Serviço Sociopedagógico	São Paulo	0	4	0

DOC = docentes; TEC = Técnicos Administrativos; DIS = discentes.

A tabela a seguir reporta aos eventos e capacitações cujo câmpus participou no ano de 2014.

Tabela 36 – Capacitações em 2014

Mês	Evento		Participantes		
	Nome do evento	Local	Doc	Téc	Dis
Fevereiro	Apresentação do Sistema de Depreciação dos Bens Patrimoniais do IFSP	São Paulo	0	1	0
	Reunião do CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Território de Cidadania do Pontal do Paranapanema	Teodoro Sampaio	0	2	0
Março	Treinamento sobre contabilidade	São Paulo	0	1	0
	Capacitação de EaD do IFSP – 2014	São Paulo	1	0	0
	Reunião para desenvolvimento de software referente a Controle de Compras do IFSP	São Paulo	0	1	0
	Encontro de Coordenadores de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	São Paulo	1	1	0
Abril	I Encontro de Bibliotecários do IFSP	São Carlos	0	2	0
	Treinamento sobre descentralização da incorporação dos bens permanentes no SIGA	São Paulo	0	1	0
	2º Encontro Administrativo do IFSP	São Paulo	1	1	0
	Representação do IFSP no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis	Ouro Preto	0	1	0
Maio	Discussão de questões administrativas dos câmpus avançados: primeiros contratos e orçamento.	São Paulo	1	0	0
	I Seminário sobre Diversidade Cultural e Educação	São Paulo	1	0	0
	Capacitação interna para utilização e operacionalização do sistema SCDP: Módulos Básico, Prática e Legislação	Campinas	0	1	0
	Reunião para desenvolvimento de software referente a Controle de Compras do IFSP	São Paulo	0	1	0
	2º Encontro do Serviço Sociopedagógico	São Paulo	1	3	0
Julho	Seminário ENADE 2014	Brasília	1	0	0
	Curso sobre a Lei nº 8.112/1990	São Paulo	0	1	0
	Curso sobre Atendimento ao Público Interno e Externo	São Paulo	0	1	0
	Treinamento de RH – Descentralização	São Paulo	0	3	0
	II Encontro de Assistência Estudantil – IFSP	São Paulo	0	1	0
Agosto	Curso sobre Gestão de Contratos e Fiscalização	São Paulo	0	1	0
	Treinamento – Cadastro de servidores ingressantes no SIAPE / Descentralização	São Paulo	0	2	0
	Capacitação DEB/DGD – 2014: Formação continuada e Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso	São Paulo	2	1	0
Setembro	Treinamento sobre fiscalização do contrato da obra de expansão do Câmpus Presidente Epitácio	São Paulo	1	2	0
	Fórum de Contabilidade aplicado ao setor público no âmbito do IFSP	Avaré	0	1	0
	Fórum de Capacitação Educacional sobre os Cursos Técnicos Integrados	São Paulo	4	1	0
	Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC)	São Paulo	1	1	0
Outubro	II Encontro Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Educacional e Escolar – ABRAPEE	Bauru	0	1	0
	4º Encontro dos Coordenadores de Extensão	Boituva	0	1	0
	Capacitação dos Coordenadores de Registros Escolares dos Câmpus do IFSP	São Paulo	0	1	0
Novembro	Primeira Reunião da Equipe de Formação Continuada	São Paulo	0	1	0
	Treinamento Prático do Sistema SIAPE-CAD	São Paulo	0	2	0
	3º Encontro do Sociopedagógico do IFSP	São Paulo	1	4	0
	3º Encontro do NAPNE do IFSP	São Paulo	1	4	0
	I Mostra de Arte e Cultura do IFSP	Avaré	0	2	0
	I Congresso de Extensão do IFSP	Avaré	0	2	0
	XXXVIII REDITEC – Reunião dos Diretores das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Porto Alegre	1	0	0
Treinamento na Coordenadoria de Processos Administrativos	São Paulo	0	1	0	
Dezembro	Primeiro Encontro do Pronatec Campo	Bauru	0	3	0

DOC = docentes; TEC = Técnicos Administrativos; DIS = discentes.

5.14 Coordenadoria de Apoio ao Ensino

A Coordenadoria de Apoio ao Ensino é um setor vinculado à Gerência Educacional que realiza atendimento ao corpo docente e discente no Câmpus de Presidente Epitácio. Atualmente a coordenadoria conta com uma equipe com Técnico em Assuntos Educacionais, Tradutor e Intérprete de Libras e

Assistentes de Alunos.

Esta coordenadoria desenvolve atendimentos aos docentes na organização do horário escolar, desenvolve o trabalho interno de cadastramento de turmas, disciplinas e professores para concretizar o horário de aulas semestrais, publicação de horário de aulas e também no que diz respeito aos recursos multimídias, agendamentos de espaço para as atividades didático-pedagógicas, bem como disponibilizar o uso de laboratórios específicos. Atende o corpo discente e também no atendimento à urgência de maneira geral. Realiza o controle de entrada e saída de alunos menores, bem como dispensa e autorizações de saída. Executa a comunicação e divulgação referente às atividades da Instituição, junto aos alunos e professores. Preza pela disciplina nos espaços de convivência da escola, auxiliando na organização geral e em eventos específicos, sempre atentos para a manutenção das regras disciplinares estabelecidas.

5.14.1 Ações realizadas

As ações desenvolvidas e participativas desde a abertura do câmpus até o momento foram:

- **Aniversário de Câmpus**
 - O 1º ano de comemoração do Câmpus foi realizado com a abertura oficial da Semana de Aniversário, marcando presença com a visita do Magnífico Reitor, Arnaldo Augusto Ciquielo Borges, além de outras autoridades políticas do município. Os festejos aconteceram com toda a comunidade do câmpus com apresentações musicais dos servidores Marcos do Nascimento, Alexandre Ataíde Carniato e Camila Tolin Santos da Silva. Em atividade simultânea, os visitantes também puderam prestigiar a exposição “Ferramentas de Trabalho Primitivas”, cedidas pelo Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia da Unesp de Presidente Prudente. A semana festiva se encerrou com apresentações musicais e culturais (Taikô, Dança do Ventre e Banda de Sopro do Conservatório Municipal) e apresentações de palestras com o Prof. Celso Faustino Soto e José Carlos Botelho Tedesco.
 - No segundo aniversário, foi feito atividades culturais e esportivas como

o campeonato de futsal, vôlei, futebol e dança com o “Projeto Movimento”. Também teve cinema com o filme: “Rebobine, por favor” e “Não sei andar de bicicleta”. Contou entre alunos, docentes e técnicos administrativos a quantidade de 370 participantes.

- Na terceira comemoração, dia 31/03/2014, foi comemorado com apresentações musicais de alunos e servidores nos três períodos e exposição de fotos tiradas durante esses três anos de existência do câmpus. Contou com 369 participantes.
- Em 2015, na comemoração do quarto aniversário, foi feito atividades musicais como o 1º Concurso Cultural no qual os alunos puderam apresentar individualmente ou em bandas. A melhor apresentação recebeu as medalhas. Contou também com a apresentação de artes circenses que alegraram os expectadores. Para encerrar as comemorações, os alunos e servidores assistiram a um show de músicas sertanejas com a dupla Maurício e Maciel que colaboraram para as festividades.

- **Semana da Pátria**

- No dia 04/09/2012, foi realizado o hasteamento da Bandeira Nacional com a presença do Corpo de Bombeiros e Marinha do Brasil de Presidente Epitácio e contou também com a apresentação de coral do Conservatório Musical Municipal “Joaquim de Oliveira”.
- Na semana de 01/09 a 05/09/2013, realizou-se o hasteamento da Bandeira Nacional com a execução do hino nacional com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Marinha do Brasil. Houve apresentação de banda marcial da Fundação Banda-Mirim de Presidente Epitácio e o coral do conservatório Musical Municipal “Joaquim de Oliveira”. Para finalizar, o evento cívico contou com a apresentação de solo com a professora Aline Pretti.

- **Outubro Rosa**

- Foi realizado palestra informativa com a ginecologista e obstetra Izaura R.M.C. de Lima com o tema: “Prevenção do câncer de mama”. O objetivo foi favorecer a conscientização e promover discussões e esclarecimentos sobre o câncer visando a prevenção desta doença. Esse evento teve 73 participantes entre alunos e servidores no dia 24/10/2013.

- Em 2014, foi feita distribuição de fitas com laço cor de rosa para toda a comunidade do Câmpus, confeccionada pelos alunos, além de divulgar através de cartazes as informações preventivas de Câncer de Mama.
- **Novembro Azul**
 - Com o intuito de conscientizar a campanha Novembro Azul no ano de 2014, foi feita a divulgação de informações sobre o Câncer de Próstata no site da instituição e também em cartazes pregadas nos painéis. Também foram distribuídos o laço azul, confeccionado pelos alunos para toda comunidade do Câmpus.
- **Dia da Consciência Negra**
 - Esse evento aconteceu no dia 20/11/2013 e contou com a palestra de Miriam Pereira sobre o tema “Cotas Raciais”, com o objetivo de proporcionar um diálogo, debate e conscientização junto com os alunos de Curso Superior de Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e servidores, contando em média 50 participantes.
 - No dia 19/11/2014 a abertura aconteceu com a palestra com os Professores Abraão Pustrelo Damião e Aender Luís Guimarães com o tema “Trajetória dos negros no Brasil: História e atualidade da questão racial”. O objetivo foi uma reflexão sobre as lutas e conquistas para abolir as mais diversas formas de discriminação e opressões em favor da defesa de igualdade de condições. Contou com aproximadamente 60 pessoas entre alunos e servidores. Em todas as participações desses eventos a finalização sempre termina com a apresentação de capoeira contando com participações de alunos, docentes e servidores.
- **Semana de Integração dos alunos**
 - Todo início do semestre com a entrada de novos alunos é feito uma integração com apresentação musical entre os discentes e docentes e cantores da região, fanfarra das escolas estaduais Prof. “Marina A. R. V. Sanches” e Prof. “Adelino Chuba”. Contamos também com a banda marcial da Fundação Mirim e o grupo de dança Natidance. Os participantes são todos os alunos e servidores, aproximadamente 600 pessoas.
- **Campanha Antifumo**
 - Em 18/09/2012 foi feita uma conscientização da proibição do uso de cigarros ou similares dentro das dependências do Câmpus Presidente

Epitácio. A campanha contou com 298 participantes entre alunos e servidores.

- **Dia Internacional da Mulher**

- No dia 10/03/2014, com participação do Serviço Sociopedagógico houve um Cine Debate com passagem do filme “O sorriso de Monalisa”. O objetivo foi promover momentos de reflexão e debate sobre a identidade da mulher em diferentes contextos sociais.
- Em 2015, juntamente com outras comemorações, foi realizado com a participação das professoras de Arte e Língua Portuguesa, que propuseram aos alunos que retratassem como a mulher é vista e como ela se percebe nos dias atuais, uma exposição de pinturas expostas no pátio do Câmpus. Os alunos que se destacaram ganharam medalhas.

- **Dia Nacional da Poesia**

- Em 2015, para essa data contamos com a colaboração da Doutoranda em Literatura, Aline Cristina de Oliveira, com o tema “Café Literário” que compartilhou seus conhecimentos sobre poesias e poetas contemporâneos com alunos, servidores e participantes da comunidade externa. Teve aproximadamente 40 participantes.

- **Exposição**

- Exposição de quadros com o tema “Tropicalientes Brasil” do artista epitaciano, Edson Freitas. O destaque do seu trabalho é conhecido em diversas cidades da região. Com a temática indígena, o trabalho foi reproduzido no IFSP Câmpus Presidente Epitácio, denominada Made in Brasil. A exposição contou com 45 participantes no mês de março/abril de 2013.

6 METAS E AÇÕES

6.1 Metas do câmpus apresentadas em 2015

Tabela 37 – Metas do câmpus apresentadas em 2015

Dimensão	Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis	Execução
Administração	Fluxograma.	Elaborar fluxograma de processos gerenciais.	Direção, Gerências e Coordenações	31/12/2016
Administração	Comunicação	Decisões e ações das coordenações sejam repassadas aos servidores durante todo o processo	Todos os setores	31/12/2016
Administração	Integração / motivação	Realizar ações que visem a integração e motivação de todos os servidores e setores do câmpus, destacando a importância da comunicação e troca entre os setores.	DRG e CGP	31/12/2016
Administração	Agilidade nos processos	Reestruturação dos processos organizacionais em todos os setores	Todos os setores	31/12/2016
Administração	Tendo em vista a descentralização de ações para os câmpus, acarretando grande volume de serviços, faz-se necessário a inclusão de novos servidores para um melhor desenvolvimento das atividades no setor de forma proporcional.	Redigir e entregar memorando de solicitação as chefias.	Equipe CGP.	31/12/2015
Administração	Falta de Infraestrutura física para a GAD e demais coordenadorias subordinadas	Ampliação dos espaços utilizados pelos setores administrativos;	GAD	31/12/2016

Dimensão	Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis	Execução
Administração	Pessoas e setores não entendem os trâmites administrativos e a morosidade inerente a alguns processos	Tentar implementar uma cultura de planejamento das ações e conscientizar o público interno	Todos os setores administrativos	31/12/2016
Administração	Processo de Aprendizagem dentro dos setores administrativos deficiente, conhecimento nas pessoas e não nos processos.	Confeccionar manuais de procedimentos e elaborar fluxogramas.	Todos os Setores Administrativos	31/12/2016
Administração	Sala ampla para armazenagem de produtos de consumo e permanentes do almoxarifado.	Sala ampla, sem divisórias e com estantes reforçadas que propicie o empilhamento de produtos diversos, desde consumos à equipamentos permanentes. Fácil acesso para carga e descarga, portas amplas. Necessidade de equipamentos para o empilhamento de produtos e manuseio de páletes. Possuir estantes moduladas que se adequem ao espaço e que suportem grande carga de peso.	Direção	31/12/2017
Administração	Uma forma melhor de gerir os contratos sem que seja por Planilhas em Excel,	Utilizar um sistema que envie alertas sobre o tempo restante para findar o contrato.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	31/12/2016
Administração	Melhor conhecimento dos requisitantes dos trâmites legais para aquisição dos bens na Administração Pública.	Capacitação para os servidores informando quais os trâmites legais e interesse por parte de quem faça as requisições.	CGP	31/12/2016
Administração	Falta de espaço físico para Coordenadoria de Pesquisa	Implantação de salas adequadas para Coordenação de Pesquisa e Inovação.	Diretor Geral / Gerente Administrativo	31/03/2016
Administração	Falta de espaço físico para Coordenadoria de Extensão	Implantação de salas adequadas para Coordenação de Extensão.	Diretor Geral / Gerente Administrativo	31/03/2016
Administração	Como o telefone principal da instituição está na secretaria, muitas pessoas ligam solicitando informações ou se dirigem diretamente a secretaria, sobre diversas ações que estão acontecendo no câmpus, algumas vezes essas informações não chegam na secretaria com antecedência.	Rapidez na circulação das informações entre pais, professores, demais profissionais da escola, alunos e outros membros da comunidade escolar.	Gestores	31/12/2016
		Criação de um canal de comunicação.	Gestores	31/12/2016
Administração	Falta de discussão sobre os resultados dos indicadores que avaliam a escola.	Discutir amplamente os indicadores da avaliação institucional, setor por setor	Gestores e coordenadores	31/12/2016

Dimensão	Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis	Execução
Administração	Melhoria e ampliação da Infraestrutura de Telefonia	Realização de projeto para aquisição de materiais de consumo e permanente para readequação da infraestrutura de Telefonia.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação.	31/12/2016
Administração	Melhoria e ampliação infraestrutura TI;	Melhoria e ampliação infraestrutura TI: Adquirir novos equipamentos de informática para melhorar os serviços disponibilizados; Instalação da rede de dados e telefonia no novo prédio do câmpus.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação.	31/12/2016
		Realização da expansão da rede sem fio no campus, disponibilizando novos pontos de acesso a rede de internet.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação.	31/12/2016
Ensino	Alta resistência, ainda presente em muitos docentes, no que se refere ao desenvolvimento de atividades do cotidiano escolar que consideram a prática docente como uma construção pedagógica.	Workshop, encontros e oficinas com facilitadores externos no intuito de facilitar a comunicação e atingir a imparcialidade do processo.	Coordenadoria Sociopedagógica, Gerência Educacional e Coordenadores de Cursos.	31/12/2016
Ensino	Necessidade de mais assistentes de alunos devido ao aumento de membros da comunidade escolar e aumento de espaço físico de atendimento.	Concurso público de efetivação de servidores (assistentes de alunos).	Direção e reitoria.	31/12/2016
Ensino	Dificuldades de utilização e conhecimento do sistema acadêmico.	Capacitação e treinamento dos servidores.	CRE	31/12/2016
Ensino	Dificuldade de identificação das turmas e professores no interior das salas de aulas e laboratórios devido a porta fechada sem ter a visualização.	Colocação de janelas de vidros nas portas para facilitar a identificação das turmas e docentes.	Direção e gerente administrativo.	31/12/2016
Ensino	Baixa qualidade do serviço de internet	Aumento de largura de banda e da qualidade do serviço de Internet disponibilizado.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e RNP.	19/08/2016
		Melhorar o acesso à Internet pela rede sem fio para os alunos.		
		Disponibilizar o serviço de VPN para acesso remoto dos portais de periódicos pelos alunos e servidores.		
Ensino	Dificuldade de articulação da teoria com a prática nas disciplinas.	Implantação de um laboratório de redes de computadores junto ao laboratório de arquitetura de computadores.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e	19/08/2018

Dimensão	Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis	Execução
		Implantação de laboratórios exclusivos para os cursos de informática voltados para o desenvolvimento de aplicações (software).	Coordenação de Curso.	
Ensino	Falta de contato com o mercado dificulta o conhecimento de tecnologias utilizadas atualmente.	Oferta de capacitações técnicas internas para docentes.	Gestores	19/08/2017
Ensino	Baixo desempenho dos computadores dos laboratórios de informática para desenvolvimento de aplicações que exigem maior desempenho computacional.	Definir necessidades junto aos docentes.	Coordenação de Curso	19/08/2017
Ensino		Adquirir e implantar novos computadores, substituindo os existentes para possibilitar a execução e desenvolvimento de aplicações que demandam alto desempenho;	CTI	
Ensino	Refeitório Estudantil	Implantar um restaurante estudantil	DRG, GAD e GED	31/12/2018
Ensino	Capacitação dos servidores	Propor política de formação e capacitação aos servidores	DRG	31/12/2016
Ensino	Ampliar espaço de estudo para os alunos	Ampliar o espaço existente para atendimento aos alunos	DRG e GED	31/12/2018
Ensino	Bolsa Ensino	Disponibilizar recursos financeiros suficientes para o Bolsa Ensino	DRG	31/12/2016
Ensino	Acervo bibliográfico	Destinar mais recursos para aquisição de acervo bibliográfico	DRG	31/12/2016
Ensino	Laboratórios didáticos	Ampliar os laboratórios didáticos para as áreas de Informática, Indústria e Construção Civil	DRG, GAD e GED	31/12/2018
Ensino	Espaço de convivência e alimentação	Adequar no câmpus um espaço de convivência para os alunos	DRG e GED	31/12/2018
Ensino	Auditório	Buscar recursos para a construção de um auditório	DRG	31/12/2018
Ensino	Registro Acadêmico	Atualizar o sistema de registro acadêmico	CRE e GED	31/12/2016

Dimensão	Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis	Execução
Ensino	O maior problema do ponto de vista da área de Edificações, em relação ao Ensino, é a burocracia existente em determinadas situações, que acaba desmotivando o professor na realização de várias atividades. Exemplos: Visitas Técnicas; Plano de Ensino (Preenchimento dos instrumentos e critérios de avaliação de aprendizagem e metodologia de ensino e recursos, pois isso já é contemplado ao se criar a aula); Mudança semestral do Plano de Ensino.	-Uma certa flexibilização do sistema; -Unificação e padronização dos documentos.	Coordenadores de Curso e GED	01/02/2016
Extensão	Estágio	Buscar parcerias com empresas privadas e públicas para oferta de estágios	CEX	31/12/2016
Extensão	Empresa Júnior	Incentivar e apoiar a criação de Empresa Júnior no câmpus	CEX e Coordenadores de Cursos	31/12/2016
Extensão	Parcerias / convênios	Buscar fortalecer parcerias com as empresas do município e região para inserção dos alunos no mercado de trabalho	DRG e CEX	31/12/2016
Extensão	De acordo com a CPA, algumas pessoas dizem desconhecer as atividades de extensão, outras consideram que não há muito apoio às mesmas.	Especificar melhor no PDI, todas as ações de extensão. Divulgar melhor essas ações ao tempo em que ocorrem. Sensibilizar os servidores para que tomem conhecimento e participem das atividades. Colocar como item imprescindível, a publicação de qualquer atividade de extensão e deixar claro que aquela atividade é de extensão.	Equipe de extensão e os coordenadores de atividades de extensão.	31/12/2015
Extensão	De acordo com o PDI, existe a necessidade de desenvolvimento de programas de apoio estudantil à participação de eventos.	Melhorar a divulgação dos eventos em que os alunos podem participar; Garantir que considerado no orçamento do câmpus, recursos para apoio à participação	Coordenadoria de Extensão, juntamente com a Coordenadoria de Pesquisa	31/12/2016

Dimensão	Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis	Execução
		discente em eventos.		
Extensão	De acordo com o PDI, foi indicada a necessidade de implantação e divulgação de ações que visem acompanhar a situação profissional do egresso.	Apesar de já ter sido disponibilizado no site da extensão, um questionário básico para coleta de dados de egressos, a coordenadoria de extensão pretende implantar um sistema de cadastro de acompanhamento de egresso que seja mais efetivo e que colete dados mais abrangentes, como necessidade de cursos complementares, situação profissional do ex-aluno, sugestões e opiniões.	Equipe de extensão do câmpus com possível ajuda da TI.	31/01/2016
Extensão	A sala da Coordenadoria de Extensão do câmpus, apesar de ter havido melhorias, ainda precisa ser melhor adequada, em espaço e equipamentos. Foi disponibilizada pela Coordenação do Curso de ADS, um espaço da sala para que pudéssemos utilizar como área de armazenamento. Mas ainda assim, o espaço é pequeno pois a extensão, além do mobiliário, tem materiais e equipamentos diversos para armazenar, como violões, kits de alunos (PRONATEC), camisetas, canecas e outros. Além disso, os alunos bolsistas dos projetos de extensão não têm local específico para desenvolver as atividades.	Com a ampliação do câmpus, espera-se conseguir espaço maior para a coordenadoria de extensão, além de um espaço extra para os alunos que desenvolvem os projetos utilizarem.	Equipe de extensão / Gerência Administrativa / Diretoria	30/06/2016
		Na questão de equipamentos, existe a necessidade de aquisição de uma impressora, de um scanner, e de computadores para os alunos.		
Pesquisa e Inovação	Baixa produção científica, cultural, artística e tecnológica.	Diminuição da carga horária em sala de aula dos docentes por meio da contratação de novos docentes; Aumento do número de código de vagas para docentes no câmpus;	Direção-geral	19/08/2019
		Incentivo à pesquisa com lançamento de editais de pesquisa com antecedência de, pelo menos, 6 meses em relação à data de início do desenvolvimento dos projetos;	Pró-Reitoria de Pesquisa	
		Disponibilizar uma sala para que os alunos possam ter um espaço adequado para o desenvolvimento de pesquisa científica no câmpus.	DRG, GED e CPI	

Dimensão	Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis	Execução
Pesquisa e Inovação	Falta de laboratório de informática exclusivo para alunos desenvolverem os projetos de pesquisa.	Implantar um laboratório de informática exclusivo para alunos desenvolverem os projetos de pesquisa.	DRG, GED, Coordenação de Curso, Coordenação de Pesquisa & Inovação, CTI.	19/08/2017
Pesquisa e Inovação	Recursos financeiros	Destinar recursos financeiros necessários para os projetos de pesquisa	PRP e DRG	31/12/2016
Pesquisa e Inovação	Laboratórios de pesquisa	Implantar um laboratório de pesquisa no câmpus	DRG e CPI	31/12/2016
Pesquisa e Inovação	Eventos Científicos	Realizar diversos eventos científicos no câmpus	PRP, DRG e CPI	31/12/2016

6.2 Contribuição discente 2015

Neste ensejo, procurou-se também ouvir as contribuições dos discentes do câmpus. Para tanto, disponibilizamos no sitio do câmpus, *link* direcionando a uma pesquisa onde os alunos se identificariam pelo curso e apresentariam suas sugestões.

Ficou disponível no período de 02/10/2015 à 09/10/2015. Para divulgação, os docentes foram instruídos para que repassassem o convite aos alunos para contribuir com a pesquisa.

Tabela 38 – Contribuição discente apresentada em 2015

Curso	Sugestão / Comentário
Técnico em Edificações (vespertino)	Melhorar a ventilação da área central onde possui a claraboia e a escada, pois em dias de calor que são bem comuns na localidade o ambiente fica muito quente e abafado, muito desconfortável tanto para os alunos quanto para os professores.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Se possível, dar instruções de aulas aos novos professores.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Está ótimo.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Mais investimento na área.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Não tenho nenhuma crítica, a Instituição fornece todo os materiais para o desenvolvimento de uma boa aprendizagem. A estrutura melhora cada vez mais, enfim, não tenho nenhum contra.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Melhorar o acesso à internet no câmpus.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	O Câmpus tem uma boa estrutura e ensino de qualidade.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Estou gostando tem muita teoria pouca prática.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Mais laboratórios.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Trazer para o Câmpus de Presidente Epitácio cursos como: Agronomia, Zootecnia, Veterinária. Cursos voltado para o campo para a agricultura já que temos na nossa região Usinas de cana e açúcar e fazendas que trabalham com agronegócio...Obrigado.
Técnico em Automação Industrial (noturno)	Ter mais aulas práticas e um plano de estágio para os alunos.
Técnico em Edificações (vespertino)	Minha sugestão é que os professores parem um pouco de passar slides nas aulas, e expliquem melhor a matéria. Porque aulas assim, dá muito sono. E não é assim que o professor consegue prender a atenção do aluno.
Tecnólogo em ADS	Precisamos de um refeitório com bandeirão !.
Técnico em Edificações (noturno)	Acho que deveria ter mais aulas nos laboratórios. Ex.: INDC 3 - 3 aulas teóricas e 1 no laboratório (na semana).
Tecnólogo em ADS	Poderia ser alterado o horário de entrada para o curso de ADS no período matutino de 07:00 horas para 08:00 horas.
Técnico em Edificações (noturno)	Criar um curso de Autocad mais completo.
Tecnólogo em ADS	A infraestrutura do campus é excelente, contudo a biblioteca precisa de mais atenção, os livros existentes são excelentes, porém no curso de ADS apenas passamos por alguns conceitos que são cobrados no mercado de trabalho, acho que livros com abordagens sobre alguns frameworks de Java, ou mesmo da plataforma .Net seriam de grande valia, acho que o IF é grande demais para uma biblioteca tão simplória

Curso	Sugestão / Comentário
Técnico em Edificações (noturno)	Lanches mais nutritivos.
Técnico em Edificações (noturno)	Muito barulho quando chove e acaba prejudicando quando o docente esta explicando matéria.

Observação: Texto revisado atendendo às normas ortográficas e linguísticas, porém permanecendo a fala do aluno.

As observações apresentadas nos comentários dos discentes fazem-se pertinentes para reflexões dos processos administrativo e de ensino-aprendizagem propostos pelo câmpus.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este documento com uma citação de Moacir Gadotti afirmando que “Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro” e, neste sentido, retomamos este pensamento para apresentarmos nossas considerações finais ao presente Projeto Político-pedagógico.

O Câmpus Presidente Epitácio procura implementar, com este PPP, uma proposta educativa que traduza as finalidades da instituição e materialize seus compromissos assumidos, de maneira a fortalecer uma identidade própria a partir do desenho de um projeto inacabado, de natureza participativa e processual.

No contexto desta implementação, a ação construtiva balizou-se em um processo participativo e coletivo, envidando os esforços necessários à sustentação e ao desenvolvimento deste PPP, uma vez que ele se organiza numa estrutura sistematizadora, globalizadora e democratizadora dos processos institucionais relacionados ao Câmpus Presidente Epitácio.

Para tanto, essa construção consolida-se neste instrumento que propõe inovações, afirmando e reafirmando os compromissos da função social do IFSP, ampliando os compromissos políticos com a sociedade, ratificando a natureza de uma educação profissional, tecnológica e científica de forma democrática e emancipadora, reforçados pelos princípios da autonomia e responsabilidade e em sentimentos de identidade e pertencimento.

Objetiva, desta forma, intervir na realidade provocando mudanças e adequações oportunas, fortalecendo a identidade institucional e acionando mecanismos democráticos imprescindíveis à implementação das políticas elencadas e das ações previstas.

Nesse ensejo, propõe promover uma gestão participativa e compartilhar acertos, desacertos e tomadas de decisão, provocando a dialética e democracia.

Dada sua natureza de inacabado, este PPP é objeto de (re)análise, (re)avaliação e (re)construção constantes, abrindo-se, desse modo, a um diálogo contínuo com as comunidades internas e externas ao câmpus.

Nesse interim, as mudanças não devem se configurar como resultado de decisões aleatórias, mas pautadas em processos de participação, mobilização e negociação, numa saudável relação entre o PPP e os agentes sociais envolvidos com destaques ao saber gerir, saber agir, saber integrar, saber mediar e saber negociar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09 abr.2015

BRASIL. **Decreto 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saude Publica. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37285&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 31 mar.2015.

BRASIL. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 07 abr.2015.

BRASIL. **Decreto [sem número], de 18 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET/SP e da outras providências. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=20&data=19/01/1999>>. Acesso em: 07 abr.2015.

BRASIL. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5154.htm#art9>. Acesso em: 07 abr.2015.

BRASIL. **Decreto 5.224, de 1º de outubro de 2004**. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm>. Acesso em: 07 abr.2015.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 09 abr.2015.

BRASIL. **Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 09 abr.2015.

BRASIL. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 09 abr.2015.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 07 abr.2015.

BRASIL. MEC. **Portaria 1.170, de 21 de setembro de 2010**. Autoriza as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a promover o funcionamento dos seus respectivos Campus.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC Nº 001/2007**. Chamada Pública de propostas para apoio ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – fase II. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_chamada_publica_fase2.pdf>. Acesso em: 03 dez.2015.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Formação Inicial e Continuada / Ensino Fundamental**. Documento Base. Brasília, MEC, 2007-a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf>. Acesso em: 06 abr.2015.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, MEC, 2007-b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 06 abr.2015.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo para educação profissional e tecnológica**. Concepções e Diretrizes. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?gid=6691&option=com_docman&task=doc_download>. Acesso em: 15 set. 2014.

CAMARGO, Rosana; VILELLA, José Eduardo Nogueira. **Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal**. In: *Sinergia*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação, direito à igualdade, direito à diferença. In: _____. **Os fora de série na escola**. Campinas: Armazém do Ipê; (Autores Associados), 2005. p. 1-22.

DELLORS, Jacques. **Educação um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

DOS REIS, E. Reflexões sobre Educação e as mudanças curriculares necessárias. *Sinergia*, v. 14, n. 2, p. 98-104, São Paulo, 2013.

FORGRAD. **O currículo como expressão do projeto pedagógico: um processo flexível**. Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. Niterói, maio de 2000. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=forgrad%202000>>. Acesso: 13 abr.2015

- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior, Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso: 13 abr. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10^a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Edição de bolso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.
- FUSARI, José Cerchi. **O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas**. [Artigo Série Ideias no. 8. São Paulo: FDE, 1998]. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf>. Acesso em: 27 out.2014.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8^a ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- GADOTTI, Moacir. **O Trabalho Coletivo como Princípio Pedagógico**. Rev. Lusófona de Educação [online]. 2013, n.24, pp. 160-163. ISSN 1645-7250. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-72502013000200011&script=sci_arttext>. Acesso em 14 jul. 2015.
- GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Org.). **Indagações sobre currículo**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2007.
- IFRN. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**. Documento Base. Versão para consulta pública à comunidade acadêmica do IFRN. [Rio Grande do Norte]: IFRN, 1992.
- IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2009-2013**. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/34-pdi.html?download=86%3Apdi>>. Acesso: 07 jul.2015.
- IFSP. **Organização Didática dos cursos ofertados pelo IFSP**. Aprovada pela Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013. Alterada pelas Resoluções nº 899, de 2 de julho de 2013 e nº 1050, de 12 de novembro de 2013. Alterada pelas Resoluções nº 39, de 02 de julho de 2015 e nº 94, de 29 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/305-documentos.html?download=13746%3Aorganizacao-didatica>>.
- IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2014-2018**. Aprovado pela Resolução IFSP 33, de 15/04/2014. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/417-resolucoes-2014.html?download=10037%3Aresolucao-no-33-de-15-de-abril-de-2014>>. Acesso em: 07 abr.2015.
- IFSP. Pró-reitoria de Ensino. Diretoria de Educação Básica. **Balizadores para realização de Estágio Curricular Supervisionado, Projeto Integrador e**

- Trabalho de Conclusão de Curso na Educação Básica.** IFSP/PRE/DEB, maio de 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5º ed., São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiás: Alternativa, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação).
- LIMA, Norma S. T. **Por uma práxis educativa inclusiva e responsável.** Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_2/rev_n%C2%BA2_9_lima.pdf>. Acesso em: 10 dez.2015.
- LUKESI, Cipriano Carlos. **Gestão democrática da escola, ética e sala de aulas.** Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducatio_64_gestao_democratica_da_escola.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.
- MACHADO, Lucíola. **Diferenciais renovadores na formação de professores para educação profissional.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. V.1, n.1, (jun.2008) Brasília: SETEC, 2008, p.9-22. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 15 out.2014.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Metodologia do Ensino - diferentes concepções.** 1993. Disponível em: <https://www.academia.edu/9700768/METODOLOGIA_DO_ENSINO_-diferentes_concep%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 28 out.2014.
- OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação:** Desafios Contemporâneos. 7.ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, [2007].
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **O que é desenvolvimento humano.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em: 17 out.2014.
- PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis.** Porto: Porto Editora, 2001.
- PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais:** uma revolução da educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.
- PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf>. Acesso em 07 jul.2015.
- PIZZATO, M. C. *et al.* Concepções sobre pesquisa em ensino: categorias de análise. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: VII Enpec, p. 1-12, 2000.
- RODRIGUES, Monize. **A importância do planejamento pedagógico.** Disponível em: <<http://petpedagogia.blogspot.com.br/2012/11/a-importancia-do>>

planejamento-pedagogico.html>. Acesso em: 27 out.2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura Souza. **O Fórum Social Mundial: Manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, J. **Educação profissional e práticas de avaliação**. Ed. Senac: São Paulo, 2010.

SANTOS, Maria T. C. T. Inclusão escolar: desafios e perspectivas. In. MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p.147-152.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHNECKENBERG, M. **O princípio democrático na atuação do diretor de escola: um estudo comparativo entre diretores eleitos e reeleitos**. *In: Gestão em rede*, n.75. mar. 2007, p. 8-14.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior: Projeto Político Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004. Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico.